Diário Oficial do MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Araçás

Quinta-feira • 29 de Outubro de 2026 • Ano XIII • Nº 3507

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Resumo

- **DECRETO Nº 226/2026 -** Aprova e regulamenta a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Pública Municipal de Ensino de Araçás/BA, para o período de 2026 a 2036, e dá outras providências.
- **POLITICA MUNICIPAL EDUCAÇÃO INTEGRAL ARAÇÁS 2026 2036.**

Acesse o QR Code e tenha acesso a esse diário na íntegra

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT

Decretos

DECRETO Nº 226/2026

Aprova e regulamenta a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Pública Municipal de Ensino de Araçás/BA, para o período de 2026 a 2036, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ARAÇÁS, ESTADO DA BAHIA**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, observadas as competências do Sistema Municipal de Ensino,

CONSIDERANDO os arts. 205, 206, 208, 211 e 214 da Constituição Federal; os arts. 1º, 2º, 3º, 26, 31, 32 e 34 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação; a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, com a alteração introduzida pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026; e a Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de articulação com o Plano Municipal de Educação, o Referencial Curricular Municipal, os Projetos Político-Pedagógicos e os regimentos escolares;

CONSIDERANDO a existência da Resolução CME/CP nº 006/2023 e do Decreto Municipal nº 650/2024, cuja compatibilização normativa deverá ser observada;

CONSIDERANDO a apreciação do Conselho Municipal de Educação de Araçás, formalizada por meio do Parecer CME/CP nº 03/2026, e da Resolução CME/CP nº 03/2026

DECRETA:

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Art. 1º Fica aprovada, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Araçás/BA, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral — 2026–2036, na íntegra constante do ANEXO ÚNICO, que constitui parte integrante e indissociável deste Decreto.

Art. 2º A Política orientará a organização, a oferta, a expansão progressiva, o acompanhamento e a avaliação da Educação Integral em Tempo Integral na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respeitadas as modalidades e especificidades do atendimento, as normas nacionais e municipais e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Art. 3º A execução da Política caberá à Secretaria Municipal de Educação — SEDUC, responsável pelo planejamento, coordenação administrativa e pedagógica, implementação, apoio técnico às unidades escolares, formação continuada, articulação intersetorial, monitoramento e divulgação dos resultados, observadas as atribuições legais dos demais órgãos municipais.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Educação — CME exercer suas atribuições normativas, consultivas, deliberativas e de acompanhamento, quando previstas na legislação de regência do Sistema Municipal de Ensino, inclusive apreciar os instrumentos submetidos à sua competência, sem prejuízo das responsabilidades executivas da SEDUC.

Art. 5º A implantação e a ampliação das matrículas em tempo integral ocorrerão progressivamente, mediante planejamento por etapas, diagnóstico atualizado, critérios públicos e objetivos de equidade e verificação das condições de oferta, de infraestrutura, pessoal, alimentação, transporte, acessibilidade, segurança e sustentabilidade financeira.

Art. 6º A SEDUC elaborará e manterá atualizado o Plano Municipal de Implementação e Expansão da Educação Integral em Tempo Integral, contendo linha de base validada, metas e etapas anuais, unidades prioritárias, responsabilidades, cronograma, indicadores, estimativa de custos, fontes de financiamento e medidas de gestão de riscos, submetendo ao CME as matérias sujeitas à sua apreciação legal.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Art. 7º As unidades escolares contempladas adequarão progressivamente seus Projetos Político-Pedagógicos, regimentos e planos de ação, garantindo integração curricular, participação das comunidades, organização apropriada dos tempos escolares e atendimento às necessidades dos estudantes.

Art. 8º A oferta de matrícula em tempo integral observará a jornada mínima estabelecida na legislação federal aplicável, sem prejuízo da adequação à etapa de ensino, do calendário escolar, do currículo integrado e das normas vigentes de registro da matrícula e da carga horária.

Art. 9º A SEDUC promoverá articulação com órgãos e serviços das áreas de saúde, assistência social, cultura, esporte, transporte e proteção integral, observada a distribuição legal de competências. A organização e a atuação do Comitê Intersetorial previsto na Política serão disciplinadas em ato próprio, quando necessário, sem criação automática de cargos, funções remuneradas ou despesas sem autorização legal.

Art. 10. A implementação da Política observará a legislação orçamentária, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, as regras de financiamento da educação e os limites da responsabilidade fiscal, ficando a realização de despesas condicionada à disponibilidade de dotação e aos demais requisitos legais.

Art. 11. A SEDUC manterá sistema de monitoramento contínuo, consolidará relatório anual de execução, matrículas, equidade, aprendizagem, condições de oferta e execução financeira e o encaminhará ao CME para conhecimento e apreciação nos limites de suas competências, asseguradas transparência pública e proteção de dados pessoais.

Art. 12. A linha de base, os indicadores, as projeções e os dados estatísticos constantes da Política deverão ser conferidos com os registros administrativos e sistemas oficiais. Eventuais inconsistências identificadas deverão ser registradas em nota técnica e corrigidas nos instrumentos operacionais pertinentes, sem alteração tácita do texto do ANEXO ÚNICO;

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

qualquer alteração substancial da Política dependerá do procedimento jurídico-normativo cabível.

Art. 13. A SEDUC poderá editar atos administrativos complementares necessários à execução deste Decreto, respeitadas as competências do CME e sem inovar em matéria reservada à lei ou a ato normativo do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 14. A SEDUC e o CME, no âmbito de suas respectivas competências, promoverão exame de compatibilidade dos atos existentes, em especial da Resoluções CME/CP nº 006/2023 e nº 07/2025, e proporão as adequações e revogações expressas que se mostrarem necessárias.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário, preservada a vigência dos atos anteriores naquilo que forem compatíveis com este Decreto, até eventual alteração ou revogação expressa pela autoridade competente.

Araçás-Bahia, 29 de outubro de 2026.

_____

Agamenon Oliveira Coelho
Prefeito

Decretos


PREFEITURA DE
ARAÇÁS
BAHIA
Educação que transforma
e constrói futuros.
POLÍTICA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INTEGRAL
EM TEMPO INTEGRAL
DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO
DE ARAÇÁS/BA
2026 – 2036

CRÉDITOS INSTITUCIONAIS E EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Construção coletiva, compromisso institucional e responsabilidade compartilhada pela garantia do direito à Educação Integral em Tempo Integral, com equidade, qualidade e oportunidades para todos.

A **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás/BA** resulta de um processo de construção coletiva, fundamentado no compromisso com o direito à educação, a formação integral dos estudantes, a equidade, a inclusão, a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento das práticas pedagógicas e institucionais da Rede Pública Municipal de Ensino.

Sua elaboração reúne contribuições da gestão municipal, da equipe técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, dos gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores e demais profissionais da educação, considerando as especificidades das unidades escolares, as necessidades dos estudantes e as características sociais, culturais e territoriais do Município, especialmente das comunidades do campo e quilombolas.

O processo contempla, ainda, a atuação da Articulação Municipal da Educação Integral em Tempo Integral, os subsídios produzidos no diagnóstico situacional da rede e as contribuições dos diferentes segmentos envolvidos na construção de uma educação pública comprometida com a ampliação e a qualificação das oportunidades educativas.

A elaboração, a revisão e a reestruturação técnica do documento contam com apoio especializado, visando assegurar coerência pedagógica, alinhamento normativo, articulação intersetorial e definição de diretrizes que orientem a implementação, a expansão, o acompanhamento e a avaliação da Política Municipal.

Esta construção expressa o compromisso institucional de compreender a Educação Integral em Tempo Integral não apenas como ampliação da jornada escolar, mas como uma **política pública estruturante, orientada ao desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões, à redução das desigualdades educacionais e à garantia de aprendizagens significativas**.

Educação integral com equidade, qualidade e oportunidades para todos.

GESTÃO INSTITUCIONAL

AGAMENON OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Araçás
MARIA CRISTIANE OLIVEIRA SCHRAMM
Secretária Municipal de Educação
DIREÇÃO PEDAGÓGICA
ROSILDA DOS SANTOS
Diretora Pedagógica
EQUIPE TÉCNICA E PEDAGÓGICA
Géssia Leite Marques
Luceni Alves de Oliveira
Sara de Jesus Oliveira
Rafael Nascimento Sá
Rosemeire Ribeiro Schramm

COLABORADORES
Amilton Alves
Sandra Maria N. Alcantara

CONSULTORIA EDUCACIONAL
MSA CONSULTORIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO EM 360º
MARIA DO SOCORRO ADORNO CERQUEIRA
Representante da Consultoria Pedagoga • Mestre em Ciências da Educação
Revisão técnica, reestruturação e sistematização do documento

Uma política pública de Educação Integral se fortalece quando o conhecimento técnico, a experiência pedagógica, a articulação intersetorial e o compromisso coletivo se unem para garantir a cada estudante o direito de aprender, desenvolver suas potencialidades e vivenciar uma educação com equidade, inclusão, qualidade e oportunidades para todos.

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

SUMÁRIO

Apresentação, identidade e natureza da Política

Identificação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral

Apresentação

Identidade E Natureza Da Política 4

1. Referencial legal e articulação com o Sistema Municipal de Ensino

1.1. A Constituição Federal e o direito à educação
1.2. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
1.3. O Programa Escola em Tempo Integral e a ampliação da oferta
1.4. O Plano Nacional de Educação e os compromissos de expansão
1.5. As Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral
1.6. Os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade
1.7. A Base Nacional Comum Curricular e a organização pedagógica
1.8. As normas municipais e a organização do Sistema Municipal de Ensino
1.9. Articulação entre a legislação, o planejamento e a prática escolar

2. Diagnóstico territorial, educacional e linha de base

2.1. Araçás: conhecer a realidade para planejar a Educação Integral
2.2. O percurso da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal
2.3. Evolução das matrículas e linha de base
2.4. A rede escolar e as condições para ampliação da oferta
2.5. Equidade territorial: ampliar o acesso sem deixar ninguém para trás
2.6. Organização pedagógica e qualidade das experiências educativas
2.7. Inclusão, acessibilidade e atendimento às diferentes necessidades
2.8. Profissionais da educação e necessidades de formação
2.9. Gestão democrática e participação das comunidades
2.10. Articulação entre educação e demais políticas públicas
2.11. Monitoramento e atualização do diagnóstico
2.12. Prioridades identificadas para o período de 2026 a 2036
2.13. Síntese do diagnóstico e compromisso municipal

3. Concepções, princípios, direitos e diretrizes

3.1. Educação Integral: uma concepção de formação humana
3.2. Educação em Tempo Integral: ampliar a jornada e as oportunidades
3.3. O estudante no centro do processo educativo
3.4. Educação Integral como direito de todos
3.5. Currículo integrado e valorização dos saberes
3.6. Princípios da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral

3.7. Diretrizes para a organização da Educação Integral em Tempo Integral
3.8. O compromisso de Araçás com a formação integral

4. Objetivos e compromissos institucionais

4.1. Objetivo geral
4.2. Objetivos específicos
4.4. Eixos estruturantes da implementação
4.6. Compromisso com os resultados educacionais e a formação humana

5. Acesso, permanência e expansão com equidade

5.1. O acesso à Educação Integral como direito
5.2. O Eixo Ampliar e a trajetória de expansão em Araçás
5.3. Critérios para a expansão da oferta
5.4. Critérios de acesso e priorização das vagas
5.5. Permanência escolar: acolher, acompanhar e garantir a aprendizagem
5.6. Acompanhamento da frequência e prevenção do abandono escolar
5.7. Busca ativa escolar e atuação articulada com as famílias
5.8. Inclusão, acessibilidade e prevenção da exclusão
5.9. Participação das famílias e das comunidades
5.10. Responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação e das escolas
5.11. Monitoramento do acesso, da permanência e da expansão
5.12. Compromisso com uma expansão responsável e inclusiva

6. Organização da jornada e integração curricular

6.1. O tempo escolar como oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento
6.2. Organização da jornada escolar
6.2.1. Tempos de aprendizagem, cuidado e convivência
6.2.2. Formas de organização da oferta
6.3. Concepção de currículo na Educação Integral em Tempo Integral
6.4. Integração entre a BNCC, o Currículo Municipal e a Parte Diversificada
6.5. Eixos de integração curricular
6.6. Integração entre os tempos, os espaços e os profissionais
6.7. O Projeto Político-Pedagógico e a organização do currículo integrado
6.8. Práticas pedagógicas integradas e experiências de aprendizagem
6.9. Avaliação das aprendizagens na jornada ampliada
6.10. Diretrizes para o funcionamento das unidades escolares
6.11. Compromisso com uma jornada que tenha sentido

7. Orientações por etapa e modalidade de ensino

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

7.1. Uma proposta de Educação Integral que respeita cada etapa da formação
7.2. Educação Infantil: cuidar, brincar, conviver e aprender
7.2.1. Creche: atenção às necessidades da primeira infância
7.2.2. Pré-escola: ampliar experiências e fortalecer a autonomia
7.3. Ensino Fundamental — Anos Iniciais: consolidar aprendizagens e ampliar descobertas
7.4. Ensino Fundamental — Anos Finais: autonomia, conhecimento e participação
7.4.1. Projeto de Vida e desenvolvimento da autonomia
7.5. Práticas integradoras nas diferentes etapas de ensino
7.6. Temas que devem estar presentes na formação dos estudantes
7.7. Educação Especial na perspectiva inclusiva
7.8. Educação do Campo
7.9. Educação Escolar Quilombola
7.10. Educação de Jovens e Adultos e demais modalidades
7.11. Continuidade das aprendizagens e transição entre etapas
7.12. Responsabilidades das unidades escolares e acompanhamento pedagógico
7.13. Compromisso com as diferentes trajetórias de aprendizagem

8. Educação inclusiva, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola

8.1. Uma Educação Integral que reconhece as diferenças e garante direitos
8.2. Educação inclusiva: identificar e superar barreiras
8.3. Atendimento Educacional Especializado e apoios necessários
8.3.1. Planejamento pedagógico individualizado
8.3.2. Recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva
8.3.3. Cuidados e participação durante a jornada ampliada
8.4. Acessibilidade e inclusão em todos os espaços educativos
8.5. Educação do Campo: aprender sem perder os vínculos com o território
8.6. Orientações para a Educação Integral nas escolas do campo
8.7. Educação Escolar Quilombola: identidade, memória e pertencimento
8.8. A experiência da Escola Municipal Getúlio Vargas
8.9. Orientações para a Educação Escolar Quilombola em Tempo Integral
8.10. Diversidade, direitos humanos e convivência escolar
8.11. Articulação entre escola, família, comunidade e serviços públicos
8.12. Responsabilidades institucionais e acompanhamento
8.13. Compromisso com uma educação que acolhe e respeita

9. Profissionais da educação, valorização e formação continuada

9.1. Valorizar os profissionais é fortalecer a Educação Integral

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

9.2. O Eixo Formar e o compromisso com a formação continuada
9.3. Formação continuada vinculada à prática escolar
9.4. Diretrizes para o Plano de Formação Continuada
9.5. Formação dos professores
9.6. Formação dos coordenadores pedagógicos
9.7. Formação dos gestores escolares
9.8. Formação dos profissionais de apoio e demais trabalhadores da escola
9.9. Planejamento coletivo e integração entre os profissionais
9.10. Condições de trabalho e valorização profissional
9.11. Participação de instituições parceiras e integração das equipes
9.12. O Eixo Fomentar e o fortalecimento das práticas educativas
9.13. Responsabilidades institucionais pela formação e valorização
9.14. Acompanhamento e avaliação da formação continuada
9.15. Compromisso com quem faz a Educação Integral acontecer
10. Infraestrutura, alimentação, transporte, segurança e proteção integral
10.1. Condições adequadas para aprender, conviver e permanecer
10.2. Diagnóstico das condições de infraestrutura das escolas
10.3. Condições mínimas para a oferta da jornada ampliada
10.4. Organização dos espaços educativos
10.5. Alimentação escolar: cuidado, saúde e aprendizagem
10.5. Alimentação escolar: cuidado, saúde e aprendizagem
10.6. Transporte escolar e garantia de acesso
10.7. Higiene, descanso e bem-estar durante a jornada
10.8. Segurança escolar e prevenção de riscos
10.9. Proteção integral de crianças e adolescentes
10.10. Protocolos de proteção e atendimento a ocorrências
10.11. Acessibilidade e condições de atendimento inclusivo
10.12. Profissionais e organização dos serviços de apoio
10.13. Manutenção, conservação e utilização dos recursos
10.14. Responsabilidades institucionais e planejamento das adequações
10.15. Monitoramento das condições de oferta
10.16. Compromisso com ambientes escolares seguros e acolhedores
11. Gestão democrática, governança e Comitê Intersetorial
11.1. Gestão democrática: participação que fortalece a educação
11.2. Organização da governança da Política Municipal

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

11.3. Responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação
11.4. Comitê Intersetorial da Educação Integral em Tempo Integral
11.4.1. Finalidades do Comitê Intersetorial
11.4.2. Composição e funcionamento
11.5. Articulação entre educação e demais políticas públicas
11.6. Integração com os territórios e as comunidades
11.7. Participação das unidades escolares e dos Conselhos Escolares
11.8. Conselho Municipal de Educação: autonomia e competências próprias
11.9. Planejamento intersetorial e definição de responsabilidades
11.10. Busca ativa e acompanhamento intersetorial da permanência
11.11. Transparência, acompanhamento e prestação de informações
11.12. Avaliação e aperfeiçoamento da governança
11.13. Compromisso com uma gestão participativa e responsável
12. Financiamento, sustentabilidade e controle social
12.1. Financiar a Educação Integral é garantir sua continuidade
12.2. Princípios para o financiamento da Política Municipal
12.3. Fontes de financiamento
12.3.1. Recursos próprios do Município
12.3.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica — FUNDEB
12.3.3. Programas e transferências federais
12.3.3. Programas e transferências federais
12.3.4. Alimentação e transporte escolar
12.3.5. Outras fontes legalmente admitidas
12.4. Planejamento orçamentário e instrumentos de gestão
12.5. Identificação dos custos de implantação e manutenção
12.6. Expansão responsável e sustentabilidade da oferta
12.7. Equidade na distribuição dos recursos
12.8. Gestão dos recursos e responsabilidades institucionais
12.9. Controle social e atuação dos conselhos
12.10. Transparência e prestação de contas
12.11. Monitoramento financeiro e avaliação da sustentabilidade
12.12. Planejamento financeiro para o período de 2026 a 2036
12.13. Compromisso com a responsabilidade financeira e a continuidade da Política
13. Diretrizes para o Plano de Expansão e Implementação
13.1. Da Política à prática: planejar para avançar com responsabilidade

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

13.2. Dimensões estratégicas da implementação
13.3. Articulação com os eixos estratégicos da Política Municipal
13.4. Diagnóstico como ponto de partida
13.5. Critérios para definição das prioridades de expansão
13.6. Etapas de implementação
13.7. Condições necessárias à abertura de novas matrículas
13.8. Organização pedagógica da implementação
13.9. Formação e preparação das equipes escolares
13.10. Articulação intersetorial durante a implementação
13.11. Planejamento financeiro da expansão
13.13. Responsabilidades pela elaboração e execução do Plano
13.14. Acompanhamento, avaliação e revisão do Plano
13.15. Continuidade da Política e compromisso com os resultados

14. Monitoramento, avaliação, transparência e revisão

14.1. Acompanhar para compreender, avaliar para melhorar
14.2. O que deverá ser acompanhado
14.3. Avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes
14.4. Avaliação da Política Municipal
14.5. Indicadores de monitoramento
14.6. Instrumentos de acompanhamento das unidades escolares
14.7. Responsabilidades pelo monitoramento e pela avaliação
14.8. Instância de acompanhamento da Política
14.9. Articulação com o Plano Municipal de Educação
14.10. Participação das famílias, estudantes e comunidade escolar
14.11. Relatórios de acompanhamento e avaliação
14.11.1. Relatórios das unidades escolares
14.11.2. Relatório Anual de Monitoramento da Política
14.11.3. Relatórios de avaliação periódica
14.12. Transparência e divulgação dos resultados
14.13. Revisão das metas e das estratégias de implementação
14.14. Avaliação final do ciclo 2026–2036
14.15. Compromisso com a melhoria contínua

15. Disposições de implementação e transição normativa

15.1. Continuidade da Educação Integral em Tempo Integral no Município
15.2. Implementação gradual e organização da transição

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

15.3. Adequação dos Projetos Político-Pedagógicos
15.4. Adequação dos Regimentos Escolares e demais instrumentos institucionais
15.5. Compatibilização com os atos normativos municipais anteriores
15.6. Responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação
15.7. Responsabilidades das unidades escolares
15.8. Competências do Conselho Municipal de Educação
15.9. Articulação com o Comitê Intersetorial e demais setores
15.10. Instrumentos complementares de implementação
15.11. Prazos e acompanhamento da transição
15.12. Revisão normativa e atualização da Política
15.13. Preservação dos direitos e continuidade do atendimento
15.14. Compromisso institucional com a implementação da Política

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANEXOS E INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES

Apresentação

Anexo A - Modelo de Horários a serem implementados

Anexo B - Ementas Parte Diversificadas – 2023
Anexo C - Matrizes Curriculares - 2027

Anexo D - Plano de Ação Pedagógica

Anexo E - Tabela Detalhada de Projeção

Anexo F - Tabela Detalhada de Projeção

INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES DE IMPLEMENTAÇÃO, GESTÃO E MONITORAMENTO

Apresentação

1. Diagnóstico das Condições de Oferta por Unidade Escolar

2. Plano de Adequação da Infraestrutura e dos Serviços

3. Manual de Procedimentos de Segurança e Proteção Integral

4. Plano Municipal de Expansão e Implementação da Educação Integral em Tempo Integral de Araçás — 2026–2036

5. Matriz Municipal de Monitoramento da Educação Integral em Tempo Integral

6. Articulação, atualização e responsabilidades

Considerações finais

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

APRESENTAÇÃO, IDENTIDADE E NATUREZA DA POLÍTICA

IDENTIFICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Município: Araçás – Bahia

Órgão responsável: Secretaria Municipal de Educação – SEDUC

Órgão normativo: Conselho Municipal de Educação – CME, no âmbito de suas competências legais.

Abrangência: Rede Pública Municipal de Ensino de Araçás/BA.

Etapas de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental, respeitadas as especificidades de cada etapa, as modalidades atendidas e as condições de implementação da Política.

Período de vigência: 2026–2036.

Público: Estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino, com atendimento em tempo integral nas unidades e turmas contempladas pela oferta, observados os critérios de expansão e equidade.

Unidades participantes: Unidades escolares definidas pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o diagnóstico da rede, as necessidades dos estudantes, as características dos territórios, os critérios de equidade e as condições pedagógicas, estruturais e financeiras para ampliação da oferta.

APRESENTAÇÃO

Mais tempo para aprender, mais oportunidades para crescer e mais caminhos para transformar vidas.

A educação tem o poder de ampliar horizontes, despertar talentos e criar oportunidades. Mas, para que isso aconteça, é preciso olhar para cada estudante em sua totalidade, reconhecendo suas necessidades, potencialidades, histórias e diferentes formas de aprender.

É com esse compromisso que o Município de Araçás apresenta sua **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, para o período de 2026 a 2036**.

Esta Política nasce do trabalho construído pela Rede Municipal de Ensino e da compreensão de que oferecer Educação Integral vai muito além de aumentar o número de horas que o estudante permanece na escola. Significa garantir que esse tempo seja vivido com qualidade,

acolhimento, aprendizagem, convivência e experiências que contribuam para sua formação humana.

Educar de forma integral é reconhecer que o desenvolvimento de uma criança ou adolescente não acontece apenas pela aquisição de conhecimentos escolares. Envolve também suas dimensões física, emocional, social, cultural, ética, ambiental e cidadã. Todas elas fazem parte do processo de aprender, conviver e participar da sociedade.

Nessa perspectiva, a ampliação da jornada escolar precisa caminhar junto com a ampliação das oportunidades educativas. Não se trata de oferecer mais atividades para preencher o tempo, mas de construir experiências que tenham sentido para os estudantes, dialoguem com suas realidades e fortaleçam seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Em Araçás, esse compromisso ganha significado especial diante da diversidade de sua população, das características das comunidades urbanas, do campo e quilombolas e das diferentes condições de acesso à educação.

Reconhecer essas particularidades é essencial para construir uma Política que respeite as identidades locais, enfrente as desigualdades e assegure oportunidades educativas com equidade.

A escola, nesse contexto, não pode ser compreendida como um espaço isolado. Ela faz parte da vida da comunidade e se fortalece quando estabelece vínculos com as famílias, valoriza os saberes do território e constrói parcerias com outros setores.

A Educação Integral em Tempo Integral exige, portanto, diálogo, participação e responsabilidade compartilhada. Envolve professores, gestores, coordenadores pedagógicos, demais profissionais da educação, estudantes, famílias e instituições que contribuem para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Também exige uma nova forma de organizar os tempos, os espaços e as práticas pedagógicas. A sala de aula continua sendo fundamental, mas as experiências educativas podem alcançar bibliotecas, espaços culturais, ambientes naturais, equipamentos esportivos e outros lugares que fazem parte da vida dos estudantes.

Essa compreensão encontra inspiração no pensamento de Anísio Teixeira, que defendia uma escola capaz de integrar conhecimentos, experiências práticas, convivência, arte e participação na vida comunitária. Sua contribuição permanece atual ao nos lembrar que a educação precisa preparar o estudante não apenas para os desafios escolares, mas também para a vida.

Na mesma direção, Miguel Arroyo destaca a importância do diálogo, da centralidade do estudante, da inclusão e da construção coletiva do projeto educativo. São referências que ajudam a compreender a Educação Integral como um compromisso com a formação humana e com a democratização das oportunidades de aprendizagem.

A Política Municipal de Araçás incorpora esses princípios e reconhece que **mais tempo na escola só faz sentido quando representa mais oportunidades de aprender, criar, participar, conviver e desenvolver-se**.

É essa compreensão que orienta o compromisso do Município com uma educação pública que acolha as diferenças, valorize seus profissionais, fortaleça a aprendizagem e contribua para a formação de estudantes mais autônomos, participativos e preparados para os desafios da vida.

IDENTIDADE E NATUREZA DA POLÍTICA

A **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Pública Municipal de Ensino de Araçás/BA — 2026–2036** estabelece as bases que orientarão a organização, a ampliação e a qualificação da oferta educacional em jornada ampliada.

Sua finalidade é assegurar que a Educação Integral em Tempo Integral seja desenvolvida como uma ação pública contínua, planejada e comprometida com a garantia do direito à educação, a qualidade das aprendizagens, a inclusão, a equidade e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Para isso, a Política define concepções, princípios, diretrizes, objetivos e responsabilidades institucionais. Também estabelece orientações para a gestão democrática, a articulação intersetorial, o acompanhamento dos resultados e a avaliação permanente das ações desenvolvidas.

A Política está articulada à Constituição Federal, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao Plano Nacional de Educação, à Base Nacional Comum Curricular, às diretrizes nacionais de Educação Integral em Tempo Integral e às normas do Sistema Municipal de Ensino.

No âmbito local, mantém relação com o Plano Municipal de Educação, o Referencial Curricular Municipal, os Projetos Político-Pedagógicos, os Regimentos Escolares e os demais instrumentos que orientam o funcionamento da Rede Pública Municipal de Ensino.

Essa articulação é necessária para que a Educação Integral não seja tratada como uma iniciativa isolada, mas como parte do planejamento educacional do Município, respeitando as responsabilidades de cada órgão e as necessidades das unidades escolares.

A implementação da Política ocorrerá de forma progressiva, considerando a realidade da rede, a demanda por matrículas, as condições das escolas e a disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros.

Para transformar suas diretrizes em ações concretas, a Secretaria Municipal de Educação utilizará instrumentos complementares de planejamento e gestão, especialmente o **Plano Municipal de Implementação e Expansão da Educação Integral em Tempo Integral**, os planos anuais de ação, os documentos curriculares e os instrumentos de acompanhamento pedagógico e administrativo.

O Plano de Implementação e Expansão detalhará as metas, as etapas de atendimento, os critérios de priorização, os prazos, os responsáveis, os investimentos necessários e os indicadores que permitirão acompanhar o avanço da oferta.

Dessa forma, a Política estabelece **o que o Município pretende assegurar e quais princípios orientarão suas decisões**, enquanto o Plano organiza **como, quando e em quais condições essas decisões serão colocadas em prática**.

Sua implementação contará com a participação da comunidade escolar, a atuação da Secretaria Municipal de Educação, a articulação com os demais setores da administração pública e o acompanhamento dos órgãos colegiados, respeitadas suas competências.

A continuidade das ações dependerá de planejamento, diálogo, avaliação e capacidade de reconhecer tanto os avanços quanto as dificuldades encontradas ao longo do percurso.

Mais do que estabelecer compromissos para o período de 2026 a 2036, esta Política busca fortalecer uma forma de compreender e fazer educação: uma educação que respeita a história de cada estudante, valoriza os profissionais, reconhece a riqueza dos territórios e transforma o tempo escolar em oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento.

Porque a Educação Integral não se resume a permanecer mais tempo na escola. Seu verdadeiro sentido está em fazer com que esse tempo tenha mais significado, mais qualidade e mais possibilidades para cada estudante.

1. REFERENCIAL LEGAL E ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

A Educação Integral em Tempo Integral é um direito que precisa ser assegurado com planejamento, responsabilidade e compromisso com a aprendizagem. Sua oferta não depende apenas da ampliação da jornada escolar. Exige condições adequadas de funcionamento, profissionais preparados, práticas pedagógicas significativas e atenção às diferentes realidades dos estudantes.

É com essa compreensão que a **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás/BA — 2026–2036** se apoia na legislação educacional brasileira e nas normas que orientam o Sistema Municipal de Ensino.

Essas referências dão sustentação às decisões do Município e ajudam a transformar o direito à educação em ações concretas, respeitando as necessidades das escolas, das famílias e dos territórios.

1.1. A Constituição Federal e o direito à educação

A Constituição Federal de 1988 é o ponto de partida desta Política. Em seu artigo 205, reconhece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

O artigo 206 estabelece princípios que devem orientar a educação pública, entre eles a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, a gestão democrática e a garantia de qualidade. Já o artigo 208 trata das responsabilidades do Estado na oferta educacional.

A Constituição também estabelece, nos artigos 211 e 214, o regime de colaboração entre os entes federativos e as bases para o planejamento nacional da educação.

Para Araçás, esses princípios representam um compromisso: ampliar as oportunidades educativas sem perder de vista a equidade, a inclusão e o direito de cada estudante a uma formação de qualidade.

1.2. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), orienta a organização da educação brasileira e estabelece fundamentos importantes para a Educação Integral em Tempo Integral.

Seus artigos 2º e 3º reforçam a formação plena do estudante, a cidadania, a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a gestão democrática.

O artigo 26 orienta a organização curricular a partir de uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada que considere as características regionais e

locais. Esse princípio é especialmente importante para Araçás, onde a escola precisa dialogar com a cultura, os conhecimentos e as experiências das comunidades urbanas, do campo e quilombolas.

Na Educação Infantil, o artigo 31 estabelece o atendimento de, no mínimo, sete horas diárias para a jornada integral. No Ensino Fundamental, os artigos 32 e 34 tratam da formação básica do cidadão e da ampliação progressiva do tempo de permanência na escola.

Essas disposições deixam claro que a jornada ampliada precisa estar associada a uma proposta pedagógica consistente. Mais tempo na escola deve significar melhores condições para aprender, conviver, explorar conhecimentos e desenvolver habilidades.

1.3. O Programa Escola em Tempo Integral e a ampliação da oferta

A **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**, instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, com a finalidade de apoiar a criação de matrículas em tempo integral na Educação Básica.

A legislação considera matrícula em tempo integral aquela em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por período igual ou superior a sete horas diárias ou 35 horas semanais, durante o período letivo.

O Programa também orienta que a ampliação das matrículas esteja vinculada a propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular e à perspectiva da Educação Integral, com atenção especial às escolas que atendem estudantes em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A **Portaria MEC nº 2.036/2023** complementa esse marco ao estabelecer diretrizes para a ampliação da jornada escolar na perspectiva da Educação Integral.

Em Araçás, essas orientações reforçam a necessidade de planejar a expansão com responsabilidade. A abertura de novas vagas deve considerar não apenas a demanda, mas também as condições das unidades escolares, a disponibilidade de profissionais, a alimentação, o transporte, os espaços educativos e os recursos necessários ao atendimento.

A expansão precisa acontecer de forma organizada, garantindo que o aumento das matrículas seja acompanhado da qualidade da oferta.

1.4. O Plano Nacional de Educação e os compromissos de expansão

A **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), com duração de dez anos.

O novo PNE estabelece objetivos, metas e estratégias para orientar o planejamento educacional brasileiro. Entre eles, o Objetivo 6 trata da ampliação da Educação Integral em

Tempo Integral na rede pública, associando o crescimento da oferta à qualidade e à intencionalidade pedagógica.

A Meta 6.a estabelece a ampliação progressiva do atendimento, com os seguintes referenciais nacionais:

- Até o quinto ano de vigência, oferta de matrículas em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, atendendo pelo menos 35% dos estudantes da Educação Básica.
- Até o final da vigência, ampliação para, no mínimo, 65% das escolas públicas, atendendo pelo menos 50% dos estudantes.

Essas metas orientam o planejamento dos sistemas de ensino e devem ser consideradas na definição das estratégias municipais, respeitando as condições de oferta, a realidade da rede e as responsabilidades de cada ente federativo.

Para Araçás, o desafio não está apenas em ampliar o número de escolas e estudantes atendidos. Está também em assegurar que essa ampliação alcance quem mais precisa e seja acompanhada de condições adequadas de aprendizagem, inclusão, permanência e desenvolvimento.

Por isso, a Política Municipal deverá articular suas diretrizes ao Plano Municipal de Educação e aos instrumentos de planejamento e financiamento, estabelecendo metas próprias de implementação e acompanhamento.

1.5. As Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral

A **Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025**, instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, posteriormente alteradas pela **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026**.

Essas diretrizes orientam os sistemas de ensino na organização, implementação, gestão, monitoramento e avaliação da Educação Integral em Tempo Integral.

Seu conteúdo reafirma que a formação dos estudantes deve contemplar diferentes dimensões do desenvolvimento humano, reconhecendo a importância dos conhecimentos escolares, das relações sociais, da cultura, da participação e das experiências vividas dentro e fora da escola.

A Educação Integral, portanto, não pode ser reduzida a atividades complementares ou à divisão da jornada em dois momentos desconectados.

O currículo precisa ter unidade. As atividades desenvolvidas ao longo do dia devem dialogar entre si, contribuir para a aprendizagem e fazer sentido na vida dos estudantes.

Essa orientação também exige atenção à gestão democrática, à inclusão, à equidade e à participação das famílias e comunidades nas decisões que envolvem a organização da oferta.

1.6. Os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade

A **Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026**, instituiu os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral.

Esses parâmetros oferecem referências para que as redes de ensino possam avaliar suas condições de oferta, identificar necessidades e planejar melhorias. Eles estão organizados em seis dimensões:

1. Acesso e permanência com equidade.
2. Gestão democrática da Política de Educação Integral em Tempo Integral.
3. Articulação intersetorial e integração com os territórios e as comunidades.
4. Currículo, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento.
5. Valorização e desenvolvimento profissional dos educadores.
6. Monitoramento e avaliação da Política.

As dimensões são especialmente importantes para o Município porque ajudam a relacionar o planejamento educacional às condições reais das escolas.

Não basta identificar quantas matrículas foram ampliadas. É necessário acompanhar quem está sendo atendido, como os estudantes aprendem, quais dificuldades permanecem e que providências precisam ser tomadas.

O diagnóstico municipal da Educação Integral em Tempo Integral constitui uma referência para esse acompanhamento. Seus resultados deverão orientar as prioridades da rede e subsidiar a revisão periódica das ações desenvolvidas.

1.7. A Base Nacional Comum Curricular e a organização pedagógica

A **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** reconhece a Educação Integral como compromisso com o desenvolvimento global dos estudantes.

Essa concepção considera que aprender envolve conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências que se constroem nas relações com outras pessoas e com o mundo.

Na prática, significa organizar o currículo de modo que os diferentes componentes, projetos e atividades contribuam para uma formação integrada.

A leitura, a escrita, a matemática, as ciências, a arte, o esporte, a cultura, a tecnologia e a educação ambiental não devem ser compreendidos como experiências isoladas. Cada uma delas pode contribuir para ampliar conhecimentos, fortalecer vínculos e desenvolver novas formas de participação.

Em Araçás, a organização curricular deverá respeitar a BNCC, as diretrizes curriculares nacionais e o Referencial Curricular Municipal, valorizando também os conhecimentos e as práticas culturais presentes nos territórios.

Essa articulação deve estar presente nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, no planejamento dos professores e nas experiências educativas oferecidas aos estudantes.

1.8. As normas municipais e a organização do Sistema Municipal de Ensino

No âmbito municipal, a Política de Educação Integral em Tempo Integral considera os atos normativos já editados para orientar sua implantação. Entre eles, destacam-se:

Resolução CME/CP nº 006/2023: estabelece diretrizes para a implantação da Política de Educação Integral em Escola de Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino de Araçás/BA.

Decreto Municipal nº 650/2024: dispõe sobre diretrizes gerais para a implantação da Política de Educação em Escola de Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino.

Esses instrumentos representam parte do percurso já construído pelo Município e devem ser considerados na consolidação da Política para o período de 2026 a 2036.

A atualização do documento exige, contudo, que as normas municipais sejam examinadas à luz das disposições nacionais posteriores, especialmente das diretrizes operacionais e dos parâmetros de qualidade e equidade publicados em 2025 e 2026.

Esse trabalho deverá respeitar as competências da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, bem como os procedimentos próprios do Sistema Municipal de Ensino.

A **Secretaria Municipal de Educação** será responsável pelo planejamento, pela organização e pela execução das ações necessárias à implementação da Política, incluindo a expansão da oferta, a formação dos profissionais, o acompanhamento pedagógico e a articulação com os demais setores da administração pública.

Ao **Conselho Municipal de Educação** caberá exercer suas funções normativas, consultivas e de acompanhamento, nos limites das competências estabelecidas pela legislação municipal.

As unidades escolares, por sua vez, deverão incorporar as diretrizes da Educação Integral em Tempo Integral aos seus Projetos Político-Pedagógicos, Regimentos Escolares e instrumentos de planejamento, considerando as características de cada comunidade e as necessidades de seus estudantes.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

A participação dos profissionais da educação, das famílias e dos estudantes será fundamental para que essas orientações se traduzam em práticas educativas coerentes com a realidade local.

1.9. Articulação entre a legislação, o planejamento e a prática escolar

O conjunto de normas apresentado neste capítulo oferece a base para a organização da Educação Integral em Tempo Integral em Araçás.

Entretanto, a legislação só alcança seu verdadeiro sentido quando orienta decisões e se transforma em condições concretas de atendimento.

Por isso, a Política Municipal deverá manter articulação com o Plano Municipal de Educação, o Referencial Curricular Municipal, os Projetos Político-Pedagógicos, os Regimentos Escolares, os planos anuais de ação e os instrumentos de planejamento e financiamento da educação pública.

Também deverá considerar os resultados do diagnóstico municipal, as necessidades das unidades escolares e as contribuições das comunidades.

Essa relação entre legislação, planejamento e prática pedagógica permitirá que a ampliação da jornada escolar aconteça com organização, participação e acompanhamento permanente.

A construção de uma Educação Integral em Tempo Integral exige compromisso de todos os envolvidos. Cada órgão tem suas responsabilidades, mas o resultado depende da capacidade de trabalhar de forma articulada, ouvir as escolas, reconhecer as dificuldades e buscar soluções adequadas à realidade do Município.

Em Araçás, cumprir a legislação é o ponto de partida. O compromisso maior é fazer com que cada direito previsto nas normas seja reconhecido e vivido pelos estudantes, por meio de uma educação pública que acolha, ensine, valorize as diferenças e amplie oportunidades.

2. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL, EDUCACIONAL E LINHA DE BASE

2.1. Araçás: conhecer a realidade para planejar a Educação Integral

A construção de uma Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral começa pelo conhecimento da realidade em que ela será desenvolvida. É preciso olhar para as escolas, conhecer os estudantes, ouvir as comunidades e compreender as condições que favorecem ou dificultam o acesso, a permanência e a aprendizagem.

Em Araçás, esse olhar precisa considerar as características do território, a diversidade cultural da população e as particularidades das comunidades urbanas, do campo e quilombolas.

Cada comunidade tem sua história, seus conhecimentos e suas formas de viver. Essas diferenças precisam ser reconhecidas no planejamento educacional, pois influenciam o cotidiano das escolas, a organização do transporte, a participação das famílias e as oportunidades de aprendizagem oferecidas aos estudantes.

A Educação Integral em Tempo Integral deve partir dessa realidade. Ampliar a jornada escolar sem considerar as condições de vida dos estudantes pode significar aumentar o tempo de permanência na escola sem garantir as experiências educativas de que eles realmente precisam.

Por isso, o diagnóstico municipal não se limita a reunir números. Ele permite compreender o que a rede já construiu, identificar dificuldades e definir prioridades para os próximos anos.

O levantamento realizado pela Articuladora Municipal da Educação Integral em Tempo Integral e pela equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, entre setembro e outubro de 2026, constitui uma referência para esse trabalho.

Seus registros mostram que Araçás vem ampliando a oferta de Educação Integral em Tempo Integral. Ao mesmo tempo, apontam a necessidade de fortalecer a organização pedagógica, a infraestrutura, a formação dos profissionais, a gestão e a articulação com outros setores.

Essas informações orientam a construção da Política Municipal para o período de 2026 a 2036 e deverão ser atualizadas à medida que a rede avance na implementação de suas ações.

2.2. O percurso da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal

A experiência Do município com a jornada escolar ampliada não começou com a elaboração desta Política.

Desde 2021, a Creche Municipal Celcina Lucas de Jesus oferece atendimento em tempo integral, constituindo uma experiência importante da rede na organização de tempos, espaços, cuidados e práticas educativas voltadas à infância.

Em 2024, o Município ampliou essa trajetória com sua participação no Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei Federal nº 14.640/2023.

Naquele ano, a Escola Municipal Getúlio Vargas, localizada na zona rural, em comunidade quilombola, foi contemplada como unidade piloto para a ampliação da oferta. Foram

registradas 87 matrículas pactuadas no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), envolvendo turmas do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

A escolha dessa unidade representa um marco na trajetória municipal, especialmente por envolver uma escola do campo, situada em território quilombola e que atende estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Em 2025, a experiência foi ampliada na Escola Municipal Getúlio Vargas, e a oferta passou a contemplar também turmas da Educação Infantil, dos Grupos 4 e 5, e do 1º ano do Ensino Fundamental, na zona rural.

Na área urbana, o Colégio Municipal Márcio Nivaldo dos Santos Borges passou a integrar a oferta, com atendimento a estudantes dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. O histórico elaborado pela equipe técnica registra 76 matrículas pactuadas e 139 estudantes atendidos nessa unidade em 2025.

Com isso, a rede passou a contar com três unidades escolares com atendimento em tempo integral: a Creche Municipal Celcina Lucas de Jesus, a Escola Municipal Getúlio Vargas e o Colégio Municipal Márcio Nivaldo dos Santos Borges.

Esse percurso demonstra que a Educação Integral em Tempo Integral já faz parte da experiência educacional de Araçás. A Política Municipal deverá considerar esse trabalho, reconhecer os conhecimentos construídos pelas equipes escolares e orientar sua continuidade e expansão.

2.3. Evolução das matrículas e linha de base

O diagnóstico municipal apresenta a evolução do atendimento em tempo integral entre 2024 e 2026.

Ano	Matrículas em tempo integral	Unidades escolares atendidas
2024	188	2
2025	394	3
2026	468	3

Fonte: Diagnóstico Situacional da Educação Integral em Tempo Integral de Araçás, elaborado pela equipe municipal, setembro–outubro de 2026. Dados sujeitos à validação nos registros oficiais.

Os números mostram uma ampliação do atendimento ao longo dos três anos.

Entre 2024 e 2025, a rede passou de 188 para 394 matrículas. Em 2026, o diagnóstico registra 468 estudantes atendidos, mantendo três unidades escolares na oferta.

O crescimento do número de matrículas demonstra a continuidade da expansão, mas também chama a atenção para uma questão importante: o aumento do atendimento não ocorreu, na mesma proporção, com a ampliação do número de escolas participantes.

Isso reforça a necessidade de examinar a capacidade das unidades que já oferecem tempo integral e, ao mesmo tempo, planejar a entrada de novas escolas, respeitando suas condições de funcionamento.

2.4. A rede escolar e as condições para ampliação da oferta

O levantamento encaminhado pela equipe técnica considera um universo de 18 escolas municipais, das quais três ofertavam Educação Integral em Tempo Integral em 2026.

Esse dado permite observar que a ampliação do atendimento ainda envolve um conjunto expressivo de unidades que precisarão ser analisadas antes de sua possível inclusão na oferta.

Cada escola apresenta condições próprias. Algumas poderão necessitar de adequações nos espaços físicos. Outras dependerão de reorganização do transporte, ampliação da alimentação escolar, disponibilidade de profissionais ou ajustes na organização curricular.

Por essa razão, a definição das próximas unidades não deverá considerar apenas a quantidade de vagas que poderão ser abertas.

Será necessário verificar as condições de funcionamento, a demanda das famílias, a localização das escolas, a acessibilidade, a disponibilidade de espaços educativos e a capacidade da rede de manter o atendimento ao longo do ano letivo.

O diagnóstico deverá orientar esse processo, identificando as necessidades de cada unidade e os investimentos necessários para a expansão.

O detalhamento das escolas prioritárias, das metas anuais e dos recursos previstos será apresentado no Plano Municipal de Implementação e Expansão da Educação Integral em Tempo Integral.

2.5. Equidade territorial: ampliar o acesso sem deixar ninguém para trás

O município possui realidades territoriais que precisam ser consideradas na organização da Educação Integral em Tempo Integral.

Para estudantes que vivem em comunidades do campo, por exemplo, a distância entre a residência e a escola, as condições das estradas e os horários do transporte podem interferir diretamente na frequência e na permanência.

Nas comunidades quilombolas, o planejamento também precisa reconhecer as identidades culturais, os conhecimentos tradicionais, a história local e a participação das famílias e lideranças comunitárias.

Da mesma forma, estudantes com deficiência e aqueles que enfrentam situações de vulnerabilidade social podem necessitar de apoios específicos para participar plenamente das atividades escolares.

Essas condições não devem ser tratadas como obstáculos à matrícula. Ao contrário, precisam orientar as decisões da rede para que o acesso à Educação Integral em Tempo Integral seja assegurado com equidade.

A ampliação das vagas deverá seguir critérios claros, públicos e não discriminatórios, considerando as necessidades dos estudantes e as condições de oferta.

O acompanhamento da frequência, da permanência e da participação também deverá ajudar a identificar situações que exijam atenção da escola e da Secretaria Municipal de Educação.

Mais do que ampliar o atendimento, o compromisso é garantir que os estudantes tenham condições reais de permanecer, aprender e participar da vida escolar.

2.6. Organização pedagógica e qualidade das experiências educativas

O diagnóstico municipal também chama a atenção para a importância de fortalecer a organização pedagógica das escolas que ofertam Educação Integral em Tempo Integral.

A ampliação da jornada precisa estar vinculada a um currículo integrado, no qual as atividades desenvolvidas ao longo do dia contribuam para os mesmos objetivos de aprendizagem e formação.

Não se trata de separar um turno destinado aos conteúdos escolares e outro reservado a atividades complementares sem relação com o currículo.

O tempo ampliado deve permitir novas experiências, aprofundamento dos conhecimentos, acompanhamento das aprendizagens e participação em atividades culturais, científicas, esportivas, artísticas e ambientais.

Em Araçás, essas experiências podem dialogar com os saberes das comunidades, as manifestações culturais, a história do Município e as características de seus territórios.

Na Educação Infantil, a organização da jornada deverá respeitar as necessidades das crianças, garantindo tempos adequados para brincadeiras, interações, alimentação, higiene, descanso e exploração do ambiente.

No Ensino Fundamental, a proposta deverá fortalecer as aprendizagens essenciais, a leitura, a escrita, a matemática, a investigação, a convivência e o desenvolvimento de projetos integradores.

Em todas as etapas, será necessário acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e avaliar continuamente se as práticas educativas estão alcançando os resultados esperados.

2.7. Inclusão, acessibilidade e atendimento às diferentes necessidades

Uma Educação Integral comprometida com a equidade precisa assegurar a participação de todos os estudantes.

Isso exige atenção às condições de acessibilidade, à organização dos espaços, à disponibilidade de recursos pedagógicos e aos apoios necessários para estudantes público da Educação Especial.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deverá estar articulado ao trabalho desenvolvido nas turmas comuns, respeitando as necessidades individuais e as orientações legais aplicáveis.

A ampliação da jornada também exige cuidado com os tempos de alimentação, higiene, descanso, convivência e deslocamento, especialmente para crianças pequenas e estudantes que necessitam de apoio nas atividades da vida escolar.

Essas necessidades deverão ser consideradas no planejamento das unidades, na organização das equipes e na formação dos profissionais.

O compromisso com a inclusão não se resume à garantia da matrícula. Envolve assegurar condições para que cada estudante participe das atividades, desenvolva suas potencialidades e tenha seus direitos respeitados.

2.8. Profissionais da educação e necessidades de formação

A experiência das escolas que já ofertam tempo integral mostra a importância do trabalho coletivo.

Professores, gestores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da educação participam, de diferentes formas, da organização da jornada e do acompanhamento dos estudantes.

A ampliação do atendimento exige que esses profissionais compreendam a proposta de Educação Integral e tenham condições de desenvolver suas responsabilidades de forma articulada.

Por isso, o diagnóstico aponta a formação continuada como uma necessidade permanente.

As ações formativas deverão contemplar currículo integrado, planejamento, avaliação, práticas pedagógicas, inclusão, relações étnico-raciais, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, proteção integral e organização dos tempos e espaços escolares.

Também será importante envolver os profissionais não docentes, respeitando suas atribuições e reconhecendo sua participação na rotina das escolas.

A formação deverá partir das dificuldades e necessidades identificadas pelas próprias unidades, valorizando as experiências já construídas e favorecendo a troca de conhecimentos entre os profissionais.

2.9. Gestão democrática e participação das comunidades

A Educação Integral em Tempo Integral se fortalece quando a comunidade escolar participa de sua construção.

As famílias conhecem aspectos importantes da vida dos estudantes. Os profissionais da educação acompanham suas aprendizagens e dificuldades. Os próprios estudantes têm percepções sobre a rotina escolar que precisam ser ouvidas.

Por isso, a implementação da Política deverá assegurar espaços de diálogo, escuta e participação.

Os conselhos escolares, as reuniões com famílias, os momentos de planejamento coletivo e as consultas às comunidades poderão contribuir para identificar necessidades e avaliar as condições de atendimento.

Nas comunidades do campo e quilombolas, esses processos deverão respeitar as formas próprias de organização e participação, observadas as normas aplicáveis.

A escuta precisa produzir encaminhamentos. As contribuições recebidas deverão ser analisadas pela Secretaria Municipal de Educação e consideradas no planejamento das ações. Esse cuidado aproxima a Política da realidade das escolas e fortalece a responsabilidade compartilhada pela educação.

2.10. Articulação entre educação e demais políticas públicas

O diagnóstico também aponta a necessidade de fortalecer a relação entre a Secretaria Municipal de Educação e os demais setores que participam da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

A escola acompanha situações que nem sempre podem ser resolvidas apenas por meio de ações pedagógicas.

Questões relacionadas à saúde, à assistência social, à alimentação, à proteção, ao transporte e ao acesso à cultura e ao esporte exigem diálogo e cooperação entre diferentes áreas.

Nesse contexto, o Comitê Intersetorial de Educação Integral em Tempo Integral deverá contribuir para a articulação das ações, respeitando as competências dos órgãos envolvidos.

Será importante estabelecer procedimentos claros de comunicação, encaminhamento e acompanhamento das situações identificadas pelas escolas. Essa articulação deverá

fortalecer o atendimento aos estudantes e às famílias, evitando ações isoladas e favorecendo respostas adequadas às necessidades de cada território.

2.11. Monitoramento e atualização do diagnóstico

O diagnóstico não deve ser entendido como um documento produzido apenas para iniciar a Política.

A realidade educacional muda. As matrículas variam, novas necessidades aparecem, as escolas passam por adequações e as condições de atendimento precisam ser acompanhadas.

Por isso, a Secretaria Municipal de Educação deverá manter atualizadas as informações que orientam a Educação Integral em Tempo Integral.

O acompanhamento deverá considerar, entre outros aspectos, o número de estudantes atendidos, a distribuição das matrículas por escola e território, a frequência, a permanência, as aprendizagens, a inclusão, a infraestrutura e a formação dos profissionais.

Essas informações deverão subsidiar relatórios periódicos, permitindo identificar avanços, dificuldades e providências necessárias.

O relatório anual de monitoramento deverá reunir os resultados alcançados, as ações desenvolvidas e as prioridades para o período seguinte, sendo encaminhado ao Conselho Municipal de Educação para conhecimento e apreciação, conforme suas competências.

A divulgação das informações deverá respeitar a legislação de proteção de dados pessoais e os procedimentos de transparência da administração pública.

O acompanhamento contínuo permitirá que as decisões sejam tomadas com base na realidade da rede, evitando que o planejamento se distancie das necessidades das escolas e dos estudantes.

2.12. Prioridades identificadas para o período de 2026 a 2036

A leitura do diagnóstico municipal, associada ao histórico de implementação da Educação Integral em Tempo Integral, permite identificar prioridades que deverão orientar o planejamento da rede. Entre elas, destacam-se:

1. **Consolidar a linha de base municipal**, conferindo os dados de matrículas, escolas atendidas, demanda e condições de oferta.
2. **Planejar a expansão com equidade**, considerando as necessidades dos estudantes e as particularidades das comunidades urbanas, do campo e quilombolas.

3. **Adequar as condições de funcionamento das escolas**, com atenção à infraestrutura, alimentação, transporte, acessibilidade, recursos pedagógicos e disponibilidade de profissionais.
4. **Fortalecer a organização curricular**, assegurando integração entre os diferentes tempos e experiências educativas.
5. **Ampliar as condições de inclusão**, com os recursos e apoios necessários à participação dos estudantes público da Educação Especial.
6. **Organizar a formação continuada**, contemplando os diferentes profissionais envolvidos na oferta.
7. **Fortalecer a participação das famílias e comunidades**, garantindo espaços de escuta, diálogo e acompanhamento.
8. **Aprimorar a articulação intersetorial**, com responsabilidades e procedimentos definidos entre os setores envolvidos.
9. **Estabelecer mecanismos permanentes de monitoramento**, com indicadores, relatórios e avaliação dos resultados.
10. **Vincular a expansão ao planejamento financeiro**, assegurando condições para a continuidade e a qualidade do atendimento.

Essas prioridades deverão orientar a elaboração do Plano Municipal de Implementação e Expansão, que apresentará as ações, metas, prazos, responsáveis e recursos necessários.

2.13. Síntese do diagnóstico e compromisso municipal

O município já possui uma trajetória de oferta de Educação Integral em Tempo Integral. As experiências iniciadas na Educação Infantil e ampliadas para o Ensino Fundamental representam uma base importante para os próximos anos.

O diagnóstico mostra avanços no atendimento, mas também evidencia que a continuidade da expansão dependerá de planejamento, organização pedagógica, adequação das escolas, formação dos profissionais e participação das comunidades. A Política Municipal para o período de 2026 a 2036 parte dessa realidade.

Seu compromisso é reconhecer o trabalho já realizado, enfrentar as dificuldades identificadas e orientar a ampliação das oportunidades educativas de forma responsável, inclusiva e atenta às necessidades dos estudantes.

A Educação Integral em Tempo Integral não se constrói apenas com novas matrículas. Ela se concretiza no cotidiano das escolas, na qualidade das relações, no cuidado com cada estudante e nas oportunidades que a educação é capaz de oferecer.

Conhecer a realidade de Araçás é o primeiro passo para transformá-la. E fazer da Educação Integral uma oportunidade para todos é um compromisso que precisa estar presente em cada decisão, em cada escola e em cada ação da Rede Municipal de Ensino.

3. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS, DIREITOS E DIRETRIZES

3.1. Educação Integral: uma concepção de formação humana

Educar é muito mais do que ensinar conteúdos. É ajudar cada estudante a conhecer o mundo, compreender a realidade em que vive, desenvolver suas capacidades e construir caminhos para participar da sociedade. É nessa compreensão que se fundamenta a **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás/BA — 2026–2036**.

A Educação Integral reconhece que o estudante aprende e se desenvolve em diferentes dimensões: intelectual, física, emocional, afetiva, social, ética, cultural e estética. Essas dimensões se relacionam e fazem parte de sua formação como pessoa.

Isso significa compreender que o desenvolvimento humano não acontece apenas dentro da sala de aula. Ele também se constrói nas relações familiares, nas experiências culturais, na convivência com outras pessoas e na participação na vida comunitária.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 1º, reconhece que a educação abrange os processos formativos desenvolvidos na família, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais.

A escola tem uma responsabilidade própria nesse processo: organizar o ensino, garantir o acesso aos conhecimentos e criar condições para que todos aprendam. Mas seu trabalho ganha mais sentido quando reconhece as experiências que os estudantes trazem de seus territórios e estabelece relações entre esses conhecimentos e o currículo escolar.

Na nossa rede municipal, essa concepção exige atenção às características das comunidades urbanas, do campo e quilombolas, valorizando suas histórias, culturas, conhecimentos e formas de organização.

O compromisso da Educação Integral é oferecer uma formação que respeite essas diferenças e, ao mesmo tempo, amplie os horizontes dos estudantes, permitindo que conheçam outras realidades, desenvolvam novas habilidades e construam seus próprios projetos de vida.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Assim, a Educação Integral não se define pela quantidade de horas que o estudante permanece na escola, mas pela qualidade e pelo sentido das experiências educativas que lhe são oferecidas.

3.2. Educação em Tempo Integral: ampliar a jornada e as oportunidades

É importante distinguir dois conceitos que caminham juntos, mas não significam a mesma coisa.

A **Educação Integral** é uma concepção de formação humana. Considera o estudante em sua totalidade e orienta o trabalho educativo para o desenvolvimento de suas diferentes capacidades.

A **Educação em Tempo Integral** é uma forma de organizar a jornada escolar, ampliando o tempo destinado às atividades educativas. Quando essas duas dimensões se encontram, a ampliação do tempo passa a contribuir para uma formação mais ampla, diversificada e integrada.

Por isso, oferecer Educação Integral em Tempo Integral não significa apenas acrescentar horas à rotina escolar. Significa pensar no que será desenvolvido nesse período, como as atividades será organizadas e de que maneira contribuirão para a aprendizagem e o bem-estar dos estudantes.

O tempo ampliado deve abrir espaço para o aprofundamento dos conhecimentos, a leitura, a escrita, a matemática, as ciências, as artes, o esporte, a cultura, a tecnologia, a investigação e outras experiências que façam sentido na vida escolar.

Também precisa respeitar os momentos de alimentação, higiene, descanso, brincadeiras e convivência, de acordo com as necessidades de cada etapa de ensino.

Na Educação Infantil, por exemplo, cuidar e educar são responsabilidades inseparáveis. As interações, as brincadeiras e as experiências vividas ao longo do dia fazem parte do processo educativo.

No Ensino Fundamental, a jornada ampliada deve fortalecer as aprendizagens essenciais e criar novas oportunidades para que os estudantes pesquisem, experimentem, participem de projetos e desenvolvam seus interesses e capacidades.

A legislação nacional estabelece, para a matrícula em tempo integral, jornadas mínimas de sete horas diárias ou 35 horas semanais, observadas às condições e os critérios aplicáveis à oferta.

A Resolução CNE/CEB nº 7/2025 também prevê que os sistemas de ensino possam organizar o atendimento em escolas exclusivas de tempo integral, nas quais todas as turmas

funcionam em jornada ampliada, ou em escolas mistas, que reúnem turmas de tempo integral e de tempo parcial.

Em Araçás, a definição dessas formas de oferta deverá considerar as características das unidades escolares, a demanda dos estudantes e as condições pedagógicas, estruturais e administrativas da rede.

Independentemente da organização adotada, um princípio deverá orientar todas as decisões: **o tempo ampliado, precisa representar mais oportunidades de aprender, conviver, participar e desenvolver-se.**

3.3. O estudante no centro do processo educativo

Toda proposta de Educação Integral precisa começar por uma pergunta: de que os nossos estudantes necessitam para aprender e se desenvolver?

A resposta exige conhecer suas condições de vida, suas experiências, seus interesses, suas dificuldades e suas potencialidades.

Cada estudante possui uma trajetória própria. Aprende em seu ritmo, estabelece diferentes relações com o conhecimento e necessita de oportunidades adequadas para desenvolver suas capacidades.

Colocar o estudante no centro do processo educativo significa reconhecer essas diferenças e organizar práticas pedagógicas que favoreçam sua participação.

Isso não diminui a importância dos conhecimentos escolares. Ao contrário, exige que o ensino seja planejado com clareza, intencionalidade e compromisso com a aprendizagem de todos.

Também significa ouvir os estudantes, valorizar suas perguntas, incentivar a curiosidade, respeitar suas opiniões e criar espaços para que participem da vida escolar.

A escola precisa: ensinar, orientar e acompanhar. Precisa, igualmente, acolher, escutar e reconhecer que aprender envolve desafios, descobertas, relações e experiências.

No município, a centralidade do estudante deverá orientar o currículo, o planejamento pedagógico, a avaliação e as decisões relacionadas à organização da jornada escolar.

3.4. Educação Integral como direito de todos

A Educação Integral está diretamente relacionada ao direito à educação e ao pleno desenvolvimento humano.

Esse direito deve ser assegurado sem discriminação, respeitando as diferenças sociais, culturais, territoriais, étnico-raciais e as necessidades específicas dos estudantes.

Na Rede Municipal de Araçás, a ampliação da oferta em tempo integral deverá observar critérios de equidade, de modo que as condições de acesso não ampliem desigualdades já existentes.

Isso exige atenção especial aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, aos que vivem em comunidades do campo e quilombolas, aos estudantes com deficiência e àqueles que enfrentam barreiras para frequentar e permanecer na escola.

Garantir direitos não significa oferecer exatamente as mesmas condições a todos. Significa reconhecer que alguns estudantes necessitam de apoios e recursos específicos para participar das atividades escolares em igualdade de oportunidades.

A Política Municipal deverá orientar a organização de ambientes acessíveis, práticas pedagógicas inclusivas, recursos adequados e articulação com os serviços necessários ao atendimento dos estudantes.

Também deverá assegurar o respeito às identidades culturais e às formas de vida das comunidades, reconhecendo que a diversidade faz parte da educação e precisa estar presente no cotidiano escolar.

O direito à Educação Integral envolve, portanto, acesso, permanência, participação, aprendizagem, proteção e respeito à dignidade de cada estudante.

3.5. Currículo integrado e valorização dos saberes

O currículo ocupa lugar central na Educação Integral em Tempo Integral.

É por meio dele que a escola organiza os conhecimentos, as experiências e as oportunidades de aprendizagem que serão oferecidas aos estudantes.

Em Araçás, a organização curricular deverá articular a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Referencial Curricular Municipal e a parte diversificada, respeitando as características das etapas e modalidades de ensino.

Essa articulação precisa acontecer de forma integrada, evitando a separação entre atividades consideradas principais e outras tratadas apenas como complementares.

A leitura, a escrita, a matemática, as ciências, a cultura, a arte, o esporte, a educação ambiental e as tecnologias devem contribuir para uma mesma proposta de formação.

Os projetos integradores, as atividades interdisciplinares e as experiências desenvolvidas em diferentes espaços podem favorecer essa aproximação entre os conhecimentos.

O território também tem muito a ensinar. As manifestações culturais, as histórias das comunidades, os espaços naturais, as práticas sociais e os conhecimentos locais podem enriquecer o trabalho pedagógico e aproximar a escola da realidade dos estudantes. Valorizar esses saberes não significa limitar a aprendizagem ao que o estudante já conhece. Significa partir de sua realidade para ampliar conhecimentos, apresentar novas possibilidades e fortalecer sua capacidade de compreender o mundo.

3.6. Princípios da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás será orientada pelos seguintes princípios:

I — Formação integral do estudante. Reconhecer o desenvolvimento humano em suas diferentes dimensões, assegurando experiências educativas que contribuam para a aprendizagem, a convivência e a participação social.

II — Centralidade do estudante. Respeitar seus direitos, necessidades, interesses, potencialidades e diferentes ritmos de aprendizagem, garantindo condições para sua participação no processo educativo.

III — Equidade e igualdade de oportunidades. Considerar as desigualdades sociais, econômicas, territoriais, raciais, culturais e educacionais, orientando a oferta para a redução das barreiras de acesso, permanência e aprendizagem.

IV — Inclusão e respeito à diversidade. Assegurar o acolhimento das diferenças, a acessibilidade e os apoios necessários à participação dos estudantes, com respeito às suas identidades e necessidades.

V — Integração curricular. Articular os conhecimentos e as experiências educativas em uma proposta pedagógica única, evitando a fragmentação entre os diferentes momentos da jornada escolar.

VI — Valorização dos territórios e das culturas locais. Reconhecer os saberes, as histórias e as práticas culturais das comunidades urbanas, do campo e quilombolas como parte da formação dos estudantes.

VII — Gestão democrática e participação. Fortalecer o diálogo e a participação de estudantes, famílias, profissionais da educação e comunidades nas decisões relacionadas à vida escolar.

VIII — Articulação entre escola, família e políticas públicas. Promover o trabalho conjunto entre a educação e os demais setores envolvidos na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

IX — Valorização dos profissionais da educação. Reconhecer a importância dos diferentes profissionais, assegurando formação continuada, planejamento coletivo e condições adequadas para o desenvolvimento de suas atividades.

X — Qualidade das experiências educativas. Organizar a jornada ampliada com intencionalidade pedagógica, diversidade de atividades e compromisso com as aprendizagens e o desenvolvimento integral.

XI — Proteção integral e bem-estar. Respeitar as necessidades de cuidado, alimentação, higiene, descanso, convivência e segurança dos estudantes, conforme a etapa de ensino e suas condições individuais.

XII — Acompanhamento e avaliação permanente. Utilizar registros, indicadores e processos de avaliação para compreender os resultados, identificar dificuldades e orientar melhorias na oferta educacional.

3.7. Diretrizes para a organização da Educação Integral em Tempo Integral

Os princípios apresentados deverão orientar as decisões da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares. Para sua aplicação, a Política Municipal estabelece as seguintes diretrizes:

I — Planejar a expansão da oferta com base no diagnóstico da rede, na demanda educacional, nos critérios de equidade e nas condições de funcionamento das escolas.

II — Garantir uma jornada escolar organizada, respeitando a carga horária prevista na legislação e as necessidades próprias da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

III — Assegurar a integração entre currículo, planejamento e avaliação, de modo que todas as atividades contribuam para os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

IV — Fortalecer práticas pedagógicas diversificadas, incluindo projetos, experiências culturais, científicas, esportivas, artísticas, ambientais e tecnológicas.

V — Valorizar os conhecimentos e as experiências dos territórios, promovendo a relação entre escola, comunidade e diferentes espaços educativos.

VI — Garantir condições de inclusão e acessibilidade, com recursos, serviços e apoios necessários à participação dos estudantes público da Educação Especial.

VII — Respeitar as especificidades da Educação do Campo e da Educação Escolar Quilombola, assegurando a valorização das identidades, das culturas e da participação comunitária.

VIII — Promover a formação continuada dos profissionais, considerando as necessidades das escolas e as responsabilidades de cada função.

IX — Fortalecer a gestão democrática, assegurando espaços de diálogo, escuta e participação da comunidade escolar.

X — Ampliar a articulação intersetorial, especialmente com as áreas de Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Meio Ambiente, Transporte e Proteção à Criança e ao Adolescente.

XI — Assegurar condições adequadas de infraestrutura e funcionamento, incluindo alimentação, transporte escolar, espaços educativos, recursos pedagógicos e segurança.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

XII — Acompanhar a implementação da Política, por meio de indicadores, avaliações periódicas e análise dos resultados educacionais.

XIII — Articular a Política Municipal aos instrumentos de planejamento educacional, especialmente ao Plano Municipal de Educação, ao Referencial Curricular Municipal, aos Projetos Político-Pedagógicos e ao Plano Municipal de Implementação e Expansão da Educação Integral em Tempo Integral.

3.8. O compromisso de Araçás com a formação integral

A Educação Integral em Tempo Integral exige uma mudança na forma de compreender o tempo, o currículo e as relações que acontecem na escola. Essa mudança não se faz apenas com novas atividades ou reorganização de horários. Ela depende de planejamento, participação, formação profissional e compromisso com a aprendizagem.

No município, a Política Municipal reconhece o trabalho já desenvolvido pela rede e estabelece uma direção para os próximos anos: ampliar as oportunidades educativas, respeitando as diferenças e garantindo condições para que os estudantes aprendam e se desenvolvam, pois a escola precisa ser um lugar onde o conhecimento tenha sentido, as relações sejam construídas com respeito e cada estudante encontre oportunidades para descobrir suas capacidades. É esse o compromisso que orienta as concepções, os princípios e as diretrizes desta Política.

Educação Integral é reconhecer que cada estudante tem uma história, muitas capacidades e o direito de desenvolver todas elas. Ampliar o tempo escolar é uma oportunidade de tornar esse direito cada vez mais presente na vida de nossas crianças e adolescentes.

4. OBJETIVOS E COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS

A Educação Integral em Tempo Integral representa uma oportunidade de ampliar as experiências educativas e oferecer aos estudantes melhores condições para aprender, conviver e desenvolver suas capacidades. No nosso município, essa proposta parte do trabalho já realizado pela Rede Municipal de Ensino e do compromisso de avançar na garantia de uma educação pública inclusiva, acolhedora e atenta às necessidades de cada estudante.

Ampliar a jornada escolar é parte desse compromisso. Mas o tempo a mais precisa ter sentido. Deve contribuir para fortalecer as aprendizagens, diversificar as práticas pedagógicas, valorizar os conhecimentos das comunidades e criar oportunidades que nem sempre estão presentes na rotina escolar. É com essa compreensão que a Política Municipal

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás, para o período de 2026 a 2036, estabelece seus objetivos e compromissos institucionais.

4.1. Objetivo geral

Consolidar e ampliar, de forma progressiva e planejada, a oferta de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Pública Municipal de Ensino de Araçás, assegurando uma jornada escolar de qualidade, com currículo integrado, práticas pedagógicas diversificadas, inclusão e equidade, de modo a fortalecer as aprendizagens, promover o desenvolvimento integral dos estudantes e garantir seus direitos de acesso, permanência e participação na vida escolar.

4.2. Objetivos específicos

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral tem como objetivos específicos:

I — Fortalecer as aprendizagens dos estudantes, desenvolvendo práticas pedagógicas que contribuam para a melhoria dos resultados educacionais e para a formação humana em suas diferentes dimensões.

II — Ampliar e diversificar as oportunidades educativas, integrando os conhecimentos escolares às experiências culturais, científicas, artísticas, esportivas, ambientais e tecnológicas.

III — Desenvolver as capacidades e potencialidades dos estudantes, respeitando seus diferentes ritmos de aprendizagem, interesses, necessidades e formas de participação.

IV — Promover práticas pedagógicas integradas e interdisciplinares, fortalecendo a relação entre os componentes curriculares, os projetos educativos e as experiências vividas ao longo da jornada escolar.

V — Valorizar a cultura, a história e os conhecimentos das comunidades, aproximando a escola das realidades urbanas, do campo e quilombolas e reconhecendo o território como espaço de aprendizagem.

VI — Fortalecer a participação dos estudantes, criando oportunidades para o diálogo, a expressão de ideias, a convivência, a autonomia e o exercício da cidadania.

VII — Assegurar atenção, cuidado e proteção integral às crianças e aos adolescentes, respeitando suas necessidades de desenvolvimento, bem-estar, segurança e convivência.

VIII — Promover a inclusão e o respeito à diversidade, garantindo condições de acesso, participação e aprendizagem aos estudantes, especialmente àqueles que enfrentam barreiras sociais, territoriais, culturais ou relacionadas à deficiência.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

IX — Desenvolver ações educativas voltadas aos direitos humanos, à educação para as relações étnico-raciais, à sustentabilidade e ao respeito às diferenças, fortalecendo valores de convivência, responsabilidade e participação social.

X — Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes e de suas comunidades, por meio de projetos que relacionem os conhecimentos escolares às questões sociais, culturais e ambientais do território.

XI — Fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação, oferecendo oportunidades de estudo, planejamento e aperfeiçoamento das práticas de ensino, gestão e avaliação.

XII — Assegurar condições adequadas de funcionamento das escolas, considerando infraestrutura, acessibilidade, alimentação, transporte, equipamentos, recursos pedagógicos e tecnológicos.

XIII — Contribuir para a redução do abandono escolar, da reprovação e da distorção idade-ano, por meio de acompanhamento pedagógico, apoio às aprendizagens e ações voltadas à permanência dos estudantes.

XIV — Ampliar progressivamente a oferta de matrículas em tempo integral, considerando o diagnóstico da rede, as demandas das comunidades, os critérios de equidade e as condições de atendimento.

XV — Fortalecer a relação entre escola, família e comunidade, ampliando os espaços de diálogo, participação e responsabilidade compartilhada pela educação.

XVI — Acompanhar e avaliar os resultados da Política, utilizando informações sobre acesso, permanência, aprendizagem, inclusão e condições de oferta para orientar decisões e aperfeiçoar as ações desenvolvidas.

4.3. Compromissos institucionais do Município

A realização desses objetivos exige mais do que a definição de metas. Depende de decisões, condições de trabalho e responsabilidades assumidas ao longo da implementação da Política.

Nesse sentido, o Município de Araçás, por meio da Secretaria Municipal de Educação e em articulação com os demais órgãos competentes, assume os seguintes compromissos:

I — Garantir o direito à Educação Integral com equidade

Organizar a ampliação da oferta considerando as necessidades dos estudantes e as desigualdades existentes entre os territórios.

A definição das unidades e turmas atendidas deverá observar critérios públicos, transparentes e não discriminatórios, com atenção especial às comunidades do campo e quilombolas, aos estudantes com deficiência e àqueles em situação de vulnerabilidade social.

II — Assegurar qualidade pedagógica à jornada ampliada

Garantir que o tempo integral esteja vinculado a uma proposta curricular integrada, com objetivos de aprendizagem definidos, planejamento pedagógico e acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes.

As atividades deverão contribuir para uma formação ampla, evitando a separação entre momentos considerados exclusivamente acadêmicos e experiências tratadas apenas como ocupação do tempo.

III — Valorizar os profissionais da educação

Reconhecer a importância dos professores, gestores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais que participam da rotina escolar.

Esse compromisso envolve formação continuada, planejamento coletivo, definição de responsabilidades e atenção às condições necessárias ao exercício de suas funções.

IV — Garantir condições adequadas de atendimento

Planejar a expansão considerando as condições reais das escolas.

A ampliação das matrículas deverá estar acompanhada da organização dos espaços, da alimentação, do transporte, da acessibilidade, dos recursos pedagógicos e da disponibilidade de profissionais.

A qualidade do atendimento precisa ser considerada desde o planejamento, e não apenas depois da abertura de novas vagas.

V — Fortalecer a gestão democrática e a participação

Assegurar espaços de escuta e diálogo com estudantes, famílias, profissionais da educação e comunidades.

As contribuições desses segmentos deverão ser consideradas no planejamento, no acompanhamento e na avaliação das ações, respeitando as competências dos órgãos e colegiados do Sistema Municipal de Ensino.

VI — Promover a articulação entre educação e demais políticas públicas

Fortalecer o trabalho conjunto com as áreas de Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Meio Ambiente, Transporte e Proteção à Criança e ao Adolescente.

Essa articulação deverá contribuir para o atendimento das necessidades dos estudantes, a utilização educativa dos espaços do território e a garantia de seus direitos.

VII — Planejar a expansão com responsabilidade

Organizar o crescimento da oferta de forma progressiva, considerando o diagnóstico educacional, as condições das unidades escolares e a disponibilidade de recursos.

As metas, os prazos, os investimentos e as responsabilidades serão detalhados no Plano Municipal de Implementação e Expansão da Educação Integral em Tempo Integral.

VIII — Acompanhar os resultados e aperfeiçoar as ações

Manter processos de monitoramento e avaliação que permitam conhecer os avanços, identificar dificuldades e orientar as providências necessárias.

O acompanhamento deverá considerar não apenas o número de matrículas, mas também a aprendizagem, a frequência, a permanência, a participação, a inclusão e as condições de atendimento.

4.4. Eixos estruturantes da implementação

Para organizar o trabalho da Rede Municipal de Ensino, a Política de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás adota cinco eixos estruturantes: **Ampliar, Formar, Fomentar, Entrelaçar e Acompanhar**. Esses eixos foram definidos no processo de construção da proposta municipal e orientam diferentes frentes de atuação. Embora tenham finalidades próprias, precisam ser desenvolvidos de forma articulada.

Eixo I — AMPLIAR

Ampliar o acesso, garantindo condições para permanecer e aprender.

Este eixo orienta a expansão progressiva das matrículas em tempo integral, considerando a demanda educacional, as características dos territórios e as condições de funcionamento das escolas.

A ampliação deverá priorizar critérios de equidade e ser acompanhada das adequações necessárias à qualidade do atendimento.

Eixo II — FORMAR

Valorizar quem educa e fortalecer o trabalho pedagógico.

A formação continuada deverá apoiar os profissionais da educação na compreensão da proposta de Educação Integral e no desenvolvimento de práticas adequadas à jornada ampliada.

As ações formativas considerarão as necessidades das escolas e envolverão professores, gestores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais, respeitando suas funções.

Eixo III — FOMENTAR

Diversificar as experiências e dar mais sentido às aprendizagens.

Este eixo busca fortalecer práticas pedagógicas que ampliem as oportunidades de aprender, investigar, criar e participar.

Envolve projetos integradores, metodologias diversificadas e experiências relacionadas à cultura, à ciência, à arte, ao esporte, à tecnologia, ao meio ambiente e aos conhecimentos das comunidades.

Eixo IV — ENTRELAÇAR

Aproximar escola, família, comunidade e políticas públicas.

A Educação Integral precisa reconhecer que a formação dos estudantes também acontece nas relações que estabelecem com o território.

Este eixo orienta o diálogo com as famílias, a participação das comunidades e a articulação com os demais setores públicos, fortalecendo ações de cuidado, proteção e desenvolvimento.

Eixo V — ACOMPANHAR

Conhecer os resultados para melhorar continuamente.

A implementação da Política deverá ser acompanhada por meio de registros, indicadores, avaliações e momentos de escuta.

O objetivo é compreender o que está funcionando, identificar dificuldades e orientar decisões que contribuam para a qualidade da oferta.

O acompanhamento deverá considerar tanto os resultados educacionais quanto as condições necessárias para que as escolas desenvolvam seu trabalho.

4.5. Da definição dos objetivos à realização das ações

Os objetivos e compromissos desta Política orientam o trabalho da Rede Municipal de Ensino durante sua vigência, de 2026 a 2036. Sua realização acontecerá de forma progressiva, respeitando as condições da rede, as responsabilidades institucionais e as necessidades identificadas no diagnóstico municipal.

A Secretaria Municipal de Educação coordenará o planejamento e a implementação das ações, em articulação com as unidades escolares, o Comitê Intersetorial de Educação Integral em Tempo Integral e os demais órgãos competentes.

O Plano Municipal de Implementação e Expansão será o instrumento responsável por detalhar as ações necessárias ao cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta Política.

Nele serão definidos as metas anuais, os prazos, os responsáveis, os recursos previstos e os indicadores de acompanhamento.

Essa organização permitirá distinguir os compromissos permanentes da Política das ações que precisarão ser executadas em cada período.

A ampliação da jornada escolar deverá acontecer em consonância com as diretrizes nacionais, respeitando o atendimento mínimo de sete horas diárias ou 35 horas semanais e as particularidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Os tempos destinados à alimentação, higiene, descanso, acolhimento e convivência deverão ser planejados de acordo com as necessidades dos estudantes e com a proposta pedagógica das unidades escolares.

Ao longo da implementação, o Município deverá avaliar os resultados alcançados, ouvir as comunidades e realizar os ajustes necessários, mantendo o compromisso com a qualidade e a continuidade do atendimento.

4.6. Compromisso com os resultados educacionais e a formação humana

A Educação Integral em Tempo Integral de Araçás tem como propósito ampliar oportunidades e fortalecer o direito de aprender.

Os resultados esperados não se resumem ao crescimento do número de matrículas. Envolvem também a melhoria das aprendizagens, a redução das desigualdades, a participação dos estudantes, o fortalecimento do trabalho pedagógico e a construção de ambientes escolares acolhedores e inclusivos.

Isso exige atenção ao cotidiano das escolas e disposição para reconhecer dificuldades, rever práticas e construir soluções com os profissionais e as comunidades.

A Política Municipal assume esse compromisso para os próximos dez anos, reconhecendo que a qualidade da educação se constrói no trabalho diário e nas decisões que colocam os estudantes no centro das prioridades.

O compromisso de Araçás é fazer com que a ampliação do tempo escolar represente mais aprendizagem, mais cuidado, mais participação e mais oportunidades para cada criança e adolescente da Rede Municipal de Ensino.

Neste tópico, os conteúdos foram distribuídos de acordo com sua finalidade:

- **Objetivos:** apresentam os resultados que a Política pretende alcançar.
- **Compromissos institucionais:** definem as responsabilidades permanentes do Município.

- **Eixos estruturantes:** preservam a organização proposta pela equipe técnica e orientam as principais frentes de atuação.
- **Implementação:** estabelece a relação entre a Política e o futuro Plano Municipal de Implementação e Expansão.

5. ACESSO, PERMANÊNCIA E EXPANSÃO COM EQUIDADE

Garantir o direito à Educação Integral em Tempo Integral significa oferecer mais oportunidades de aprendizagem e assegurar que os estudantes tenham condições de aproveitá-las.

Em Araçás, esse compromisso vai além da abertura de novas matrículas. Envolve conhecer as necessidades das famílias, considerar as características de cada território e organizar as escolas para acolher, ensinar e acompanhar os estudantes durante toda a jornada.

A ampliação da oferta precisa acontecer com responsabilidade. Não basta aumentar o número de vagas se as condições de atendimento não acompanharem esse crescimento. Da mesma forma, garantir a matrícula é apenas o primeiro passo. É necessário cuidar da frequência, da participação, da aprendizagem e da permanência dos estudantes.

A **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás/BA — 2026–2036** assume a equidade como princípio para orientar essas decisões, reconhecendo que as diferentes realidades dos estudantes exigem atenção e respostas adequadas.

5.1. O acesso à Educação Integral como direito

O acesso e a permanência na escola são direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na Educação Integral em Tempo Integral, a garantia desses direitos exige atenção às condições de ingresso, à continuidade dos estudos e à participação dos estudantes nas experiências educativas.

A oferta deverá ser organizada de forma pública, transparente e não discriminatória, respeitando as normas do Sistema Municipal de Ensino e os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação. Nenhum estudante poderá ser excluído da possibilidade de acesso por apresentar dificuldades de aprendizagem, deficiência, condições socioeconômico desfavorável ou outras características pessoais, sociais e culturais.

A Educação Integral deve contribuir para reduzir desigualdades, e não criar novas barreiras. Por isso, a Secretaria Municipal de Educação deverá orientar as unidades escolares quanto aos procedimentos de matrícula, à divulgação das vagas disponíveis e ao atendimento das famílias, garantindo informações claras sobre a organização da jornada e as condições de funcionamento.

5.2. O Eixo Ampliar e a trajetória de expansão em Araçás

O **Eixo Ampliar**, definido no processo de construção da proposta municipal, orienta o crescimento progressivo da oferta de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Pública Municipal de Ensino.

Sua finalidade é ampliar o acesso, considerando as necessidades dos estudantes e as condições necessárias para garantir uma educação de qualidade.

Araçás já possui uma trajetória nessa direção.

A Creche Municipal Celcina Lucas de Jesus oferece atendimento em tempo integral desde 2021. Em 2024, a Escola Municipal Getúlio Vargas, localizada em comunidade quilombola da zona rural, passou a integrar a expansão da oferta no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

Em 2025, o atendimento foi ampliado na Escola Municipal Getúlio Vargas e passou a contemplar também o Colégio Municipal Márcio Nivaldo dos Santos Borges, situado na área urbana.

O diagnóstico municipal registra a seguinte evolução:

Ano	Matrículas em tempo integral	Escolas atendidas
2024	188	2
2025	394	3
2026	468	3

Fonte: Diagnóstico Municipal da Educação Integral em Tempo Integral, setembro–outubro de 2026. Quantitativos sujeitos à conferência e validação pela Secretaria Municipal de Educação.

Esses registros demonstram que a oferta vem sendo ampliada, mas também indicam a necessidade de planejar sua continuidade e alcançar novas unidades escolares.

O crescimento das matrículas deverá ser acompanhado da melhoria das condições de atendimento, da organização curricular e da disponibilidade dos profissionais necessários ao funcionamento da jornada ampliada.

O Eixo Ampliar, portanto, não se limita à quantidade de vagas. Seu compromisso é fazer com que a expansão represente oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes.

5.3. Critérios para a expansão da oferta

A ampliação da Educação Integral em Tempo Integral será gradual e planejada, considerando o diagnóstico da Rede Municipal e as condições de cada unidade escolar.

A escolha das escolas e turmas que passarão a oferecer jornada ampliada deverá observar critérios técnicos, pedagógicos e de equidade.

Serão considerados, especialmente:

I — Demanda educacional: número de estudantes a serem atendidos, necessidades das famílias e demanda identificada em cada território.

II — Equidade territorial: atenção às comunidades urbanas, do campo e quilombolas, considerando as desigualdades de acesso e as condições de deslocamento.

III — Vulnerabilidade social: necessidades dos estudantes que enfrentam maiores dificuldades de acesso, permanência e participação escolar.

IV — Condições de infraestrutura: disponibilidade e adequação de salas, banheiros, refeitórios, espaços de convivência, ambientes pedagógicos e demais instalações necessárias à jornada ampliada.

V — Alimentação e transporte escolar: capacidade de assegurar refeições adequadas e transporte, quando necessário, em horários compatíveis com o atendimento.

VI — Acessibilidade e inclusão: condições para atender estudantes com deficiência e aqueles que necessitam de recursos, serviços e apoios específicos.

VII — Disponibilidade de profissionais: existência ou previsão de professores, gestores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais necessários ao funcionamento da oferta.

VIII — Organização pedagógica: condições para desenvolver um currículo integrado, com planejamento, acompanhamento das aprendizagens e experiências educativas diversificadas.

IX — Sustentabilidade financeira: disponibilidade e planejamento dos recursos necessários à implantação e à manutenção do atendimento.

A análise desses critérios deverá orientar a definição das unidades prioritárias, evitando decisões baseadas apenas na capacidade imediata de abertura de vagas.

O detalhamento da expansão será apresentado no **Plano Municipal de Implementação e Expansão da Educação Integral em Tempo Integral**, com indicação das escolas, metas, prazos, responsabilidades e recursos necessários.

5.4. Critérios de acesso e priorização das vagas

A Secretaria Municipal de Educação deverá estabelecer procedimentos claros para o acesso às matrículas em tempo integral, assegurando igualdade de oportunidades e respeito aos direitos dos estudantes.

Quando a demanda por vagas superar a capacidade de atendimento de determinada unidade, a priorização deverá considerar critérios previamente definidos, divulgados às famílias e compatíveis com a legislação educacional.

Entre os critérios a serem considerados, destacam-se:

I — Situação de vulnerabilidade social, especialmente quando as condições de vida do estudante representarem maiores dificuldades para o acesso e a permanência escolar.

II — Barreiras territoriais, considerando estudantes de comunidades com menor acesso a oportunidades educativas e serviços públicos.

III — Necessidades de proteção e acompanhamento, identificadas pela escola ou pelos serviços públicos competentes, respeitando o sigilo das informações.

IV — Condições de acesso dos estudantes com deficiência, assegurando que a necessidade de apoio especializado não seja utilizada como motivo de recusa ou exclusão.

V — Continuidade do percurso escolar, considerando a organização das turmas e a necessidade de evitar interrupções injustificadas no atendimento já oferecido.

VI — Demanda das comunidades do campo e quilombolas, respeitando suas especificidades territoriais, culturais e educacionais.

Os critérios deverão ser aplicados de forma transparente, com orientação às famílias e possibilidade de esclarecimento sobre os procedimentos adotados.

A Secretaria Municipal de Educação também deverá acompanhar a demanda não atendida, utilizando essas informações para orientar as etapas seguintes de expansão.

A ausência de vaga em tempo integral não poderá comprometer o direito do estudante à matrícula na educação básica obrigatória.

5.5. Permanência escolar: acolher, acompanhar e garantir a aprendizagem

A permanência do estudante não depende apenas de sua presença física na escola. É necessário que ele se sinta acolhido, participe das atividades, estabeleça vínculos e encontre condições para aprender.

Na Educação Integral em Tempo Integral, esse cuidado ganha ainda mais importância, pois a jornada ampliada envolve diferentes momentos de aprendizagem, alimentação, convivência, higiene, descanso e participação em atividades educativas.

As unidades escolares deverão organizar suas rotinas respeitando as necessidades das crianças e dos adolescentes, especialmente as particularidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

A permanência será fortalecida por meio de práticas pedagógicas significativas, acompanhamento das aprendizagens, acolhimento, diálogo com as famílias e atenção às dificuldades identificadas no cotidiano escolar.

Também será necessário garantir alimentação adequada, transporte escolar quando necessário, acessibilidade, segurança e condições de funcionamento compatíveis com a jornada ampliada.

O estudante precisa encontrar na escola um ambiente em que seja respeitado, ouvido e incentivado a desenvolver suas capacidades.

A qualidade das relações estabelecidas nesse espaço é parte importante da garantia do direito à educação.

5.6. Acompanhamento da frequência e prevenção do abandono escolar

A frequência escolar é um indicador importante para compreender as condições de permanência dos estudantes. Faltas recorrentes, atrasos frequentes ou mudanças no comportamento podem revelar dificuldades que precisam ser conhecidas e acompanhadas pela escola. Por isso, as unidades que ofertam Educação Integral em Tempo Integral deverão manter registros atualizados de frequência e estabelecer procedimentos para identificar situações de infrequência e risco de abandono.

O acompanhamento deverá envolver a equipe gestora, a coordenação pedagógica, os professores e os demais profissionais responsáveis, conforme suas atribuições.

Sempre que forem identificadas faltas recorrentes, a escola deverá procurar compreender suas causas, dialogar com a família e buscar alternativas para favorecer o retorno e a continuidade do estudante.

Entre as situações que merecem atenção estão dificuldades de transporte, problemas de saúde, barreiras de acessibilidade, conflitos escolares, necessidades familiares e dificuldades de aprendizagem.

As providências deverão ser definidas de acordo com cada situação, evitando julgamentos precipitados ou medidas que agravem a exclusão. Quando necessário, a escola solicitará apoio à Secretaria Municipal de Educação e aos serviços públicos competentes.

5.7. Busca ativa escolar e atuação articulada com as famílias

A busca ativa escolar deverá integrar as estratégias de prevenção à infrequência, ao abandono e à exclusão.

Seu objetivo é identificar estudantes que estejam afastados da escola ou apresentem risco de interromper os estudos e desenvolver ações que favoreçam sua permanência ou retorno.

Esse trabalho começa com a atenção aos registros escolares, mas não termina neles. É preciso compreender as razões das ausências, ouvir as famílias e identificar quais apoios podem contribuir para a continuidade da trajetória escolar.

A escola deverá manter canais de comunicação acessíveis e respeitosos, procurando estabelecer uma relação de confiança com os responsáveis.

Nos casos que exigirem atendimento de outros serviços, a Secretaria Municipal de Educação deverá articular os encaminhamentos necessários com as áreas de Saúde, Assistência Social e Proteção à Criança e ao Adolescente, respeitando as competências de cada órgão.

As informações pessoais dos estudantes e das famílias deverão ser tratadas com sigilo e utilizadas exclusivamente para as finalidades legalmente autorizadas.

A busca ativa precisa ser compreendida como uma ação de cuidado e garantia de direitos, e não apenas como procedimento para regularizar registros de frequência.

5.8. Inclusão, acessibilidade e prevenção da exclusão

A Educação Integral em Tempo Integral deve estar aberta à diversidade de estudantes que compõem a Rede Municipal de Ensino.

Isso exige atenção às barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais, sociais e institucionais que possam dificultar o acesso e a participação.

As unidades escolares deverão assegurar condições de acessibilidade e os apoios necessários aos estudantes público da Educação Especial, observadas as necessidades individuais e a legislação aplicável.

O Atendimento Educacional Especializado deverá estar articulado à proposta pedagógica da escola e às atividades desenvolvidas ao longo da jornada.

Também será necessário prevenir situações de discriminação, preconceito, racismo, capacitismo, bullying e outras formas de violência que comprometam a convivência e o bem-estar dos estudantes.

A escola deverá promover relações respeitosas, fortalecer a cultura de paz e desenvolver ações educativas voltadas aos direitos humanos, à diversidade e à valorização das diferenças.

A prevenção da exclusão depende de atenção permanente às situações vividas pelos estudantes. Não basta garantir que todos possam entrar na escola. É necessário assegurar que encontrem condições para participar e aprender.

5.9. Participação das famílias e das comunidades

A relação entre escola e família é fundamental para a permanência e o desenvolvimento dos estudantes.

Na Educação Integral em Tempo Integral, essa aproximação precisa ser fortalecida, pois a organização da jornada ampliada interfere na rotina familiar e exige diálogo sobre horários, alimentação, transporte, atividades pedagógicas e acompanhamento da aprendizagem.

As unidades escolares deverão criar oportunidades regulares de participação das famílias, por meio de reuniões, encontros formativos, atividades culturais e outros espaços de escuta.

Também deverão considerar as características das comunidades urbanas, do campo e quilombolas, respeitando suas formas de organização e participação.

As famílias precisam conhecer a proposta pedagógica da Educação Integral e compreender como podem acompanhar o desenvolvimento dos estudantes.

Da mesma forma, a escola precisa estar aberta para ouvir suas preocupações, sugestões e necessidades.

Essa relação deve ser construída com respeito e responsabilidade compartilhada, reconhecendo que a participação das famílias fortalece o trabalho educativo.

5.10. Responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação e das escolas

A garantia do acesso e da permanência exige responsabilidades definidas e atuação articulada.

Caberá à **Secretaria Municipal de Educação** planejar a expansão da oferta, estabelecer os procedimentos de acesso, acompanhar a demanda por matrículas e orientar as unidades escolares quanto às condições necessárias ao atendimento.

Também será sua responsabilidade acompanhar os indicadores da rede, apoiar as ações de busca ativa e articular, quando necessário, a participação de outros setores públicos.

Às **unidades escolares** caberá organizar o acolhimento dos estudantes, acompanhar a frequência e a aprendizagem, manter diálogo com as famílias e identificar situações que possam comprometer a permanência.

As equipes gestoras e pedagógicas deverão assegurar que essas ações estejam presentes no Projeto Político-Pedagógico e nos instrumentos de planejamento e acompanhamento da escola.

Os **Conselhos Escolares** e demais espaços de participação contribuirão para o diálogo com as comunidades e para o acompanhamento das condições de oferta, respeitadas suas atribuições.

A atuação conjunta deverá permitir que as dificuldades sejam identificadas com antecedência e que as providências necessárias sejam adotadas de forma organizada.

5.11. Monitoramento do acesso, da permanência e da expansão

A Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar periodicamente os resultados da ampliação da Educação Integral em Tempo Integral.

Esse acompanhamento não poderá se limitar ao número de matrículas criadas.

Será necessário observar quem está sendo atendido, quais comunidades estão contempladas, como se apresenta a frequência dos estudantes e quais dificuldades precisam ser enfrentadas.

Entre os indicadores a serem acompanhados, destacam-se:

- Número de matrículas em tempo integral por unidade escolar, etapa de ensino e território.
- Percentual de escolas e estudantes atendidos.
- Demanda por vagas ainda não atendida.
- Frequência e situações de infrequência recorrente.
- Abandono escolar e resultados das ações de busca ativa.
- Permanência e continuidade dos estudantes na oferta.
- Participação dos estudantes nas atividades educativas.
- Condições de acessibilidade, alimentação e transporte.
- Aprendizagens e desenvolvimento dos estudantes.
- Situações de exclusão, discriminação e outras barreiras à participação escolar.

Os resultados deverão orientar as decisões da Secretaria Municipal de Educação e subsidiar os relatórios de acompanhamento da Política.

Sempre que forem identificadas dificuldades, deverão ser definidas providências, responsabilidades e prazos para sua superação. O monitoramento também deverá considerar as diferenças entre os territórios, permitindo identificar desigualdades no atendimento e orientar a distribuição dos recursos disponíveis.

5.12. Compromisso com uma expansão responsável e inclusiva

A ampliação da Educação Integral em Tempo Integral em Araçás deverá acontecer de forma progressiva, planejada e comprometida com a qualidade da oferta.

O Município reconhece que cada nova matrícula representa uma responsabilidade com a aprendizagem, o cuidado e o desenvolvimento de uma criança ou adolescente.

Por isso, a expansão deverá estar acompanhada de condições adequadas de funcionamento, formação dos profissionais, organização curricular, participação das famílias e acompanhamento permanente dos resultados.

O **Eixo Ampliar** expressa esse compromisso e orienta a construção de novas oportunidades educativas, especialmente para os estudantes e comunidades que enfrentam maiores dificuldades de acesso.

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás, para o período de 2026 a 2036, assume que o direito à educação precisa estar presente em todas as etapas do percurso escolar: no acesso, no acolhimento, na permanência, na aprendizagem e na conclusão de cada etapa.

Ampliar é abrir oportunidades. Garantir a permanência é cuidar para que elas não sejam interrompidas. E assegurar a aprendizagem é fazer com que cada oportunidade tenha sentido na vida dos estudantes.

6. ORGANIZAÇÃO DA JORNADA E INTEGRAÇÃO CURRICULAR

6.1. O tempo escolar como oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento

Na Educação Integral em Tempo Integral, ampliar a jornada escolar significa oferecer aos estudantes mais oportunidades para aprender, conviver, descobrir interesses e desenvolver suas capacidades.

Mas o tempo, por si só, não garante uma educação melhor. É a maneira como ele é organizado e vivido na escola que faz a diferença.

Em Araçás, a jornada ampliada deverá ser planejada para que cada atividade tenha sentido e contribua para a formação dos estudantes. Isso envolve os momentos de estudo, as experiências culturais, as práticas esportivas, as atividades artísticas, as brincadeiras, a alimentação, o descanso e a convivência.

A escola precisa reconhecer que aprender exige tempo. Nem todos os estudantes compreendem os conteúdos da mesma maneira ou no mesmo ritmo. Alguns necessitam de mais acompanhamento; outros precisam de novos desafios e oportunidades para aprofundar seus conhecimentos.

Por isso, a ampliação da jornada não deve significar acelerar o ensino ou simplesmente acrescentar tarefas à rotina escolar.

O tempo ampliado deve permitir que os estudantes investiguem, experimentem, façam perguntas, retomem aprendizagens e construam conhecimentos com maior profundidade.

Também precisa respeitar suas necessidades físicas, emocionais e sociais, considerando as características de cada etapa da Educação Básica.

A **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás/BA — 2026–2036** assume essa compreensão como referência para a organização das escolas e de suas propostas pedagógicas.

6.2. Organização da jornada escolar

A jornada escolar da Educação Integral em Tempo Integral deverá observar a carga horária mínima de sete horas diárias ou 35 horas semanais, conforme os critérios estabelecidos na legislação e nas diretrizes nacionais aplicáveis.

Sua organização deverá assegurar regularidade, continuidade do atendimento e integração entre as diferentes experiências educativas.

Na Rede Municipal de Araçás, as unidades poderão apresentar formas distintas de organização, considerando as etapas atendidas, as características dos estudantes e as condições de funcionamento.

A definição dos horários deverá levar em conta a proposta pedagógica, a disponibilidade de profissionais, a alimentação escolar, o transporte, a infraestrutura e as necessidades das famílias.

Independentemente do horário adotado, a jornada deverá constituir um período integrado de formação.

Isso significa que as atividades não poderão ser organizadas como dois momentos separados, em que um turno concentra os conteúdos considerados mais importantes e o outro reúne atividades sem relação com o currículo.

Todos os momentos da jornada devem fazer parte de uma mesma proposta educativa, com planejamento, acompanhamento e objetivos definidos.

As unidades escolares deverão registrar sua organização de funcionamento nos documentos institucionais pertinentes, observadas as orientações da Secretaria Municipal de Educação e as normas do Sistema Municipal de Ensino.

6.2.1. Tempos de aprendizagem, cuidado e convivência

A organização da jornada deverá considerar que a formação dos estudantes acontece em diferentes situações do cotidiano escolar.

Na Educação Infantil, alimentação, higiene, descanso, brincadeiras, interações e exploração dos ambientes fazem parte das experiências educativas e precisam ser planejados com atenção às necessidades das crianças.

No Ensino Fundamental, os momentos de estudo, pesquisa, leitura, produção, atividades práticas, alimentação, convivência e descanso também deverão ser organizados de maneira equilibrada.

É importante evitar rotinas excessivamente cansativas, longos períodos de atividades semelhantes ou mudanças constantes que dificultem a concentração e a participação.

O planejamento deverá prever momentos de acolhimento, transição entre atividades, movimentação, convivência e descanso, conforme as necessidades dos estudantes.

A qualidade da jornada depende desse equilíbrio entre aprender, cuidar, participar e conviver.

6.2.2. Formas de organização da oferta

A Educação Integral em Tempo Integral poderá ser organizada em unidades escolares exclusivas de tempo integral ou em escolas mistas, que atendam turmas de jornada integral e parcial, conforme as possibilidades previstas nas normas nacionais.

A definição da forma de atendimento deverá considerar a realidade de cada unidade escolar e as condições necessárias para assegurar o cumprimento da jornada e da proposta pedagógica.

As escolas que atendam turmas em diferentes jornadas deverão organizar seus espaços, profissionais e atividades de maneira que todos os estudantes tenham seus direitos de aprendizagem respeitados.

A Secretaria Municipal de Educação orientará a definição das formas de funcionamento, considerando o diagnóstico da rede e as condições de oferta.

6.3. Concepção de currículo na Educação Integral em Tempo Integral

O currículo é muito mais do que uma relação de disciplinas, conteúdos e horários. Ele reúne os conhecimentos, as experiências e as relações que fazem parte da formação dos estudantes. Expressa o que a escola considera importante ensinar, como organiza esse ensino e quais oportunidades oferece para que todos aprendam. Na Educação Integral em Tempo Integral, essa compreensão ganha ainda mais importância.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

O aumento da jornada exige que a escola amplie suas possibilidades educativas, sem perder de vista os conhecimentos essenciais e os direitos de aprendizagem.

Em Araçás, o currículo deverá considerar o estudante em sua totalidade, reconhecendo suas dimensões intelectual, física, emocional, social, cultural, ética e cidadã.

Também deverá valorizar os conhecimentos que os estudantes trazem de suas famílias e comunidades, estabelecendo relações entre essas experiências e os saberes científicos, históricos, artísticos e culturais construídos pela humanidade.

A escola precisa ensinar o que é essencial, mas também abrir caminhos para novas descobertas.

Isso significa oferecer oportunidades para ler, escrever, calcular, pesquisar, criar, argumentar, experimentar, conviver e participar de diferentes práticas sociais.

A Educação Integral em Tempo Integral deverá contribuir para que essas experiências façam parte de uma formação ampla, organizada e comprometida com a aprendizagem de todos.

6.4. Integração entre a BNCC, o Currículo Municipal e a Parte Diversificada

A organização curricular da Educação Integral em Tempo Integral de Araçás deverá articular a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Referencial Curricular Municipal, a parte diversificada e os Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares.

Essa articulação deverá garantir unidade ao trabalho pedagógico, respeitando os direitos de aprendizagem e as características do território.

A parte diversificada não poderá ser compreendida como um conjunto de atividades de menor importância ou desconectadas dos componentes curriculares.

Sua função é ampliar, aprofundar e contextualizar as aprendizagens, oferecendo aos estudantes novas formas de compreender e utilizar os conhecimentos.

Atividades relacionadas à Educação Ambiental, Direitos Humanos, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Saúde na Escola, Arte e Cultura, Educação Desportiva, Cultura Digital, Educação Financeira e outras experiências poderão integrar o currículo, desde que estejam relacionadas aos objetivos de aprendizagem e à proposta pedagógica.

Por exemplo, um projeto sobre o meio ambiente pode envolver conhecimentos de Ciências, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa e Arte, ao mesmo tempo que aproxima os estudantes das questões ambientais presentes em suas comunidades.

Da mesma forma, uma atividade sobre a história e a cultura local pode fortalecer a leitura, a escrita, a pesquisa, a expressão artística e o reconhecimento das identidades culturais.

O importante é que os conhecimentos dialoguem entre si e que os estudantes compreendam o sentido do que estão aprendendo.

6.5. Eixos de integração curricular

A proposta apresentada pela equipe técnica municipal organiza as experiências educativas em três eixos de integração curricular.

Esses eixos constituem referências para aproximar diferentes áreas do conhecimento e favorecer práticas interdisciplinares, sem substituir a organização curricular obrigatória de cada etapa de ensino.

Eixo I — Linguagens, Identidades e Autonomia

Este eixo reúne experiências relacionadas à comunicação, à expressão, à convivência e à construção da identidade.

Envolve conhecimentos e práticas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte, Educação Física e outras linguagens, respeitando as especificidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Na Educação Infantil, relaciona-se especialmente às experiências de escuta, fala, pensamento, imaginação, interação e construção das relações entre a criança, o outro e o grupo.

No Ensino Fundamental, deverá favorecer a leitura, a escrita, a oralidade, a expressão corporal e artística, a comunicação e o desenvolvimento da autonomia.

Eixo II — Tempos, Espaços e Cidadania

Este eixo aproxima os conhecimentos relacionados à história, à organização da sociedade, aos espaços geográficos, à convivência e ao exercício da cidadania.

Envolve experiências de História, Geografia, Ensino Religioso, Direitos Humanos, Educação Financeira e Fiscal, entre outros conhecimentos relacionados à vida social.

Na Educação Infantil, poderá ser desenvolvido por meio das experiências com espaços, tempos, relações, quantidades, transformações e convivência.

No Ensino Fundamental, deverá contribuir para que os estudantes compreendam a realidade em que vivem, reconheçam direitos e responsabilidades e desenvolvam atitudes de respeito às diferenças.

Eixo III — Ciências Naturais, Tecnologias e Desenvolvimento Sustentável

Este eixo reúne conhecimentos e experiências relacionados à investigação, à ciência, à matemática, às tecnologias, à saúde e ao meio ambiente.

Deverá favorecer a curiosidade, a observação, a experimentação, a resolução de problemas e a compreensão das relações entre sociedade, natureza e tecnologia.

As atividades poderão envolver Ciências da Natureza, Matemática, Cultura Digital, Educação Ambiental, Sustentabilidade, Saúde na Escola e outras práticas investigativas.

Os três eixos deverão dialogar entre si, tendo a alfabetização, o letramento, o desenvolvimento do pensamento matemático e a ampliação das diferentes linguagens como compromissos presentes em todo o percurso formativo.

Sua organização deverá respeitar os campos de experiências da Educação Infantil e as áreas do conhecimento e componentes curriculares do Ensino Fundamental.

6.6. Integração entre os tempos, os espaços e os profissionais

A Educação Integral em Tempo Integral exige que os diferentes momentos da jornada estejam articulados.

Para isso, é necessário que os profissionais conheçam a proposta pedagógica da escola e participem do planejamento das atividades.

Professores dos componentes curriculares, responsáveis por projetos e atividades integradoras, coordenadores pedagógicos e equipes gestoras deverão trabalhar de forma articulada, respeitando suas funções.

A integração não acontece apenas porque as atividades são realizadas na mesma escola. Ela precisa ser construída por meio do diálogo, do planejamento e do acompanhamento das aprendizagens.

As unidades escolares deverão prever momentos de estudo, planejamento coletivo e avaliação das práticas desenvolvidas.

Também deverão considerar a utilização pedagógica de diferentes espaços, como bibliotecas, pátios, quadras, laboratórios, áreas externas e ambientes culturais e comunitários.

Esses espaços podem ampliar as experiências educativas, desde que seu uso esteja vinculado ao currículo, às condições de segurança e aos objetivos de aprendizagem.

Em Araçás, a relação com os territórios deverá valorizar as experiências das comunidades urbanas, do campo e quilombolas, reconhecendo seus conhecimentos, histórias e manifestações culturais.

6.7. O Projeto Político-Pedagógico e a organização do currículo integrado

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o documento que expressa a identidade da escola e orienta a organização de seu trabalho educativo.

Na Educação Integral em Tempo Integral, sua importância é ainda maior, pois a ampliação da jornada exige decisões sobre currículo, tempos, espaços, práticas pedagógicas, acompanhamento e participação da comunidade.

Cada unidade escolar deverá revisar e adequar seu PPP, incorporando a concepção de Educação Integral e as diretrizes desta Política Municipal.

Essa revisão deverá considerar a realidade da escola, as características dos estudantes, as condições de funcionamento e as necessidades identificadas no diagnóstico institucional.

O processo deverá envolver gestores, professores, demais profissionais, estudantes e famílias, respeitando as formas de participação adequadas a cada etapa de ensino.

O PPP deverá orientar a organização da jornada, a integração curricular, os projetos pedagógicos, os processos de avaliação e a relação da escola com o território.

A proposta curricular precisa estar presente no cotidiano da escola, e não apenas registrada em seus documentos.

Por isso, a coordenação pedagógica deverá acompanhar sua implementação, apoiando o planejamento docente e a análise dos resultados das aprendizagens.

6.8. Práticas pedagógicas integradas e experiências de aprendizagem

A jornada ampliada oferece condições para diversificar as formas de ensinar e aprender.

As práticas pedagógicas deverão considerar os objetivos curriculares e as necessidades dos estudantes, utilizando estratégias que favoreçam sua participação ativa.

Entre essas possibilidades estão os projetos interdisciplinares, as atividades de investigação, as oficinas, as experiências científicas, as práticas artísticas, esportivas e culturais, a leitura, a produção textual e o uso pedagógico das tecnologias.

Essas atividades deverão ser planejadas de acordo com a etapa de ensino, a faixa etária e as condições de cada unidade escolar.

O trabalho pedagógico também deverá considerar as dificuldades de aprendizagem identificadas ao longo do ano letivo.

A ampliação da jornada pode oferecer mais tempo para acompanhar os estudantes, retomar conhecimentos e desenvolver estratégias que favoreçam a consolidação das aprendizagens.

Entretanto, esse acompanhamento não deverá transformar o tempo integral em uma sequência de atividades repetitivas ou exclusivamente voltadas à recuperação de conteúdos.

É necessário equilibrar o aprofundamento das aprendizagens essenciais com novas experiências que despertem a curiosidade, a criatividade e o interesse dos estudantes.

6.9. Avaliação das aprendizagens na jornada ampliada

A avaliação deverá acompanhar o desenvolvimento dos estudantes ao longo de toda a jornada escolar.

Seu objetivo é compreender como cada estudante aprende, identificar dificuldades, reconhecer avanços e orientar o planejamento das atividades.

Na Educação Integral em Tempo Integral, a avaliação precisa considerar as diferentes experiências educativas, sem perder de vista os objetivos de aprendizagem estabelecidos para cada etapa.

Os professores deverão utilizar instrumentos diversificados, como observações, registros, produções individuais e coletivas, atividades práticas, projetos e outras formas de acompanhamento adequadas às características dos estudantes.

Na Educação Infantil, a avaliação deverá respeitar as orientações próprias da etapa, considerando o acompanhamento e o registro do desenvolvimento das crianças, sem finalidade de promoção ou classificação.

No Ensino Fundamental, deverá contribuir para o acompanhamento das aprendizagens e para a definição de intervenções pedagógicas necessárias.

Os resultados deverão ser discutidos pelas equipes escolares e utilizados para aprimorar as práticas de ensino.

A avaliação não deve servir apenas para registrar resultados. Precisa ajudar a escola a compreender o que pode fazer para que todos aprendam.

6.10. Diretrizes para o funcionamento das unidades escolares

A organização da jornada escolar deverá ser detalhada em instrumentos próprios, elaborados pelas unidades e orientados pela Secretaria Municipal de Educação.

Esses instrumentos deverão contemplar os horários de funcionamento, a distribuição das atividades, os tempos de alimentação, higiene, descanso e convivência, a utilização dos espaços e a organização dos profissionais.

Também deverão considerar as necessidades do transporte escolar, a disponibilidade de alimentação e as condições de segurança e acessibilidade.

As rotinas poderão apresentar diferenças entre as unidades, desde que respeitem a legislação, as normas do Sistema Municipal de Ensino e os princípios desta Política.

A definição dos horários deverá evitar jornadas fragmentadas ou organizações que comprometam a carga horária mínima e a continuidade do atendimento.

As matrizes curriculares, os quadros de horários, os planos de atividades e os procedimentos de funcionamento deverão ser formalizados e atualizados nos instrumentos institucionais correspondentes.

Dessa forma, a Política Municipal estabelece as diretrizes gerais, enquanto os documentos operacionais detalham sua aplicação no cotidiano das escolas.

6.11. Compromisso com uma jornada que tenha sentido

A organização da jornada e a integração curricular são partes fundamentais da Educação Integral em Tempo Integral.

Em Araçás, o compromisso é assegurar que o tempo ampliado seja utilizado com responsabilidade pedagógica, respeitando os estudantes e valorizando as oportunidades de aprendizagem.

Isso exige planejamento, diálogo entre os profissionais, acompanhamento das práticas e atenção às necessidades das escolas.

A integração curricular deverá aproximar conhecimentos, experiências e pessoas, permitindo que os estudantes compreendam melhor o mundo e desenvolvam suas capacidades.

O tempo escolar precisa ser suficiente para ensinar, aprender, experimentar, conviver e cuidar. Mas, acima de tudo, precisa ser bem aproveitado.

Uma jornada escolar de qualidade não é aquela que apenas ocupa mais horas do dia. É aquela que faz cada hora contribuir para a aprendizagem, o desenvolvimento e a formação dos estudantes.

7. ORIENTAÇÕES POR ETAPA E MODALIDADE DE ENSINO

7.1. Uma proposta de Educação Integral que respeita cada etapa da formação

A Educação Integral em Tempo Integral precisa reconhecer que cada fase da vida tem suas próprias necessidades, descobertas e formas de aprender.

Uma criança da creche não aprende da mesma maneira que um estudante dos Anos Iniciais. Da mesma forma, os adolescentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental apresentam interesses, desafios e necessidades diferentes.

Por isso, ampliar a jornada escolar não significa adotar uma única organização pedagógica para todas as turmas.

Em Araçás, a **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral — 2026–2036** orienta que a oferta respeite as características de cada etapa e modalidade de ensino, considerando os direitos de aprendizagem, as necessidades dos estudantes e as condições das unidades escolares.

A proposta deverá manter unidade em seus princípios, mas permitir diferentes formas de organização do currículo, dos tempos, dos espaços e das experiências educativas.

Esse cuidado é necessário para que a jornada ampliada seja adequada à idade dos estudantes e contribua efetivamente para seu desenvolvimento.

7.2. Educação Infantil: cuidar, brincar, conviver e aprender

Na Educação Infantil, a Educação Integral em Tempo Integral deve respeitar a infância e reconhecer que as crianças aprendem nas relações que estabelecem com as pessoas, os objetos, os espaços e as experiências do cotidiano.

As interações e as brincadeiras são os eixos estruturantes do trabalho pedagógico, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A ampliação da jornada deve oferecer mais oportunidades para brincar, explorar, imaginar, expressar sentimentos, movimentar-se, descobrir o ambiente e conviver com outras crianças e adultos.

Nesse processo, cuidar e educar são responsabilidades inseparáveis.

A alimentação, a higiene, o descanso, o acolhimento e os momentos de convivência fazem parte da rotina educativa e precisam ser organizados com atenção, respeito e sensibilidade.

O planejamento deverá considerar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento — **conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se** — e os cinco campos de experiências previstos na BNCC.

As atividades deverão respeitar os ritmos das crianças, evitando rotinas excessivamente dirigidas ou a antecipação de práticas escolares próprias do Ensino Fundamental.

7.2.1. Creche: atenção às necessidades da primeira infância

Na creche, a jornada ampliada deverá assegurar ambientes acolhedores, seguros e adequados às necessidades dos bebês e das crianças bem pequenas.

O trabalho pedagógico deverá valorizar as relações afetivas, as experiências sensoriais, o movimento, a linguagem, a música, as brincadeiras e a exploração dos espaços.

Os tempos de alimentação, higiene e descanso deverão ser organizados de acordo com as necessidades individuais, sem transformar a rotina em uma sequência rígida de atividades.

A relação com as famílias também deverá ser fortalecida, pois o diálogo sobre hábitos, cuidados e desenvolvimento das crianças contribui para a continuidade do trabalho educativo.

A experiência da **Creche Municipal Celcina Lucas de Jesus**, que já oferece atendimento em tempo integral, deverá ser considerada na organização e no aperfeiçoamento das práticas da rede.

7.2.2. Pré-escola: ampliar experiências e fortalecer a autonomia

Na pré-escola, a Educação Integral em Tempo Integral deverá ampliar as oportunidades de participação das crianças em experiências que envolvam linguagem, literatura, música, artes, movimento, natureza, cultura e convivência.

O planejamento deverá favorecer a curiosidade, a imaginação, a expressão de ideias, a construção de vínculos e o desenvolvimento progressivo da autonomia.

As práticas de leitura e escrita deverão acontecer em situações significativas, respeitando a natureza da Educação Infantil e evitando a antecipação inadequada de conteúdos e procedimentos próprios do Ensino Fundamental.

A escola também deverá valorizar os conhecimentos que as crianças trazem de suas famílias e comunidades, reconhecendo suas histórias, brincadeiras, manifestações culturais e experiências cotidianas.

A ampliação da jornada precisa preservar o direito de viver plenamente a infância.

7.3. Ensino Fundamental — Anos Iniciais: consolidar aprendizagens e ampliar descobertas

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a Educação Integral em Tempo Integral deverá fortalecer as aprendizagens essenciais e ampliar as experiências educativas oferecidas aos estudantes.

A alfabetização, o letramento e o desenvolvimento do pensamento matemático ocupam lugar central nesse percurso.

A jornada ampliada poderá oferecer mais oportunidades para leitura, produção escrita, resolução de problemas, investigação, atividades práticas e acompanhamento das dificuldades de aprendizagem.

Entretanto, esse tempo não deverá ser utilizado apenas para repetir conteúdos ou aumentar a quantidade de exercícios.

É importante que os estudantes tenham oportunidades de aprender por diferentes caminhos, relacionando os conhecimentos escolares às experiências que vivem dentro e fora da escola.

A organização curricular deverá favorecer o diálogo entre Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte, Educação Física e Ensino Religioso, observadas as normas aplicáveis, e as experiências da parte diversificada.

Projetos de Educação Ambiental, Direitos Humanos, Arte e Cultura, Saúde na Escola, Cultura Digital, Educação Desportiva e outras atividades poderão contribuir para essa integração.

As práticas pedagógicas deverão considerar as características das crianças, valorizando a ludicidade, a curiosidade, a investigação, a expressão e a participação.

O acompanhamento das aprendizagens deverá ser contínuo, permitindo identificar dificuldades e organizar intervenções pedagógicas adequadas.

A experiência da Escola Municipal Getúlio Vargas e do Colégio Municipal Márcio Nivaldo dos Santos Borges deverá contribuir para o aperfeiçoamento da oferta e para o planejamento de sua expansão.

7.4. Ensino Fundamental — Anos Finais: autonomia, conhecimento e participação

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a Educação Integral em Tempo Integral deverá considerar as transformações próprias da adolescência e a crescente complexidade dos conhecimentos escolares.

Nessa etapa, os estudantes ampliam seus interesses, constroem novas relações sociais e desenvolvem maior capacidade de argumentação, reflexão e tomada de decisões.

A escola precisa reconhecer essas características e oferecer experiências que fortaleçam a autonomia, a responsabilidade, a convivência e a participação.

A organização curricular deverá promover a articulação entre os diferentes componentes, evitando que o aumento da jornada resulte apenas em uma sequência extensa de aulas sem relação entre si.

Projetos interdisciplinares, atividades de pesquisa, iniciação científica, práticas culturais, esportivas, tecnológicas e ambientais poderão contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos.

Também deverão ser desenvolvidas experiências que favoreçam a leitura crítica da realidade, a resolução de problemas, o uso responsável das tecnologias e a participação na vida comunitária.

A parte diversificada deverá complementar e aprofundar as aprendizagens da formação geral, sem substituir ou reduzir os componentes curriculares obrigatórios.

7.4.1. Projeto de Vida e desenvolvimento da autonomia

Nos Anos Finais, o Projeto de Vida poderá ser desenvolvido como tema integrador das práticas pedagógicas, respeitando a organização curricular da rede.

Seu propósito é ajudar os estudantes a conhecer suas capacidades, reconhecer interesses, estabelecer objetivos e refletir sobre suas escolhas.

Esse trabalho deverá considerar três dimensões relacionadas entre si:

Dimensão pessoal: autoconhecimento, identidade, interesses, valores, emoções e desenvolvimento da autonomia.

Dimensão social: convivência, respeito às diferenças, participação comunitária, direitos humanos e responsabilidade coletiva.

Dimensão profissional: conhecimento sobre diferentes profissões, atividades produtivas, relações de trabalho e possibilidades de formação futura.

O Projeto de Vida não deverá antecipar escolhas profissionais nem reduzir a formação dos adolescentes à preparação para o trabalho. Seu sentido é ampliar perspectivas e ajudar cada estudante a compreender que pode construir caminhos, fazer escolhas e participar das transformações da sociedade.

7.5. Práticas integradoras nas diferentes etapas de ensino

As práticas integradoras deverão aproximar os conhecimentos escolares das experiências vividas pelos estudantes.

Sua organização terá como referência os três eixos curriculares apresentados no Capítulo 6 desta Política:

- **Eixo I — Linguagens, Identidades e Autonomia.** Reúne experiências de comunicação, leitura, escrita, expressão artística e corporal, valorização das identidades e desenvolvimento da autonomia.
- **Eixo II — Tempos, Espaços e Cidadania.** Relaciona conhecimentos históricos, geográficos, culturais e sociais, favorecendo a compreensão do território, dos direitos humanos e da participação na vida coletiva.
- **Eixo III — Ciências Naturais, Tecnologias e Desenvolvimento Sustentável.** Integra investigação científica, matemática, tecnologias, saúde, educação ambiental e práticas voltadas à sustentabilidade.

Esses eixos deverão atravessar o currículo, respeitando as especificidades de cada etapa.

Na Educação Infantil, serão desenvolvidos por meio das interações, brincadeiras e campos de experiências.

Nos Anos Iniciais, contribuirão para fortalecer a alfabetização, o letramento, o pensamento matemático e a relação entre os conhecimentos.

Nos Anos Finais, deverão favorecer o aprofundamento dos estudos, a investigação, a argumentação e a participação dos estudantes em projetos relacionados à realidade.

As práticas integradoras poderão envolver oficinas, pesquisas, projetos coletivos, produções culturais, atividades esportivas e experiências em diferentes espaços educativos.

O importante é que tenham objetivos claros, estejam relacionadas ao currículo e contribuam para o desenvolvimento dos estudantes.

7.6. Temas que devem estar presentes na formação dos estudantes

A Educação Integral em Tempo Integral deverá contemplar temas que contribuam para a formação humana e para a compreensão dos desafios da sociedade.

Esses temas serão desenvolvidos de forma transversal e integrados, respeitando os objetivos curriculares e a faixa etária dos estudantes.

- **Educação em Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais**

As práticas educativas deverão promover o respeito à dignidade humana, à diversidade e às diferenças.

O trabalho com Educação para as Relações Étnico-Raciais deverá valorizar a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena, conforme a legislação educacional, contribuindo para o enfrentamento do racismo e de outras formas de discriminação.

Em Araçás, esse compromisso deverá reconhecer especialmente as experiências e os conhecimentos das comunidades quilombolas presentes no Município.

- **Arte, cultura e diferentes linguagens**

As experiências artísticas e culturais deverão favorecer a criatividade, a sensibilidade, a expressão e o conhecimento de diferentes manifestações culturais.

Música, dança, teatro, literatura, artes visuais e outras linguagens poderão integrar os projetos pedagógicos, valorizando tanto a cultura local quanto outras produções culturais.

- **Educação Física, esporte e convivência**

As práticas corporais deverão contribuir para o desenvolvimento físico, a cooperação, a convivência e o respeito às diferenças.

Jogos, brincadeiras, esportes, danças e outras atividades deverão ser organizados de acordo com a idade e as condições dos estudantes, garantindo participação e inclusão.

- **Cultura digital e tecnologias**

A Educação Integral deverá favorecer o uso crítico, criativo, ético e responsável das tecnologias.

As experiências poderão envolver pesquisa, comunicação, produção de conteúdos, pensamento computacional e resolução de problemas, conforme o currículo e as condições de oferta.

O objetivo não é apenas ensinar a utilizar equipamentos, mas ajudar os estudantes a compreender o papel das tecnologias na vida cotidiana e na sociedade.

- **Educação Ambiental e sustentabilidade**

A Educação Ambiental deverá aproximar os conhecimentos científicos das questões vividas pelas comunidades.

As práticas poderão envolver o cuidado com a água, o solo, a biodiversidade, os resíduos, a alimentação e a preservação dos espaços naturais.

Essas experiências deverão estimular atitudes de responsabilidade ambiental e participação coletiva.

- **Educação Financeira e Fiscal**

A Educação Financeira e Fiscal deverá contribuir para o desenvolvimento de atitudes conscientes em relação ao consumo, ao planejamento, ao uso dos recursos e à responsabilidade social.

Os conteúdos deverão ser trabalhados de maneira adequada à idade dos estudantes, por meio de situações do cotidiano e atividades integradas aos componentes curriculares.

- **Saúde na Escola**

As ações de Saúde na Escola deverão promover conhecimentos e hábitos relacionados à alimentação, à higiene, ao autocuidado, à prevenção de doenças e ao bem-estar.

Sempre que necessário, poderão ser desenvolvidas em articulação com os serviços de saúde do território, respeitando as atribuições dos profissionais da educação e da saúde.

7.7. Educação Especial na perspectiva inclusiva

A Educação Especial, como modalidade transversal da Educação Básica, deverá ser considerada em todas as etapas atendidas pela Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

A organização da jornada deverá assegurar condições de acesso, participação e aprendizagem aos estudantes público da Educação Especial, respeitando suas necessidades individuais.

As unidades escolares deverão identificar e enfrentar barreiras que dificultem a participação desses estudantes nas atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de convivência.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deverá estar articulado à proposta pedagógica da escola, sem substituir a escolarização na classe comum.

Quando necessários, deverão ser assegurados recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e serviços de apoio, conforme a avaliação das necessidades dos estudantes e as disposições legais aplicáveis.

A ampliação da jornada também deverá considerar os tempos de alimentação, higiene, descanso e deslocamento, respeitando as condições individuais e garantindo atendimento digno e inclusivo.

As orientações específicas de inclusão, acessibilidade e atendimento serão aprofundadas no capítulo próprio desta Política.

7.8. Educação do Campo

A Educação do Campo deverá ser considerada no planejamento da Educação Integral em Tempo Integral, respeitando as características das comunidades rurais de Araçás.

A organização da oferta deverá observar as condições de deslocamento, o transporte escolar, os tempos da comunidade e as necessidades dos estudantes.

O currículo deverá valorizar os conhecimentos, as práticas culturais, as relações com a natureza e as experiências de vida presentes no campo.

Isso não significa limitar a aprendizagem à realidade local, mas utilizá-la como ponto de partida para ampliar conhecimentos e relacionar diferentes saberes.

As atividades poderão envolver projetos ambientais, estudos do território, práticas culturais, investigação científica e outras experiências relacionadas à vida comunitária.

A participação das famílias e das comunidades será importante para a construção de propostas pedagógicas adequadas à realidade das escolas do campo.

7.9. Educação Escolar Quilombola

A Educação Escolar Quilombola deverá reconhecer e valorizar a história, a cultura, as identidades e os conhecimentos das comunidades quilombolas de Araçás.

Sua organização deverá respeitar as diretrizes específicas dessa modalidade e assegurar a participação das comunidades nas decisões que envolvem o projeto educativo.

O currículo deverá contemplar a história e a cultura afro-brasileira, as relações étnico-raciais, a memória coletiva, as práticas culturais e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas.

A Escola Municipal Getúlio Vargas, situada em território quilombola e integrante da experiência municipal de Educação Integral em Tempo Integral, constitui uma referência importante para esse trabalho.

As práticas pedagógicas deverão fortalecer o pertencimento, o reconhecimento das identidades e o respeito à diversidade cultural.

A ampliação da jornada escolar deverá contribuir para enriquecer essas experiências, sem descaracterizar os modos de vida e as referências culturais da comunidade.

7.10. Educação de Jovens e Adultos e demais modalidades

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) possui características próprias relacionadas às trajetórias de vida, às experiências de trabalho e às necessidades de aprendizagem de seus estudantes.

Caso a Rede Municipal de Araçás venha a organizar oferta de Educação Integral em Tempo Integral nessa modalidade, será necessário realizar estudo específico de demanda e viabilidade, respeitando as normas aplicáveis e as condições dos estudantes.

A organização curricular deverá considerar os conhecimentos construídos ao longo da vida, as responsabilidades familiares e profissionais e as necessidades de continuidade dos estudos.

A eventual ampliação da jornada não poderá ser realizada por simples reprodução do modelo destinado às crianças e aos adolescentes.

Outras modalidades ou formas específicas de atendimento deverão ser consideradas conforme a oferta efetiva da rede, a demanda identificada e as competências do Sistema Municipal de Ensino.

7.11. Continuidade das aprendizagens e transição entre etapas

A passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e dos Anos Iniciais para os Anos Finais exige atenção das equipes escolares.

Cada transição envolve mudanças na rotina, nas relações, nos espaços e na organização dos conhecimentos.

Por isso, as unidades deverão desenvolver estratégias que favoreçam a continuidade das aprendizagens e o acolhimento dos estudantes.

Na passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, será importante preservar a ludicidade, as experiências de interação e o respeito aos diferentes ritmos de desenvolvimento.

Na transição dos Anos Iniciais para os Anos Finais, a escola deverá apoiar a adaptação dos estudantes à organização por componentes curriculares e à ampliação das responsabilidades escolares.

O diálogo entre professores e equipes pedagógicas contribuirá para conhecer as trajetórias dos estudantes, identificar necessidades de acompanhamento e evitar rupturas desnecessárias.

A Educação Integral em Tempo Integral deverá fortalecer essa continuidade, oferecendo experiências que respeitem cada etapa e preparem os estudantes para novos desafios.

7.12. Responsabilidades das unidades escolares e acompanhamento pedagógico

As orientações apresentadas neste capítulo deverão ser consideradas na elaboração e na revisão dos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares.

Cada escola deverá organizar sua proposta de Educação Integral em Tempo Integral conforme as etapas e modalidades atendidas, respeitando o currículo municipal, as normas do Sistema Municipal de Ensino e as características de sua comunidade.

As equipes gestoras e pedagógicas deverão acompanhar o desenvolvimento das atividades, apoiar o planejamento dos professores e avaliar os resultados das aprendizagens.

A Secretaria Municipal de Educação deverá oferecer orientação técnica e pedagógica, promover a formação continuada e acompanhar as condições de implementação nas unidades.

As necessidades específicas de infraestrutura, recursos humanos, materiais pedagógicos e formação deverão ser registradas no diagnóstico institucional e consideradas no planejamento da rede.

O acompanhamento deverá permitir ajustes nas práticas educativas, sempre que necessários, sem perder de vista os princípios e os objetivos da Política Municipal.

7.13. Compromisso com as diferentes trajetórias de aprendizagem

A Educação Integral em Tempo Integral precisa respeitar o tempo de cada estudante e reconhecer que a aprendizagem acontece de diferentes maneiras.

Na Educação Infantil, esse compromisso se expressa no direito de brincar, explorar, conviver e desenvolver-se.

Nos Anos Iniciais, está presente na consolidação das aprendizagens essenciais e na ampliação das descobertas.

Nos Anos Finais, envolve o aprofundamento dos conhecimentos, o desenvolvimento da autonomia e a participação cada vez mais consciente na vida social.

Nas diferentes modalidades, exige respeito às identidades, às necessidades e às condições de vida dos estudantes.

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás assume que uma educação de qualidade precisa reconhecer essas diferenças e oferecer oportunidades adequadas a cada trajetória.

Educar integralmente é compreender que cada fase da vida tem seu tempo, suas necessidades e suas possibilidades. Cabe à escola respeitar esse percurso e oferecer condições para que todos possam aprender, crescer e seguir em frente.

8. EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

8.1. Uma Educação Integral que reconhece as diferenças e garante direitos

Uma escola comprometida com a Educação Integral precisa reconhecer quem são seus estudantes, de onde vêm, como vivem e quais condições necessitam para aprender.

Em Araçás, esse compromisso envolve olhar com atenção para as diferentes realidades da Rede Municipal de Ensino. Há estudantes que vivem na sede do Município, outros em comunidades do campo e em territórios quilombolas. Há crianças e adolescentes com diferentes necessidades de aprendizagem, formas de comunicação, condições de desenvolvimento e experiências de vida.

Essas diferenças não podem representar obstáculos ao direito à educação.

A **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás/BA — 2026–2036** assume a inclusão e a equidade como compromissos que devem estar presentes no planejamento, na organização das escolas e nas práticas pedagógicas.

Isso significa reconhecer que oferecer as mesmas condições a todos nem sempre é suficiente. Alguns estudantes necessitam de recursos, apoios ou formas específicas de atendimento para participar das atividades escolares em igualdade de oportunidades.

A ampliação da jornada deve contribuir para reduzir essas desigualdades, garantindo mais oportunidades de aprendizagem, convivência e desenvolvimento.

O desafio não é apenas assegurar a matrícula. É fazer com que cada estudante encontre na escola condições reais para participar, aprender e permanecer.

8.2. Educação inclusiva: identificar e superar barreiras

A Educação Inclusiva parte do reconhecimento de que todos os estudantes têm direito de aprender e participar da vida escolar, respeitadas suas características e necessidades.

Na Educação Integral em Tempo Integral, esse compromisso precisa estar presente durante toda a jornada.

A inclusão não pode ficar restrita à sala de aula ou a determinadas atividades. Deve alcançar os momentos de estudo, alimentação, higiene, descanso, brincadeiras, práticas culturais, esportivas e convivência.

Para isso, as unidades escolares deverão identificar e enfrentar as barreiras que dificultam o acesso, a participação e a aprendizagem.

Entre elas, destacam-se:

I — Barreiras físicas: obstáculos nos espaços escolares que dificultam a circulação, o deslocamento e a utilização dos ambientes.

II — Barreiras de comunicação: dificuldades de acesso às informações, orientações e atividades, relacionadas à ausência de recursos e formas acessíveis de comunicação.

III — Barreiras pedagógicas: práticas de ensino, materiais ou formas de avaliação que não consideram as diferentes necessidades e possibilidades de aprendizagem.

IV — Barreiras atitudinais: preconceitos, discriminação, expectativas reduzidas sobre as capacidades dos estudantes e comportamentos que dificultam sua participação.

V — Barreiras organizacionais: rotinas, horários e procedimentos que deixam de considerar necessidades específicas de apoio, alimentação, higiene, descanso ou deslocamento.

A identificação dessas situações deverá fazer parte do diagnóstico institucional e do acompanhamento realizado pelas equipes escolares.

Sempre que forem encontradas barreiras, a escola deverá planejar as providências necessárias, com apoio da Secretaria Municipal de Educação e dos serviços competentes.

A inclusão precisa aparecer nas decisões do cotidiano. Está na forma como a atividade é planejada, na organização do espaço, no material utilizado e, principalmente, na maneira como cada estudante é acolhido e reconhecido.

8.3. Atendimento Educacional Especializado e apoios necessários

A Educação Especial, na perspectiva inclusiva, deverá estar articulada à proposta de Educação Integral em Tempo Integral em todas as etapas atendidas pela Rede Municipal.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem a finalidade de identificar, organizar e disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que contribuam para a participação e a aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial.

Esse atendimento deverá complementar ou suplementar a escolarização, conforme as necessidades do estudante e as disposições legais aplicáveis, sem substituir o ensino na classe comum.

Na jornada ampliada, a organização do AEE e dos demais apoios deverá considerar a rotina escolar, evitando que o estudante seja afastado, de forma recorrente e injustificada, das experiências curriculares e de convivência oferecidas à turma.

As equipes escolares deverão atuar de maneira articulada, respeitando as responsabilidades de cada profissional.

O professor da classe comum, o professor do AEE, a coordenação pedagógica, a gestão escolar e os profissionais de apoio, quando necessários, deverão compartilhar informações pertinentes ao planejamento e ao acompanhamento do estudante.

Essa articulação deverá respeitar o sigilo das informações pessoais e as atribuições profissionais estabelecidas na legislação.

8.3.1. Planejamento pedagógico individualizado

Quando as necessidades do estudante indicarem a adoção de estratégias individualizadas, a escola deverá organizar os instrumentos de planejamento e acompanhamento previstos nas normas educacionais aplicáveis.

Esses instrumentos deverão considerar as potencialidades, as necessidades de apoio, as barreiras identificadas e os objetivos de aprendizagem.

O planejamento não deverá reduzir antecipadamente as expectativas de aprendizagem nem afastar o estudante das experiências desenvolvidas com sua turma.

Sua finalidade é orientar práticas, recursos e apoios que favoreçam a participação e o desenvolvimento.

As famílias deverão ser ouvidas e envolvidas no acompanhamento, respeitando as responsabilidades pedagógicas da escola.

8.3.2. Recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva

As unidades escolares deverão identificar a necessidade de materiais acessíveis, recursos de comunicação, tecnologias assistivas e adequações dos ambientes.

A Secretaria Municipal de Educação deverá considerar essas demandas no planejamento de aquisições, adequações e formação dos profissionais.

O uso dos recursos deverá estar relacionado às necessidades dos estudantes e aos objetivos pedagógicos, evitando soluções padronizadas que não correspondam à realidade de cada caso.

8.3.3. Cuidados e participação durante a jornada ampliada

A permanência por mais tempo na escola exige atenção às necessidades de alimentação, higiene, mobilidade, descanso e acompanhamento.

Os estudantes que necessitem de apoio para essas atividades deverão receber atendimento adequado, de acordo com suas necessidades e com as atribuições dos profissionais responsáveis.

A organização desses cuidados deverá preservar a dignidade, a segurança, a privacidade e a autonomia dos estudantes.

O apoio deve favorecer sua participação nas atividades escolares, e não criar situações de isolamento ou dependência desnecessária.

8.4. Acessibilidade e inclusão em todos os espaços educativos

A acessibilidade deverá orientar a organização dos ambientes, das atividades e dos serviços utilizados pelos estudantes durante a jornada ampliada.

Salas de aula, bibliotecas, refeitórios, banheiros, pátios, quadras e demais espaços precisam oferecer condições adequadas de utilização.

O mesmo cuidado deverá ser observado nas atividades realizadas fora da escola, incluindo visitas, projetos culturais, práticas esportivas e experiências desenvolvidas em espaços comunitários.

As equipes escolares deverão planejar essas atividades considerando as necessidades de participação dos estudantes e as condições de segurança.

A acessibilidade também envolve a forma como as informações são apresentadas, os materiais são produzidos e as atividades são conduzidas.

Uma proposta pedagógica inclusiva precisa oferecer diferentes possibilidades de expressão, participação e demonstração das aprendizagens.

Por isso, a escola deverá utilizar estratégias diversificadas, respeitando os objetivos curriculares e as necessidades identificadas.

8.5. Educação do Campo: aprender sem perder os vínculos com o território

A Educação do Campo deve reconhecer as características das comunidades rurais e assegurar que seus estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando seus modos de vida, suas culturas e suas relações com o território.

Em Araçás, a ampliação da Educação Integral em Tempo Integral nas escolas do campo deverá considerar as condições de deslocamento, a organização das comunidades e as necessidades das famílias.

O transporte escolar merece atenção especial, pois os horários de entrada e saída, as distâncias percorridas e as condições das estradas podem interferir diretamente na frequência e no bem-estar dos estudantes.

A jornada ampliada deverá ser planejada de forma compatível com essas condições, sem comprometer a carga horária e os direitos de aprendizagem.

O currículo deverá valorizar os conhecimentos presentes nas comunidades, incluindo suas histórias, manifestações culturais, práticas sociais e relações com o meio ambiente.

Esses conhecimentos poderão ser articulados aos conteúdos escolares por meio de pesquisas, projetos, atividades culturais e experiências relacionadas ao território.

Valorizar a realidade do campo não significa limitar o estudante ao que já conhece. Significa reconhecer suas experiências e, a partir delas, ampliar o acesso aos conhecimentos científicos, culturais, artísticos e tecnológicos.

A Educação Integral deverá contribuir para que os estudantes compreendam melhor sua realidade e tenham oportunidades de conhecer outros contextos, construir projetos e fazer escolhas.

8.6. Orientações para a Educação Integral nas escolas do campo

A organização da Educação Integral em Tempo Integral nas escolas do campo deverá observar, especialmente:

I — Planejamento territorial: considerar a localização das comunidades, as distâncias entre residência e escola e as condições de deslocamento dos estudantes.

II — Transporte escolar: assegurar, quando necessário, atendimento compatível com a jornada ampliada, observando segurança, regularidade e condições adequadas de deslocamento.

III — Alimentação escolar: organizar refeições apropriadas ao período de permanência e às necessidades dos estudantes, respeitando as orientações nutricionais aplicáveis.

IV — Currículo contextualizado: relacionar os conhecimentos escolares às experiências sociais, culturais, ambientais e econômicas das comunidades, sem restringir o acesso aos conhecimentos universais.

V — Participação comunitária: fortalecer o diálogo com as famílias e os representantes das comunidades no planejamento e na avaliação das atividades.

VI — Formação dos profissionais: considerar, nos processos formativos, as características da Educação do Campo e os desafios pedagógicos e organizacionais das unidades.

VII — Infraestrutura e recursos: identificar as necessidades específicas das escolas, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento das atividades durante a jornada ampliada.

VIII — Acompanhamento da permanência: observar situações de infrequência relacionadas ao transporte, às condições climáticas, às distâncias e a outros fatores que possam dificultar a continuidade dos estudos.

Essas orientações deverão ser consideradas nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas e no planejamento da Secretaria Municipal de Educação.

8.7. Educação Escolar Quilombola: identidade, memória e pertencimento

A Educação Escolar Quilombola possui características próprias e deve reconhecer os direitos, as histórias, os conhecimentos e as formas de organização das comunidades quilombolas.

Sua proposta pedagógica precisa estar vinculada à realidade das comunidades, respeitando suas identidades, memórias, tradições e relações com o território.

Em Araçás, esse compromisso ganha especial importância diante da presença de comunidades quilombolas e da experiência de oferta de Educação Integral em Tempo Integral na Escola Municipal Getúlio Vargas.

A escola deverá valorizar a história e a cultura afro-brasileira e africana, os conhecimentos das comunidades, suas manifestações culturais e as experiências que contribuem para o fortalecimento da identidade e do pertencimento.

Essa valorização deverá acontecer de forma contínua, integrada ao currículo e às práticas pedagógicas, e não apenas em datas comemorativas.

Também será necessário promover ações de Educação para as Relações Étnico-Raciais, com atenção ao enfrentamento do racismo, à valorização da diversidade e à construção de relações respeitosas.

A participação da comunidade quilombola na vida escolar é parte importante desse processo.

As famílias, lideranças e demais representantes comunitários deverão ser ouvidos nos espaços de participação previstos, contribuindo para a construção de uma proposta educativa que respeite a identidade da comunidade e assegure os direitos de aprendizagem.

8.8. A experiência da Escola Municipal Getúlio Vargas

A trajetória da Educação Integral em Tempo Integral de Araçás está diretamente relacionada à Escola Municipal Getúlio Vargas, localizada em comunidade quilombola da zona rural.

Em 2024, após a adesão municipal ao Programa Escola em Tempo Integral, a unidade foi escolhida para iniciar a ampliação da oferta, com a pactuação de **87 matrículas** no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC).

O atendimento contemplou quatro turmas do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental — Anos Iniciais.

Em 2025, a oferta foi ampliada na mesma unidade, passando a contemplar também os Grupos 4 e 5 da Educação Infantil e uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental.

Essa experiência representa um passo importante na ampliação das oportunidades educativas para estudantes de uma comunidade quilombola do Município.

Ao mesmo tempo, reforça a necessidade de assegurar que o crescimento da oferta esteja acompanhado de condições adequadas de funcionamento e de uma proposta pedagógica que respeite as características do território.

A experiência da Escola Municipal Getúlio Vargas deverá contribuir para o acompanhamento e o aperfeiçoamento da Política Municipal, permitindo identificar práticas bem-sucedidas, dificuldades e necessidades de apoio.

Seus resultados deverão ser considerados no planejamento de novas etapas de expansão, sem desconsiderar as particularidades de cada comunidade.

8.9. Orientações para a Educação Escolar Quilombola em Tempo Integral

A organização da Educação Integral em Tempo Integral nas escolas que atendem comunidades quilombolas deverá observar as diretrizes próprias da Educação Escolar Quilombola e considerar:

I — Identidade e pertencimento: valorizar a história, a memória coletiva, as manifestações culturais e os conhecimentos das comunidades quilombolas.

II — Currículo e relações étnico-raciais: assegurar o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, promovendo práticas pedagógicas comprometidas com o enfrentamento do racismo.

III — Participação comunitária: garantir espaços de diálogo com famílias, lideranças e representantes das comunidades, respeitando suas formas de organização.

IV — Formação dos profissionais: promover estudos e ações formativas sobre Educação Escolar Quilombola, relações étnico-raciais e práticas pedagógicas contextualizadas.

V — Materiais e recursos pedagógicos: utilizar materiais que valorizem as identidades quilombolas e apresentem, de forma respeitosa, suas histórias e contribuições culturais.

VI — Organização da jornada: considerar as condições territoriais, o transporte, a alimentação, os espaços educativos e as necessidades dos estudantes.

VII — Combate à discriminação: desenvolver ações permanentes de prevenção ao racismo e a outras formas de preconceito, fortalecendo a convivência e o respeito às diferenças.

VIII — Acompanhamento educacional: observar as condições de acesso, frequência, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes, identificando situações que exijam apoio.

Essas orientações deverão integrar o planejamento pedagógico das unidades e ser acompanhadas pela Secretaria Municipal de Educação.

8.10. Diversidade, direitos humanos e convivência escolar

A Educação Integral em Tempo Integral deverá contribuir para a construção de ambientes escolares em que as diferenças sejam respeitadas e todos tenham oportunidades de participar.

Esse compromisso envolve o reconhecimento das diversidades étnico-raciais, culturais, sociais, territoriais, religiosas, geracionais e das diferentes condições de desenvolvimento dos estudantes.

As unidades escolares deverão desenvolver ações educativas voltadas aos direitos humanos, à convivência respeitosa e à prevenção de discriminações e violências.

Situações de racismo, bullying, capacitismo, preconceito religioso e outras formas de violência deverão receber atenção e encaminhamento adequados, conforme os protocolos institucionais e a legislação aplicável.

O trabalho pedagógico deverá favorecer o diálogo, a escuta, a cooperação e o respeito às diferenças.

A escola não pode tratar a diversidade apenas como um conteúdo a ser estudado. Ela precisa estar presente nas relações, nas decisões e nas oportunidades oferecidas aos estudantes.

8.11. Articulação entre escola, família, comunidade e serviços públicos

A garantia da inclusão e da equidade exige atuação conjunta.

As escolas deverão manter diálogo com as famílias e, quando necessário, articular-se com os serviços públicos responsáveis pelo atendimento e pela proteção dos direitos dos estudantes.

Essa articulação poderá envolver as áreas de Saúde, Assistência Social, Transporte, Cultura, Esporte e Proteção à Criança e ao Adolescente, respeitando as atribuições de cada setor.

Nas comunidades do campo e quilombolas, o diálogo deverá considerar as formas de organização local e os espaços de participação existentes.

A participação das famílias é especialmente importante na identificação de necessidades, no acompanhamento das aprendizagens e na definição de estratégias que favoreçam a permanência.

As informações pessoais dos estudantes deverão ser tratadas com sigilo e responsabilidade, observadas as normas de proteção de dados.

O objetivo dessa atuação conjunta é assegurar que as dificuldades sejam conhecidas e enfrentadas, evitando que situações externas à escola se transformem em motivos de exclusão educacional.

8.12. Responsabilidades institucionais e acompanhamento

A Secretaria Municipal de Educação deverá orientar e acompanhar a implementação das diretrizes de inclusão, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola na oferta de tempo integral.

Esse acompanhamento deverá considerar as condições das unidades escolares, a disponibilidade de profissionais, os recursos pedagógicos, a acessibilidade, o transporte, a alimentação e as necessidades de formação continuada.

As equipes gestoras e pedagógicas deverão incorporar essas orientações aos Projetos Político-Pedagógicos, aos planos de trabalho e aos processos de avaliação institucional.

Também deverão manter registros que permitam identificar barreiras, acompanhar a participação dos estudantes e orientar as providências necessárias.

O monitoramento deverá considerar, entre outros aspectos:

- Condições de acesso e permanência dos estudantes.
- Frequência e participação nas atividades escolares.
- Aprendizagens e desenvolvimento.
- Necessidades de acessibilidade e apoios educacionais.
- Atendimento Educacional Especializado e sua articulação com o ensino comum.
- Condições de transporte e alimentação nas comunidades do campo.
- Participação das famílias e comunidades quilombolas.
- Situações de discriminação e barreiras à inclusão.
- Necessidades de formação dos profissionais.
- Adequação dos Projetos Político-Pedagógicos às especificidades das etapas e modalidades atendidas.

Os resultados deverão subsidiar o planejamento da Secretaria Municipal de Educação e a definição de medidas para melhoria do atendimento.

8.13. Compromisso com uma educação que acolhe e respeita

A Educação Integral em Tempo Integral deve ser uma oportunidade para ampliar direitos e reduzir desigualdades.

Em Araçás, isso significa reconhecer a diversidade dos estudantes, respeitar as características dos territórios e assegurar condições adequadas para que todos possam participar da vida escolar.

A inclusão precisa estar presente no planejamento, nas práticas pedagógicas, nos espaços e nas relações humanas.

A Educação do Campo deve valorizar as experiências das comunidades rurais e garantir acesso aos conhecimentos e às oportunidades educativas.

A Educação Escolar Quilombola deve reconhecer a história, a identidade e os saberes das comunidades, fortalecendo o pertencimento e o respeito às diferenças.

Esses compromissos fazem parte de uma mesma responsabilidade: assegurar uma educação pública que reconheça cada estudante como sujeito de direitos.

Uma escola verdadeiramente integral é aquela que não exige que todos sejam iguais para aprender. É aquela que reconhece as diferenças, enfrenta as barreiras e cria oportunidades para que cada estudante desenvolva suas capacidades com dignidade e respeito.

9. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA

9.1. Valorizar os profissionais é fortalecer a Educação Integral

A Educação Integral em Tempo Integral depende, antes de tudo, das pessoas que fazem a escola acontecer.

São professores, gestores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais que acolhem os estudantes, organizam a rotina, acompanham as aprendizagens e contribuem para que o tempo ampliado se transforme em oportunidades de desenvolvimento.

Por isso, a consolidação da Educação Integral na Rede Municipal de Araçás exige atenção à formação, à valorização e às condições de trabalho desses profissionais.

Ampliar a jornada escolar traz novas responsabilidades. A escola passa a organizar mais experiências educativas, diferentes momentos de convivência e atividades que exigem planejamento e acompanhamento.

Esse trabalho não pode ser realizado apenas com boa vontade. Precisa de profissionais preparados, responsabilidades definidas, tempo para planejar e condições adequadas para desenvolver as atividades.

A **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás/BA — 2026–2036** reconhece que a qualidade da educação está diretamente relacionada à valorização de quem ensina, cuida, orienta, acompanha e participa da vida escolar.

9.2. O Eixo Formar e o compromisso com a formação continuada

O **Eixo Formar** orienta as ações de formação e desenvolvimento profissional necessária à implementação da Educação Integral em Tempo Integral.

Sua finalidade é fortalecer os conhecimentos e as práticas dos profissionais que atuam nas unidades escolares, considerando as características da jornada ampliada e as necessidades dos estudantes.

A formação continuada deverá ser compreendida como parte do trabalho educativo e não apenas como participação eventual em cursos, palestras ou encontros.

Ela precisa estar presente no cotidiano das escolas, nos momentos de planejamento, nas reuniões pedagógicas e nas atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Educação.

O ponto de partida deverá ser a realidade das unidades escolares.

As dificuldades de aprendizagem, os desafios da inclusão, a organização do currículo, a convivência escolar e as necessidades de cada equipe deverão orientar a escolha dos temas e das estratégias formativas.

Também será importante reconhecer os conhecimentos construídos pelos próprios profissionais ao longo de suas experiências.

A formação continuada deve oferecer oportunidades para estudar, compartilhar práticas, refletir sobre dificuldades e construir soluções coletivas.

Em Araçás, o Eixo Formar deverá contribuir para que a Educação Integral seja compreendida e desenvolvida por todos os profissionais envolvidos, respeitando suas diferentes funções e responsabilidades.

9.3. Formação continuada vinculada à prática escolar

A formação dos profissionais deverá estar diretamente relacionada ao Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares e às diretrizes desta Política Municipal.

Isso significa que os estudos realizados precisam contribuir para o planejamento, a organização das atividades e o acompanhamento das aprendizagens.

Não basta conhecer os fundamentos da Educação Integral. É necessário compreender como eles se aplicam à rotina da escola.

Os professores precisam de oportunidades para discutir estratégias de ensino, desenvolver projetos integradores e acompanhar os diferentes ritmos de aprendizagem.

Os gestores necessitam aprofundar conhecimentos sobre organização da jornada, gestão de pessoas, planejamento institucional e acompanhamento das condições de oferta.

Os coordenadores pedagógicos precisam fortalecer sua atuação no acompanhamento do currículo, na orientação aos professores e na organização dos processos formativos.

Os profissionais de apoio e os demais trabalhadores da escola também necessitam de orientações relacionadas às atividades que desempenham, especialmente quanto ao acolhimento, à inclusão, à convivência e à segurança dos estudantes.

A formação deverá, portanto, combinar momentos coletivos, estudos por área de atuação e atividades específicas para cada função.

9.4. Diretrizes para o Plano de Formação Continuada

A Secretaria Municipal de Educação deverá organizar um **Plano de Formação Continuada específico para a Educação Integral em Tempo Integral**, articulado à política de formação da Rede Municipal.

Esse plano deverá considerar o diagnóstico das escolas, as necessidades dos profissionais e os objetivos estabelecidos nesta Política.

As ações formativas deverão contemplar, entre outros, os seguintes temas:

I — Fundamentos da Educação Integral: concepção de formação humana, direitos de aprendizagem, equidade, inclusão e organização da jornada ampliada.

II — Currículo integrado: articulação entre a BNCC, o Referencial Curricular Municipal, a parte diversificada e os Projetos Político-Pedagógicos.

III — Planejamento pedagógico: organização das experiências educativas, definição de objetivos de aprendizagem e integração entre os diferentes momentos da jornada.

IV — Alfabetização e letramento: práticas de leitura, escrita, oralidade e formação de leitores, considerando as necessidades dos estudantes e as especificidades de cada etapa.

V — Matemática: desenvolvimento do pensamento matemático, resolução de problemas e estratégias de ensino relacionadas às situações do cotidiano.

VI — Metodologias e práticas integradoras: projetos interdisciplinares, investigação, experimentação, oficinas, atividades culturais, artísticas, esportivas e científicas.

VII — Avaliação da aprendizagem: avaliação diagnóstica, formativa e contínua, acompanhamento dos resultados e planejamento de intervenções pedagógicas.

VIII — Educação inclusiva: acessibilidade, Atendimento Educacional Especializado, estratégias pedagógicas inclusivas e organização dos apoios necessários aos estudantes.

IX — Educação para as Relações Étnico-Raciais: valorização da diversidade, enfrentamento do racismo e reconhecimento das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas.

X — Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola: características dos territórios, valorização dos conhecimentos comunitários e práticas pedagógicas contextualizadas.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

XI — Educação Ambiental e sustentabilidade: integração das questões ambientais ao currículo e desenvolvimento de projetos relacionados à realidade das comunidades.

XII — Cultura digital e tecnologias educacionais: uso crítico, criativo e responsável das tecnologias no ensino e na aprendizagem.

XIII — Direitos humanos e convivência escolar: prevenção de discriminações e violências, fortalecimento das relações e promoção de ambientes acolhedores.

XIV — Participação e autonomia dos estudantes: estratégias de escuta, diálogo, participação e desenvolvimento progressivo da responsabilidade.

XV — Gestão da jornada ampliada: organização dos tempos, espaços, profissionais, atividades e rotinas de cuidado e convivência.

XVI — Articulação entre escola, família e território: participação das comunidades e integração com outros serviços e espaços educativos.

Os temas deverão ser organizados de acordo com as necessidades de cada público, evitando formações excessivamente teóricas ou distantes dos desafios enfrentados pelas escolas.

O Plano de Formação Continuada deverá definir objetivos, público participante, estratégias, periodicidade, responsáveis e formas de acompanhamento.

9.5. Formação dos professores

A formação continuada dos professores deverá fortalecer o planejamento, o desenvolvimento das práticas pedagógicas e o acompanhamento das aprendizagens.

Na Educação Integral em Tempo Integral, o professor precisa compreender como os conhecimentos de sua área se relacionam com outras experiências educativas.

Isso exige superar a ideia de que cada componente curricular deve funcionar de maneira isolada.

O planejamento deverá favorecer a integração entre os conteúdos escolares, os projetos pedagógicos e as atividades desenvolvidas ao longo da jornada.

A formação dos professores deverá priorizar:

- Planejamento de atividades integradas ao currículo.
- Estratégias de alfabetização, leitura, escrita e matemática.
- Metodologias diversificadas e práticas interdisciplinares.
- Avaliação formativa e acompanhamento das aprendizagens.
- Atendimento às diferentes necessidades dos estudantes.
- Educação inclusiva e respeito à diversidade.
- Uso pedagógico dos espaços e recursos disponíveis.

- Desenvolvimento de projetos relacionados ao território.

As ações formativas deverão considerar as especificidades da Educação Infantil, dos Anos Iniciais e dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Na Educação Infantil, terão atenção especial as interações, as brincadeiras, os campos de experiências e a relação entre cuidar e educar.

Nos Anos Iniciais, deverão fortalecer a alfabetização, o letramento, o pensamento matemático e a diversificação das experiências de aprendizagem.

Nos Anos Finais, deverão contribuir para a integração entre os componentes curriculares, o aprofundamento dos conhecimentos e o desenvolvimento da autonomia dos estudantes.

9.6. Formação dos coordenadores pedagógicos

Os coordenadores pedagógicos têm papel fundamental na construção de uma proposta de Educação Integral que mantenha unidade entre currículo, planejamento e práticas educativas.

Sua atuação deverá favorecer o diálogo entre os professores, o acompanhamento das aprendizagens e a organização da formação continuada no interior das escolas.

A formação destinada a esses profissionais deverá contemplar:

I — Coordenação do planejamento coletivo, favorecendo a integração entre componentes curriculares, projetos e atividades da jornada ampliada.

II — Acompanhamento das práticas pedagógicas, com observação, orientação e apoio aos professores.

III — Análise dos resultados de aprendizagem, utilizando registros e avaliações para identificar necessidades de intervenção.

IV — Organização da formação interna, considerando as dificuldades e as experiências da equipe escolar.

V — Acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico, assegurando sua relação com as diretrizes da Educação Integral.

VI — Apoio às práticas inclusivas, articulando professores, AEE, profissionais de apoio e demais serviços necessários.

VII — Fortalecimento do trabalho coletivo, promovendo espaços de diálogo, estudo e compartilhamento de experiências.

A coordenação pedagógica deverá atuar como referência de apoio ao trabalho docente, contribuindo para que a formação continuada esteja presente nas decisões e nas práticas da escola.

9.7. Formação dos gestores escolares

A gestão de uma escola de tempo integral exige atenção a diferentes aspectos do funcionamento institucional.

Além das responsabilidades pedagógicas e administrativas, é necessário organizar uma jornada mais longa, acompanhar as condições de atendimento e assegurar a integração entre os profissionais.

A formação dos gestores deverá contemplar:

I — Gestão pedagógica da Educação Integral, com atenção ao currículo integrado e ao acompanhamento das aprendizagens.

II — Organização da jornada escolar, considerando horários, espaços, alimentação, transporte, segurança e rotinas de funcionamento.

III — Gestão de pessoas, com definição de responsabilidades, organização das equipes e fortalecimento do trabalho coletivo.

IV — Gestão democrática, promovendo a participação dos profissionais, estudantes, famílias e Conselhos Escolares.

V — Planejamento e utilização dos recursos, observando as normas administrativas e financeiras aplicáveis.

VI — Inclusão e proteção integral, assegurando condições de acolhimento, acessibilidade e encaminhamento das necessidades dos estudantes.

VII — Monitoramento e avaliação institucional, utilizando informações sobre frequência, aprendizagem, permanência e condições de oferta.

A formação deverá contribuir para que os gestores desenvolvam uma atuação organizada, participativa e comprometida com a qualidade do atendimento.

9.8. Formação dos profissionais de apoio e demais trabalhadores da escola

A Educação Integral em Tempo Integral envolve diferentes profissionais que contribuem para o funcionamento da unidade escolar.

Profissionais de apoio escolar, alimentação, limpeza, transporte, portaria, secretaria e outros trabalhadores participam, cada um em sua função, da organização do ambiente educativo.

Sua atuação influencia diretamente o acolhimento, a segurança, a convivência e o bem-estar dos estudantes.

Por isso, a formação continuada deverá contemplar esses profissionais, respeitando as atribuições de cada cargo e as necessidades do serviço.

As orientações poderão abordar:

I — Concepção de Educação Integral, para compreensão da proposta desenvolvida pela escola.

II — Acolhimento e convivência, com atenção ao respeito, à comunicação e às relações com os estudantes.

III — Direitos das crianças e dos adolescentes, incluindo proteção, prevenção de violências e encaminhamento de situações que exijam atenção.

IV — Educação inclusiva e acessibilidade, considerando as responsabilidades específicas de cada função.

V — Organização da rotina escolar, especialmente nos momentos de entrada, saída, alimentação, higiene, deslocamento e convivência.

VI — Segurança e prevenção de riscos, conforme os protocolos e as responsabilidades institucionais.

VII — Comunicação e trabalho em equipe, fortalecendo a articulação com gestores, professores e demais profissionais.

A participação desses trabalhadores nas ações formativas não deverá implicar atribuição de responsabilidades pedagógicas ou técnicas incompatíveis com seus cargos.

O objetivo é assegurar que todos compreendam a proposta da escola e desempenhem suas funções de maneira articulada, responsável e respeitosa.

9.9. Planejamento coletivo e integração entre os profissionais

Uma das condições mais importantes para o funcionamento da Educação Integral em Tempo Integral é a existência de momentos de planejamento coletivo.

A ampliação da jornada envolve diferentes atividades e profissionais. Sem diálogo entre eles, a escola corre o risco de desenvolver ações desconectadas, com pouca relação entre os objetivos de aprendizagem.

Por isso, as unidades escolares deverão organizar momentos de estudo, planejamento e avaliação das práticas educativas.

Esses encontros deverão permitir que os profissionais compartilhem informações, discutam dificuldades e construam estratégias de trabalho.

A Secretaria Municipal de Educação deverá orientar essa organização, respeitando as jornadas de trabalho, as atribuições dos cargos e as normas legais aplicáveis.

Os momentos destinados ao planejamento e à formação deverão ser considerados na organização institucional e nas previsões de pessoal e recursos.

O trabalho coletivo não pode depender exclusivamente da disponibilidade pessoal dos profissionais. Precisa ser reconhecido como parte das condições necessárias à qualidade da educação.

9.10. Condições de trabalho e valorização profissional

A valorização dos profissionais da educação envolve formação, reconhecimento, condições adequadas de trabalho e respeito às responsabilidades de cada função.

Na implementação da Educação Integral em Tempo Integral, a Secretaria Municipal de Educação deverá considerar as necessidades de pessoal das unidades escolares e as exigências decorrentes da jornada ampliada.

O planejamento deverá observar a quantidade de turmas, o número de estudantes, as etapas atendidas, os espaços disponíveis e as necessidades específicas de apoio.

Também deverá considerar as condições para o planejamento pedagógico, a formação continuada, a organização das atividades e o acompanhamento dos estudantes.

A definição de cargos, funções, jornadas, lotação e demais condições de trabalho deverá respeitar a legislação, os planos de carreira, os regimes jurídicos e as normas do Sistema Municipal de Ensino.

A ampliação da oferta não deverá resultar na atribuição informal de funções incompatíveis com os cargos ou na transferência de responsabilidades sem as condições necessárias ao seu cumprimento.

Sempre que o diagnóstico identificar insuficiência de profissionais ou necessidade de reorganização das equipes, a Secretaria Municipal de Educação deverá planejar as providências cabíveis.

Valorizar os profissionais significa reconhecer que o trabalho educativo exige preparação, tempo, responsabilidade e condições adequadas para acontecer.

9.11. Participação de instituições parceiras e integração das equipes

A Educação Integral em Tempo Integral poderá envolver experiências educativas desenvolvidas em articulação com instituições públicas, organizações da sociedade civil e outros espaços do território, observadas as normas aplicáveis.

Quando houver participação de instituições parceiras, as atividades deverão estar vinculadas ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.

Os profissionais envolvidos nessas ações deverão receber orientações sobre a proposta pedagógica, os objetivos das atividades e os procedimentos institucionais necessários.

A participação em reuniões de planejamento e formação deverá ser organizada conforme a natureza da parceria, as responsabilidades estabelecidas e as condições previstas nos instrumentos correspondentes.

A existência de diferentes profissionais ou instituições não poderá resultar em projetos pedagógicos separados.

A escola deverá manter a unidade de sua proposta educativa, assegurando que as experiências oferecidas aos estudantes estejam integradas ao planejamento e ao acompanhamento das aprendizagens.

9.12. O Eixo Fomentar e o fortalecimento das práticas educativas

O **Eixo Fomentar**, apresentado no Capítulo 4 desta Política, está diretamente relacionado à formação dos profissionais e à ampliação das oportunidades de aprendizagem.

Sua finalidade é incentivar práticas pedagógicas diversificadas, que aproximem os conhecimentos escolares das experiências culturais, científicas, esportivas, artísticas, ambientais e tecnológicas.

Para que essas práticas aconteçam com qualidade, os profissionais precisam de formação, planejamento e recursos adequados.

A Secretaria Municipal de Educação deverá estimular o desenvolvimento de projetos integradores, oficinas e outras experiências educativas, respeitando as características das unidades escolares e dos territórios.

Essas ações deverão estar vinculadas ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico, evitando a separação entre o ensino desenvolvido nos componentes curriculares e as atividades da jornada ampliada.

O Eixo Fomentar também deverá incentivar a troca de experiências entre as escolas, permitindo que práticas desenvolvidas pela rede sejam conhecidas, discutidas e aperfeiçoadas.

A formação continuada e o fortalecimento das práticas pedagógicas deverão caminhar juntos.

A formação oferece conhecimentos e instrumentos para o trabalho. As experiências desenvolvidas nas escolas, por sua vez, revelam novas necessidades de estudo e aperfeiçoamento.

9.13. Responsabilidades institucionais pela formação e valorização

A implementação das diretrizes deste capítulo exige responsabilidades definidas.

- **Secretaria Municipal de Educação.**Caberá à Secretaria Municipal de Educação:

I — Elaborar, coordenar e acompanhar o Plano de Formação Continuada específico para a Educação Integral em Tempo Integral.

II — Identificar as necessidades formativas da rede, considerando os diagnósticos institucionais e os resultados educacionais.

III — Organizar ações de formação para professores, gestores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais envolvidos na Política.

IV — Orientar a organização dos momentos de planejamento e formação nas unidades escolares, observadas as normas aplicáveis.

V — Acompanhar as necessidades de pessoal e as condições de trabalho relacionadas à ampliação da jornada.

VI — Apoiar o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradas e o compartilhamento de experiências entre as escolas.

VII — Avaliar os resultados das ações formativas e realizar os ajustes necessários.

Unidades escolares

Caberá às unidades escolares:

I — Identificar as necessidades de formação de suas equipes.

II — Organizar momentos de planejamento, estudo e avaliação das práticas educativas.

III — Articular a formação continuada ao Projeto Político-Pedagógico e aos objetivos de aprendizagem.

IV — Incentivar a participação dos profissionais nas ações formativas.

V — Acompanhar a aplicação dos conhecimentos e das estratégias discutidas nas formações.

VI — Registrar dificuldades, avanços e necessidades de apoio, encaminhando-as à Secretaria Municipal de Educação.

- **Profissionais da educação**

Aos profissionais caberá participar dos processos formativos relacionados às suas funções, contribuir para o planejamento coletivo e desenvolver suas atividades de acordo com as orientações pedagógicas e institucionais.

Essa participação deverá ocorrer com respeito às atribuições, às condições de trabalho e às disposições legais aplicáveis.

9.14. Acompanhamento e avaliação da formação continuada

As ações de formação deverão ser acompanhadas e avaliadas periodicamente.

O objetivo não será apenas registrar a quantidade de cursos realizados ou o número de participantes, mas compreender de que maneira a formação contribui para o trabalho desenvolvido nas escolas.

A Secretaria Municipal de Educação deverá considerar, entre outros aspectos:

- Participação dos profissionais nas ações formativas.
- Temas estudados e necessidades ainda não atendidas.
- Relação entre a formação e os desafios identificados nas escolas.
- Aplicação das estratégias discutidas nos momentos formativos.
- Fortalecimento do planejamento coletivo.
- Desenvolvimento de práticas pedagógicas integradas.
- Melhoria do acompanhamento das aprendizagens.
- Necessidades de continuidade ou aprofundamento dos estudos.

Os resultados deverão orientar a atualização do Plano de Formação Continuada e o planejamento das ações seguintes.

As unidades escolares também deverão participar desse acompanhamento, apresentando suas experiências e indicando os temas que necessitam de maior atenção.

9.15. Compromisso com quem faz a Educação Integral acontecer

A consolidação da Educação Integral em Tempo Integral de Araçás depende de uma rede de profissionais que compreenda a proposta, participe de sua construção e encontre condições para desenvolver um trabalho de qualidade.

A formação continuada deverá fortalecer essa caminhada, respeitando os conhecimentos já construídos e oferecendo oportunidades para aprender, refletir e aperfeiçoar as práticas.

A valorização profissional precisa estar presente nas decisões sobre pessoal, jornada, planejamento, formação e organização das escolas.

Ao longo do período de 2026 a 2036, o Município deverá manter esse compromisso, reconhecendo que a qualidade da Educação Integral se constrói no cotidiano, por meio do trabalho coletivo e da responsabilidade de cada profissional.

Uma escola que deseja oferecer mais oportunidades aos estudantes também precisa oferecer aos seus profissionais condições para aprender, planejar e realizar bem o seu trabalho. Valorizar quem educa é uma das formas mais importantes de cuidar do futuro da educação de Araçás.

10. INFRAESTRUTURA, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, SEGURANÇA E PROTEÇÃO INTEGRAL

10.1. Condições adequadas para aprender, conviver e permanecer

Uma escola de tempo integral precisa estar preparada para receber os estudantes durante uma jornada mais longa. Isso envolve espaços adequados, alimentação de qualidade, transporte seguro, profissionais suficientes e uma rotina que respeite as necessidades de cada criança e adolescente.

Em Araçás, a ampliação da Educação Integral em Tempo Integral deverá acontecer de forma planejada, considerando as condições reais das unidades escolares e as características das comunidades atendidas.

O compromisso não é apenas oferecer mais horas de permanência. É garantir que esse tempo seja vivido em um ambiente seguro, acolhedor e organizado para favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento.

Uma sala de aula adequada é importante, mas não é suficiente. Os estudantes também precisam de espaços para se alimentar, brincar, descansar, movimentar-se, realizar atividades culturais e esportivas e conviver com os colegas.

Na Educação Infantil, essas necessidades exigem atenção ainda maior, especialmente em relação à higiene, ao descanso, à alimentação e à segurança dos ambientes.

A **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás/BA — 2026–2036** estabelece que a ampliação da oferta deverá estar acompanhada das condições físicas, materiais, humanas e organizacionais necessárias ao atendimento.

Essas condições deverão orientar tanto a implantação de novas turmas quanto o aperfeiçoamento das unidades que já oferecem a jornada ampliada.

10.2. Diagnóstico das condições de infraestrutura das escolas

A Secretaria Municipal de Educação deverá manter um diagnóstico atualizado das condições de funcionamento das unidades escolares que ofertam ou poderão ofertar Educação Integral em Tempo Integral.

Esse levantamento será fundamental para identificar as necessidades de manutenção, reforma, ampliação, aquisição de equipamentos e reorganização dos espaços.

O diagnóstico deverá considerar a realidade de cada escola, o número de estudantes, as etapas atendidas, as características do território e as necessidades de acessibilidade.

Entre os aspectos a serem observados, destacam-se:

I — Salas de aula e ambientes pedagógicos: condições de iluminação, ventilação, mobiliário, conservação e adequação à faixa etária dos estudantes.

II — Espaços de alimentação: existência e condições de cozinhas, depósitos, refeitórios e locais destinados ao preparo, à distribuição e ao consumo das refeições.

III — Instalações sanitárias: quantidade, conservação, acessibilidade e condições de higiene dos banheiros e demais espaços de cuidado pessoal.

IV — Espaços de convivência e descanso: disponibilidade de ambientes adequados às necessidades das crianças e dos adolescentes durante a jornada ampliada.

V — Ambientes para atividades diversificadas: condições de bibliotecas, salas de leitura, laboratórios, quadras, pátios, áreas externas e outros espaços educativos.

VI — Acessibilidade: identificação de barreiras arquitetônicas, de circulação, comunicação e utilização dos ambientes escolares.

VII — Segurança das instalações: condições das redes elétrica e hidráulica, coberturas, pisos, muros, portões, equipamentos e demais estruturas.

VIII — Água, saneamento e higiene: regularidade do abastecimento, qualidade da água, condições de esgotamento sanitário, limpeza e destinação dos resíduos.

IX — Recursos pedagógicos e tecnológicos: disponibilidade, conservação e adequação dos materiais e equipamentos necessários às atividades educativas.

X — Condições territoriais: localização da unidade, acesso, transporte escolar, características do entorno e situações que possam comprometer o funcionamento.

O diagnóstico deverá ser realizado com a participação das equipes escolares e dos setores técnicos responsáveis, permitindo que as necessidades sejam identificadas de maneira objetiva.

Seus resultados deverão orientar a definição das prioridades de investimento e as etapas de expansão da Política.

10.3. Condições mínimas para a oferta da jornada ampliada

A implantação ou ampliação de turmas em tempo integral deverá considerar, previamente, as condições necessárias ao atendimento.

A Secretaria Municipal de Educação deverá verificar se a unidade escolar dispõe de estrutura, profissionais, serviços e recursos compatíveis com a jornada prevista.

Essa análise deverá observar, especialmente:

I — Espaços pedagógicos adequados ao número de estudantes e às atividades planejadas.

II — Instalações sanitárias em condições de uso, higiene e acessibilidade.

III — Ambientes apropriados para alimentação, convivência e descanso, conforme a etapa de ensino.

IV — Fornecimento regular de água potável, energia elétrica e serviços de limpeza.

V — Alimentação escolar compatível com o período de permanência dos estudantes.

VI — Transporte escolar adequado, quando necessário, considerando os horários e as condições de deslocamento.

VII — Profissionais em quantidade e com atribuições compatíveis com as necessidades do atendimento.

VIII — Materiais pedagógicos, mobiliário e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades.

IX — Condições de acessibilidade e apoios específicos aos estudantes que deles necessitem.

X — Procedimentos de segurança, prevenção de riscos e atendimento a situações de emergência.

A identificação de necessidades de adequação deverá resultar em providências planejadas, com definição de responsáveis e prazos.

A abertura de novas turmas não deverá ocorrer sem a verificação das condições essenciais de segurança, higiene, alimentação, acessibilidade e atendimento pedagógico.

O planejamento da expansão deverá considerar essas exigências desde o início, evitando que dificuldades estruturais comprometam a qualidade da oferta.

10.4. Organização dos espaços educativos

A Educação Integral em Tempo Integral exige uma utilização mais ampla e cuidadosa dos espaços escolares.

As unidades deverão organizar seus ambientes para atender às atividades curriculares, aos projetos integradores e aos momentos de alimentação, higiene, descanso e convivência.

Sempre que possível, os espaços deverão permitir diferentes formas de organização, favorecendo atividades individuais, em pequenos grupos e coletivas.

Bibliotecas, salas de leitura, quadras, pátios, laboratórios e áreas externas poderão ser utilizados para ampliar as experiências educativas, respeitando as condições de segurança e acessibilidade.

A organização dos ambientes deverá considerar a faixa etária dos estudantes e as características das atividades desenvolvidas.

Na Educação Infantil, será necessário assegurar espaços adequados para brincadeiras, movimento, exploração, higiene e descanso.

No Ensino Fundamental, deverão ser favorecidas condições para estudo, leitura, pesquisa, atividades práticas, expressão artística, esporte e convivência.

O uso dos espaços deverá estar previsto no planejamento pedagógico e nas rotinas de funcionamento da escola.

A ampliação da jornada não significa utilizar os mesmos ambientes da mesma maneira durante todo o dia. É necessário diversificar as experiências e organizar os espaços para que os estudantes possam aprender em diferentes situações.

10.5. Alimentação escolar: cuidado, saúde e aprendizagem

A alimentação escolar é uma condição essencial para a permanência dos estudantes na Educação Integral em Tempo Integral.

Durante uma jornada ampliada, as refeições precisam ser organizadas de maneira adequada ao tempo de permanência, à faixa etária e às necessidades nutricionais dos estudantes.

A Secretaria Municipal de Educação deverá assegurar o atendimento às normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e às orientações técnicas dos profissionais responsáveis pela alimentação escolar.

O planejamento deverá considerar a quantidade de estudantes atendidos, a duração da jornada, os horários das atividades e as condições de preparo e distribuição das refeições. A organização alimentar deverá contemplar:

I — Planejamento dos cardápios: elaboração por nutricionista responsável, observando as necessidades nutricionais e as normas aplicáveis.

II — Regularidade do fornecimento: garantia das refeições previstas para o período de permanência dos estudantes.

III — Qualidade e segurança dos alimentos: cuidados com aquisição, armazenamento, preparo, distribuição e conservação.

IV — Condições dos espaços: adequação das cozinhas, depósitos, refeitórios, equipamentos e utensílios.

V — Necessidades alimentares específicas: atendimento às situações que exijam alimentação diferenciada, conforme avaliação e orientação técnica.

VI — Educação Alimentar e Nutricional: desenvolvimento de práticas educativas que contribuam para hábitos alimentares saudáveis.

VII — Acompanhamento do serviço: verificação periódica das condições de funcionamento, da qualidade e da regularidade da alimentação.

Os momentos de refeição também deverão ser organizados como oportunidades de convivência, autonomia e desenvolvimento de hábitos de cuidado.

Na Educação Infantil, será necessário respeitar os ritmos e as necessidades das crianças, assegurando acompanhamento adequado.

A alimentação não poderá ser tratada como uma atividade secundária da jornada. Ela faz parte das condições necessárias ao bem-estar e à aprendizagem.

10.6. Transporte escolar e garantia de acesso

O transporte escolar tem papel importante na garantia do acesso e da permanência, especialmente para os estudantes que vivem em comunidades do campo e quilombolas.

Em Araçás, a ampliação da jornada deverá considerar as distâncias entre as residências e as escolas, as condições das estradas, os horários de deslocamento e as necessidades dos estudantes.

A Secretaria Municipal de Educação deverá planejar o transporte de forma articulada à organização da jornada escolar, evitando que os horários de entrada e saída comprometam a carga horária ou provoquem períodos excessivos de espera.

O planejamento deverá observar:

I — Identificação dos estudantes que necessitam do transporte escolar.

II — Levantamento das rotas, distâncias e condições de deslocamento.

III — Compatibilidade entre os horários do transporte e o funcionamento das unidades escolares.

IV — Condições de segurança, conservação e regularidade dos veículos.

V — Acessibilidade e atendimento às necessidades específicas dos estudantes.

VI — Organização do embarque e desembarque, com atenção à segurança.

VII — Comunicação com as famílias sobre horários, rotas e eventuais alterações.

VIII — Procedimentos para situações de interrupção do transporte ou dificuldades de acesso.

As condições de deslocamento deverão ser consideradas no diagnóstico das unidades e no planejamento de novas matrículas em tempo integral.

Nas comunidades rurais, será necessário observar situações que possam interferir na regularidade do transporte, como condições climáticas e dificuldades de circulação.

O objetivo é assegurar que o estudante tenha condições de chegar à escola, participar de toda a jornada e retornar à sua residência com segurança.

10.7. Higiene, descanso e bem-estar durante a jornada

A permanência por mais tempo na escola exige atenção às necessidades de higiene, descanso e bem-estar.

Esses cuidados deverão ser organizados de acordo com a idade, as condições de desenvolvimento e as necessidades individuais dos estudantes.

Na Educação Infantil, os momentos de higiene, alimentação e descanso integram a rotina educativa e precisam ser realizados em ambientes adequados, com acompanhamento dos profissionais responsáveis.

No Ensino Fundamental, a jornada deverá prever momentos de pausa, convivência e movimentação, evitando uma sequência excessiva de atividades que provoque cansaço e comprometa a participação.

As unidades escolares deverão observar as condições de ventilação, temperatura, limpeza e conforto dos ambientes.

Também deverão assegurar acesso à água potável, instalações sanitárias em condições adequadas e materiais necessários à higiene.

Os estudantes que necessitem de apoio específico para alimentação, higiene, mobilidade ou outras atividades da vida escolar deverão receber atendimento compatível com suas necessidades, respeitando sua dignidade, privacidade e autonomia.

O cuidado com o bem-estar precisa estar presente no planejamento e nas relações estabelecidas durante toda a jornada.

10.8. Segurança escolar e prevenção de riscos

A segurança dos estudantes e dos profissionais deverá orientar a organização e o funcionamento das unidades escolares de Educação Integral em Tempo Integral.

A jornada ampliada exige atenção às condições dos ambientes, à circulação de pessoas, à utilização dos equipamentos e às atividades realizadas dentro e fora da escola.

A Secretaria Municipal de Educação, em articulação com os setores competentes, deverá orientar a elaboração e a atualização de procedimentos de prevenção e resposta a situações de risco.

As unidades escolares deverão observar, especialmente:

I — Segurança das instalações: acompanhamento das condições estruturais, elétricas, hidráulicas e dos equipamentos utilizados.

II — Controle de acesso: organização da entrada, saída e circulação de estudantes, profissionais e visitantes.

III — Prevenção de acidentes: identificação de riscos em salas, pátios, quadras, cozinhas, escadas e demais ambientes.

IV — Procedimentos de emergência: definição de orientações para situações de acidentes, incêndios, eventos climáticos e outras ocorrências.

V — Comunicação institucional: manutenção de informações atualizadas para contato com famílias e serviços de atendimento emergencial.

VI — Atividades externas: planejamento de deslocamentos, acompanhamento dos estudantes e verificação das condições de segurança.

VII — Formação e orientação dos profissionais: conhecimento dos procedimentos institucionais e das responsabilidades de cada função.

VIII — Registro e acompanhamento das ocorrências: utilização de procedimentos que permitam identificar problemas e adotar medidas preventivas.

As providências deverão respeitar as normas técnicas e a legislação aplicável, com participação dos órgãos responsáveis quando necessário.

A escola precisa estar preparada para prevenir riscos e agir de maneira organizada diante de situações que exijam atenção imediata.

10.9. Proteção integral de crianças e adolescentes

A Educação Integral em Tempo Integral deverá assegurar um ambiente de respeito, acolhimento e proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Esse compromisso está relacionado à Constituição Federal, ao Estatuto da Criança e do Adolescente e às demais normas de proteção aplicáveis.

As unidades escolares deverão desenvolver ações de prevenção à violência, à discriminação, ao bullying, ao racismo, ao capacitismo e a outras situações que comprometam a dignidade e o bem-estar dos estudantes.

A proteção integral envolve atenção às relações estabelecidas na escola e à identificação de sinais de possíveis violações de direitos.

Os profissionais deverão receber orientações sobre como acolher, registrar e encaminhar situações que exijam providências, respeitando as atribuições institucionais e os procedimentos legais.

A escola não deverá realizar investigações próprias sobre situações que dependam da atuação dos órgãos competentes.

Seu papel é proteger o estudante, realizar os encaminhamentos necessários e colaborar com a rede de proteção, observando o sigilo e a preservação da identidade dos envolvidos.

A Secretaria Municipal de Educação deverá fortalecer a articulação com o Conselho Tutelar e com os serviços de Saúde, Assistência Social e demais órgãos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.

A atuação conjunta deverá contribuir para prevenir situações de risco e assegurar atendimento adequado quando houver necessidade.

10.10. Protocolos de proteção e atendimento a ocorrências

As unidades escolares deverão contar com orientações institucionais para situações que possam comprometer a segurança, a saúde ou os direitos dos estudantes.

Esses procedimentos deverão ser organizados de forma clara, para que os profissionais saibam como agir e a quem recorrer.

Deverão ser contempladas, conforme a realidade das unidades e as normas aplicáveis, situações como:

I — Acidentes e intercorrências de saúde: atendimento inicial dentro das competências dos profissionais, comunicação aos responsáveis e acionamento dos serviços de urgência quando necessário.

II — Suspeita ou identificação de violência: acolhimento, proteção do estudante e encaminhamento aos órgãos competentes, conforme os procedimentos legais.

III — Bullying e discriminação: registro, intervenção educativa, proteção dos envolvidos e acompanhamento da situação.

IV — Ausência de responsável na saída: procedimentos para garantir a segurança do estudante até a solução da ocorrência.

V — Interrupção do transporte escolar: comunicação com as famílias e organização de medidas para evitar exposição dos estudantes a riscos.

VI — Eventos climáticos e situações de emergência: definição de medidas de proteção, comunicação e eventual reorganização das atividades.

VII — Situações que envolvam estudantes com necessidades específicas de apoio: orientações compatíveis com suas condições individuais e com as responsabilidades dos profissionais.

VIII — Atividades realizadas fora da unidade escolar: procedimentos de autorização, acompanhamento, segurança e comunicação.

Os protocolos deverão ser conhecidos pelas equipes escolares e atualizados sempre que necessário.

Também deverão ser previstos momentos de orientação e formação dos profissionais, para que os procedimentos sejam compreendidos e aplicados corretamente.

A proteção dos estudantes exige organização, responsabilidade e capacidade de agir sem improvisações que possam aumentar os riscos.

10.11. Acessibilidade e condições de atendimento inclusivo

A infraestrutura da Educação Integral em Tempo Integral deverá considerar as necessidades de todos os estudantes, especialmente daqueles que enfrentam barreiras de acesso e participação.

As unidades escolares deverão identificar necessidades de adequação dos espaços, mobiliários, equipamentos, materiais e formas de comunicação.

A Secretaria Municipal de Educação deverá considerar essas demandas no planejamento de reformas, ampliações e aquisições.

A acessibilidade deverá alcançar salas de aula, banheiros, refeitórios, bibliotecas, quadras, pátios, áreas de convivência e demais ambientes utilizados durante a jornada.

Também deverá ser observada no transporte escolar e nas atividades realizadas fora da escola.

Quando necessários, deverão ser disponibilizados recursos de tecnologia assistiva e apoios compatíveis com as necessidades dos estudantes.

As condições de acessibilidade deverão ser acompanhadas de práticas pedagógicas inclusivas, evitando que a existência de adaptações físicas seja considerada suficiente para garantir a participação.

O compromisso é assegurar que todos possam utilizar os espaços, participar das atividades e desenvolver suas aprendizagens com dignidade.

10.12. Profissionais e organização dos serviços de apoio

O funcionamento da Educação Integral em Tempo Integral depende de uma equipe capaz de atender às necessidades pedagógicas e organizacionais da jornada ampliada.

Além dos professores, gestores e coordenadores pedagógicos, a escola necessita de profissionais responsáveis por alimentação, limpeza, manutenção, secretaria, portaria, transporte e apoio aos estudantes, conforme sua estrutura e demanda.

A Secretaria Municipal de Educação deverá realizar levantamento das necessidades de pessoal de cada unidade, considerando o número de estudantes, as etapas atendidas, a duração da jornada e as características dos serviços.

A definição dos quantitativos deverá respeitar a legislação, as atribuições dos cargos e as condições reais de funcionamento.

As responsabilidades dos profissionais deverão estar claramente estabelecidas, evitando sobreposição de funções ou atribuição de atividades incompatíveis com os cargos.

A organização dos serviços de apoio também deverá considerar os horários de maior demanda, como entrada, saída, alimentação, higiene e deslocamento dos estudantes.

O planejamento de pessoal deverá integrar o diagnóstico institucional e orientar as providências necessárias à ampliação da oferta.

10.13. Manutenção, conservação e utilização dos recursos

A garantia de condições adequadas de funcionamento não se encerra com a reforma de uma escola ou a aquisição de equipamentos.

É necessário assegurar manutenção, conservação e acompanhamento permanente dos espaços e materiais.

A Secretaria Municipal de Educação deverá organizar procedimentos para identificar necessidades de reparo, reposição e adequação dos ambientes escolares.

As unidades deverão comunicar as situações que comprometam a segurança, a higiene ou o desenvolvimento das atividades.

Também deverão orientar os profissionais e estudantes quanto à utilização responsável dos espaços e recursos, respeitando as características de cada etapa de ensino.

A manutenção preventiva deverá ser considerada no planejamento, contribuindo para evitar interrupções no atendimento e gastos decorrentes de problemas que poderiam ser identificados com antecedência.

Cuidar da estrutura escolar é preservar as condições necessárias para ensinar, aprender e conviver.

10.14. Responsabilidades institucionais e planejamento das adequações

A Secretaria Municipal de Educação será responsável por coordenar o diagnóstico das condições de oferta, definir prioridades e planejar as adequações necessárias à implementação da Educação Integral em Tempo Integral.

Esse trabalho deverá envolver os setores municipais competentes, especialmente aqueles relacionados a obras, manutenção, alimentação, transporte, saúde e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

As unidades escolares deverão participar do levantamento das necessidades, manter registros das condições de funcionamento e comunicar situações que exijam providências.

O planejamento deverá considerar:

I — Necessidades identificadas no diagnóstico de cada escola.

II — Prioridades relacionadas à segurança, acessibilidade, higiene e alimentação.

III — Adequações necessárias à ampliação da jornada e ao atendimento de novas turmas.

IV — Disponibilidade de recursos financeiros e possibilidades de financiamento.

V — Responsabilidades dos setores envolvidos.

VI — Prazos previstos para execução das providências.

VII — Acompanhamento das intervenções e avaliação das condições de funcionamento.

As ações de reforma, ampliação, aquisição de equipamentos e reorganização dos serviços deverão ser detalhadas no **Plano Municipal de Implementação e Expansão da Educação Integral em Tempo Integral**.

Esse instrumento deverá permitir que a expansão aconteça de maneira organizada, com prioridades definidas e acompanhamento dos resultados.

10.15. Monitoramento das condições de oferta

A Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar periodicamente as condições de funcionamento das unidades escolares de tempo integral.

O monitoramento deverá considerar tanto os aspectos estruturais quanto a qualidade dos serviços oferecidos.

Entre os pontos de acompanhamento, destacam-se:

- Conservação e adequação dos ambientes escolares.
- Condições de acessibilidade.
- Regularidade e qualidade da alimentação escolar.
- Funcionamento do transporte escolar.
- Disponibilidade de água potável e condições de higiene.
- Segurança das instalações e equipamentos.
- Disponibilidade de profissionais e organização dos serviços.
- Existência e aplicação dos protocolos de proteção.
- Necessidades de manutenção e reposição de materiais.
- Situações que comprometam a permanência e o bem-estar dos estudantes.

Os resultados deverão subsidiar o planejamento da Secretaria Municipal de Educação e a definição de medidas de melhoria.

Sempre que forem identificadas situações que representem risco à integridade dos estudantes ou dos profissionais, deverão ser adotadas as providências cabíveis, com prioridade para a proteção das pessoas.

10.16. Compromisso com ambientes escolares seguros e acolhedores

A Educação Integral em Tempo Integral exige escolas preparadas para acolher os estudantes durante uma parte significativa do dia.

Isso envolve estrutura, alimentação, transporte, segurança e cuidado, mas também atenção às relações humanas e às necessidades de cada estudante.

Em Araçás, a ampliação da oferta deverá acontecer com responsabilidade, respeitando as condições das unidades e garantindo que os investimentos estejam relacionados à melhoria do atendimento.

A infraestrutura precisa apoiar o trabalho pedagógico. A alimentação deve contribuir para a saúde e o bem-estar. O transporte deve assegurar o acesso. E os procedimentos de segurança e proteção devem oferecer tranquilidade aos estudantes, às famílias e aos profissionais.

Essas condições fazem parte do direito à Educação Integral e precisam ser consideradas em todas as etapas da implementação da Política Municipal.

Uma escola de tempo integral deve ser, antes de tudo, um lugar em que os estudantes se sintam seguros, acolhidos e respeitados. Um espaço preparado para aprender, conviver, cuidar de si e descobrir novas possibilidades.

11. GESTÃO DEMOCRÁTICA, GOVERNANÇA E COMITÊ INTERSETORIAL

11.1. Gestão democrática: participação que fortalece a educação

A Educação Integral em Tempo Integral exige uma gestão que saiba ouvir, dialogar, planejar e compartilhar responsabilidades.

A ampliação da jornada escolar envolve decisões que vão além da organização das aulas. É necessário pensar nas condições de atendimento, na alimentação, no transporte, nos espaços educativos, na formação dos profissionais e nas necessidades dos estudantes.

Essas decisões precisam considerar a realidade das escolas e das comunidades.

Em Araçás, a gestão democrática deverá orientar a implementação da **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral — 2026–2036**, assegurando a participação dos profissionais da educação, estudantes, famílias, Conselhos Escolares e demais representantes da comunidade.

Esse compromisso encontra fundamento na Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 206, inciso VI, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que reconhecem a gestão democrática como princípio da educação pública.

A participação deverá estar presente no planejamento, na execução, no acompanhamento e na avaliação da Política.

Mais do que realizar reuniões ou consultas, é importante criar oportunidades para que as pessoas compreendam as decisões, apresentem suas necessidades e contribuam para o aperfeiçoamento da educação.

Uma política construída com participação tem mais condições de responder aos desafios reais da rede.

11.2. Organização da governança da Política Municipal

A governança da Educação Integral em Tempo Integral corresponde à forma como o Município organiza responsabilidades, decisões, acompanhamento e prestação de contas.

Em Araçás, essa organização deverá respeitar as competências dos órgãos municipais, a autonomia das unidades escolares e as atribuições legais das instâncias colegiadas.

A implementação da Política envolverá a atuação articulada da Secretaria Municipal de Educação, do Comitê Intersetorial, das unidades escolares, dos Conselhos Escolares, do Conselho Municipal de Educação e dos demais órgãos e setores públicos envolvidos. Cada instância possui responsabilidades próprias.

A atuação conjunta não significa que todos desempenhem as mesmas funções. Ao contrário, a clareza sobre quem coordena, quem executa, quem acompanha e quem exerce o controle social é fundamental para evitar sobreposição de atribuições.

A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela coordenação da implementação da Política, observadas as competências do Sistema Municipal de Ensino.

O Comitê Intersetorial atuará na articulação das ações entre os setores envolvidos, conforme o ato municipal que disciplina seu funcionamento.

As unidades escolares serão responsáveis pela organização e pelo desenvolvimento da proposta educativa em seu cotidiano.

Os Conselhos Escolares contribuirão para a participação da comunidade e o acompanhamento da vida escolar.

O Conselho Municipal de Educação exercerá suas competências normativas, consultivas, deliberativas e de acompanhamento, conforme a legislação municipal que rege sua atuação.

Essa organização deverá favorecer decisões fundamentadas, comunicação entre os setores e acompanhamento contínuo dos resultados.

11.3. Responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação terá a responsabilidade de coordenar a implementação, o acompanhamento e a avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

Sua atuação deverá considerar as necessidades das unidades escolares, as metas de expansão, as condições de atendimento e os resultados das aprendizagens.

Compete à Secretaria, no âmbito de suas atribuições:

I — Coordenar o planejamento da implementação e da expansão da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal.

II — Organizar e manter atualizado o diagnóstico das unidades escolares, considerando matrículas, infraestrutura, alimentação, transporte, profissionais e necessidades pedagógicas.

III — Orientar a elaboração e a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos, em articulação com as equipes escolares.

IV — Promover a formação continuada dos profissionais envolvidos na Política.

V — Planejar a utilização dos recursos necessários à oferta, observando a legislação orçamentária e financeira.

VI — Acompanhar as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes.

VII — Articular as ações da Educação Integral com os demais setores da administração municipal.

VIII — Disponibilizar informações que favoreçam o acompanhamento da Política pelas instâncias competentes.

IX — Encaminhar ao Conselho Municipal de Educação as matérias que dependam de apreciação, manifestação ou regulamentação, respeitando suas competências legais.

X — Elaborar relatórios periódicos sobre a implementação da Política e utilizar seus resultados para orientar as decisões da rede.

A Secretaria deverá manter diálogo com as unidades escolares e com os órgãos envolvidos, assegurando que as orientações institucionais sejam claras e compatíveis com as condições de funcionamento.

11.4. Comitê Intersetorial da Educação Integral em Tempo Integral

A Educação Integral reconhece que a formação dos estudantes envolve diferentes dimensões da vida humana.

A escola tem responsabilidade central pelo ensino e pela aprendizagem, mas muitas necessidades dos estudantes exigem a atuação de outros serviços públicos.

Questões relacionadas à saúde, à assistência social, ao transporte, à cultura, ao esporte, ao meio ambiente e à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes precisam ser tratadas de forma articulada.

Nesse contexto, o Comitê Intersetorial constitui um espaço de diálogo, planejamento e acompanhamento das ações que envolvem diferentes setores.

Em Araçás, sua atuação deverá observar o **Decreto Municipal que dispõe sobre sua instituição e funcionamento**, bem como a **Portaria que regulamenta a designação de seus integrantes**, conforme os atos vigentes.

A presente Política não substitui esses instrumentos nem altera as competências neles estabelecidas.

O Comitê deverá contribuir para que as ações sejam planejadas de maneira conjunta, respeitando as atribuições de cada órgão.

Sua atuação terá caráter de articulação, acompanhamento e proposição de encaminhamentos, nos limites definidos pela regulamentação municipal.

11.4.1. Finalidades do Comitê Intersetorial

Observadas as competências estabelecidas no Decreto Municipal, a atuação do Comitê deverá contribuir para:

I — Fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e os demais setores envolvidos na Educação Integral.

II — Identificar necessidades dos estudantes e das unidades escolares que exijam atuação conjunta.

III — Apoiar a construção de estratégias intersetoriais para ampliar as oportunidades educativas.

IV — Contribuir para a organização de fluxos de atendimento e encaminhamento aos serviços públicos competentes.

V — Acompanhar dificuldades relacionadas ao acesso, à permanência e à proteção dos estudantes.

VI — Favorecer o aproveitamento educativo dos espaços e equipamentos públicos existentes no território.

VII — Propor medidas de aperfeiçoamento das ações intersetoriais, respeitando as competências dos órgãos responsáveis.

VIII — Contribuir para a análise das necessidades identificadas no acompanhamento da Política Municipal.

O Comitê não substituirá a Secretaria Municipal de Educação na gestão da rede, as unidades escolares em suas responsabilidades pedagógicas nem os conselhos no exercício de suas atribuições legais.

11.4.2. Composição e funcionamento

A composição, a coordenação, a periodicidade das reuniões e as demais regras de funcionamento do Comitê Intersetorial deverão observar o Decreto Municipal e a Portaria de designação vigentes.

A participação de representantes de diferentes setores deverá respeitar as atribuições institucionais e as condições estabelecidas nesses atos.

Quando necessário, poderão ser convidados profissionais, representantes de unidades escolares, conselhos ou instituições para contribuir com assuntos específicos, observadas as regras de funcionamento do Comitê.

As reuniões e os encaminhamentos deverão ser registrados, permitindo acompanhar as demandas apresentadas, as responsabilidades assumidas e as providências realizadas.

A atuação do Comitê deverá buscar soluções possíveis e adequadas à realidade municipal, evitando a criação de procedimentos que dificultem o trabalho das escolas e dos serviços públicos.

11.5. Articulação entre educação e demais políticas públicas

A Educação Integral em Tempo Integral deverá fortalecer o diálogo entre a educação e as demais políticas públicas do Município.

Essa articulação é importante porque as condições de aprendizagem e permanência dos estudantes também estão relacionadas à saúde, à alimentação, ao transporte, à convivência familiar e à proteção social.

As ações deverão ser organizadas de acordo com as responsabilidades de cada setor e as necessidades identificadas pelas escolas.

- **Saúde**

A articulação com a Secretaria Municipal de Saúde poderá envolver ações do Programa Saúde na Escola, promoção de hábitos saudáveis, saúde bucal, vacinação, educação alimentar e outras atividades compatíveis com as atribuições dos serviços de saúde.

Também poderá contribuir para o encaminhamento de situações que necessitem de acompanhamento pelos profissionais competentes.

- **Assistência Social**

A articulação com a Assistência Social deverá contribuir para o atendimento de estudantes e famílias em situação de vulnerabilidade, respeitando os serviços, os fluxos e as competências do Sistema Único de Assistência Social.

As escolas poderão realizar encaminhamentos aos serviços competentes, observando o sigilo das informações e a proteção dos direitos dos estudantes.

- **Cultura, esporte e lazer**

As áreas de Cultura, Esporte e Lazer poderão contribuir para ampliar as experiências educativas, por meio de atividades culturais, artísticas, esportivas e de valorização das manifestações locais.

Essas ações deverão estar articuladas ao Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.

- **Meio ambiente**

A articulação com os setores responsáveis pelo meio ambiente e pelas atividades relacionadas ao território poderá favorecer projetos de Educação Ambiental, sustentabilidade, preservação dos recursos naturais e valorização dos conhecimentos das comunidades.

- **Proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes**

A articulação com o Conselho Tutelar e os demais órgãos da rede de proteção deverá observar as competências legais de cada instituição.

Seu objetivo será assegurar os encaminhamentos adequados diante de situações de violação ou ameaça de direitos, sem transferir à escola atribuições que pertencem aos órgãos especializados.

A atuação intersetorial deverá contribuir para que as necessidades sejam identificadas e acompanhadas, com responsabilidade e respeito às famílias e aos estudantes.

11.6. Integração com os territórios e as comunidades

Araçás, possui diferentes realidades territoriais, culturais e sociais que precisam ser consideradas na organização da Educação Integral em Tempo Integral.

A relação entre escola e comunidade deverá valorizar os conhecimentos, as experiências e os espaços educativos existentes no Município.

A Secretaria Municipal de Educação, em articulação com os setores competentes, poderá organizar o mapeamento de bibliotecas, praças, espaços culturais, equipamentos esportivos, áreas ambientais, serviços públicos e organizações comunitárias que contribuam para ampliar as oportunidades de aprendizagem.

Esse levantamento deverá considerar as condições de acesso, segurança e adequação dos espaços às atividades previstas.

As unidades escolares poderão utilizar essas possibilidades em seus projetos pedagógicos, respeitando a finalidade educativa e as necessidades dos estudantes.

Nas comunidades do campo e quilombolas, a integração com o território deverá reconhecer as histórias, as identidades, as manifestações culturais e os conhecimentos construídos pelas comunidades.

A participação das famílias, lideranças e representantes comunitários poderá contribuir para aproximar o currículo das experiências locais.

A utilização dos espaços do território não substitui a responsabilidade da escola pelo planejamento, pelo acompanhamento e pela aprendizagem dos estudantes.

Seu propósito é enriquecer as experiências educativas e fortalecer os vínculos entre escola e comunidade.

11.7. Participação das unidades escolares e dos Conselhos Escolares

A gestão democrática da Educação Integral começa no cotidiano das unidades escolares.

É na escola que as orientações da Política se transformam em práticas, decisões e experiências vividas pelos estudantes.

Por isso, as equipes gestoras deverão promover momentos de diálogo com professores, demais profissionais, estudantes e famílias, respeitando as características de cada etapa de ensino.

A elaboração e a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos deverão ocorrer de forma participativa, considerando as necessidades da comunidade escolar e as diretrizes da Educação Integral.

Os Conselhos Escolares deverão exercer suas atribuições conforme a legislação e as normas que disciplinam seu funcionamento.

Sua participação poderá contribuir para o acompanhamento das condições de oferta, a discussão de prioridades, a aproximação com as famílias e o fortalecimento da transparência.

A escuta dos estudantes também deverá ser valorizada, por meio de estratégias adequadas à idade e às possibilidades de participação.

A gestão democrática se fortalece quando a comunidade compreende o que está sendo realizado e encontra espaços reais para contribuir.

11.8. Conselho Municipal de Educação: autonomia e competências próprias

O Conselho Municipal de Educação (CME) integra a organização institucional da educação municipal e exerce papel importante na garantia dos direitos educacionais e no acompanhamento das políticas públicas.

Na implementação da Educação Integral em Tempo Integral, sua atuação deverá respeitar a legislação municipal que define sua natureza, composição e competências.

O Conselho deverá exercer suas funções com autonomia, observadas as atribuições normativas, consultivas, deliberativas e de acompanhamento que lhe forem legalmente conferidas.

A Secretaria Municipal de Educação deverá encaminhar ao CME as matérias que dependam de sua apreciação, regulamentação ou manifestação.

Também deverá disponibilizar informações e documentos necessários ao exercício de suas competências.

A participação do CME em espaços de diálogo ou articulação intersetorial não deverá comprometer sua autonomia nem substituir os procedimentos próprios de análise e deliberação do Conselho.

Da mesma forma, o Comitê Intersetorial não poderá exercer competências normativas ou deliberativas reservadas ao CME.

Essa distinção é necessária para preservar a organização do Sistema Municipal de Ensino e assegurar que cada instância atue dentro de suas responsabilidades.

O acompanhamento da Política pelo Conselho deverá ocorrer conforme suas atribuições legais e os procedimentos institucionais aplicáveis.

11.9. Planejamento intersetorial e definição de responsabilidades

As ações desenvolvidas em conjunto pelos diferentes setores deverão ser planejadas com clareza.

Sempre que houver uma atividade ou encaminhamento intersetorial, será importante identificar o objetivo, o público atendido, o órgão responsável, os profissionais envolvidos e a forma de acompanhamento.

Esse planejamento deverá evitar ações isoladas, repetição de esforços ou encaminhamentos sem retorno à unidade escolar.

Os registros poderão contemplar:

I — Necessidade ou situação identificada.

II — Objetivo da ação.

III — Órgãos e setores envolvidos.

IV — Responsabilidades de cada participante.

V — Público e território atendidos.

VI — Prazo ou periodicidade prevista.

VII — Procedimentos de comunicação e encaminhamento.

VIII — Registros necessários ao acompanhamento.

IX — Resultados observados e providências pendentes.

Os detalhes dessas ações deverão integrar instrumentos de planejamento e acompanhamento próprios, permitindo atualização conforme as necessidades da rede.

A definição de responsabilidades não deverá afastar a competência legal de cada serviço público.

O trabalho conjunto precisa facilitar o atendimento aos estudantes, e não criar novas dificuldades para as famílias ou para as escolas.

11.10. Busca ativa e acompanhamento intersetorial da permanência

A prevenção da infrequência, do abandono e da exclusão escolar deverá integrar as ações de acompanhamento da Educação Integral em Tempo Integral.

As unidades escolares serão responsáveis pelo controle da frequência e pela identificação de situações que indiquem risco à permanência dos estudantes.

Quando necessário, deverão estabelecer diálogo com as famílias e realizar os encaminhamentos aos serviços competentes, conforme os procedimentos institucionais.

A Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar essas situações e apoiar as escolas na definição das providências cabíveis.

A articulação intersetorial poderá contribuir para identificar dificuldades relacionadas ao transporte, à saúde, à vulnerabilidade social e a outras condições que interfiram na frequência escolar.

Os encaminhamentos deverão respeitar o sigilo das informações pessoais e as atribuições de cada órgão.

O objetivo será assegurar que os estudantes permaneçam na escola, participem das atividades e tenham condições de aprender.

11.11. Transparência, acompanhamento e prestação de informações

A implementação da Política Municipal deverá ser acompanhada de informações claras sobre as ações realizadas, as condições de oferta e os resultados alcançados.

A Secretaria Municipal de Educação deverá organizar registros e relatórios que permitam acompanhar a expansão das matrículas, a permanência dos estudantes, as aprendizagens e as condições de funcionamento das unidades.

Essas informações deverão subsidiar as decisões da gestão municipal e o acompanhamento pelas instâncias competentes.

A divulgação dos resultados deverá respeitar as normas de transparência pública e de proteção dos dados pessoais.

O acompanhamento deverá considerar, entre outros aspectos:

- Evolução das matrículas em tempo integral.

- Condições de acesso e permanência.
- Frequência e participação dos estudantes.
- Aprendizagens e desenvolvimento.
- Condições de infraestrutura, alimentação e transporte.
- Atendimento às necessidades de inclusão e acessibilidade.
- Participação das famílias e das comunidades.
- Ações desenvolvidas em articulação com outros setores.
- Necessidades identificadas pelas unidades escolares.
- Providências adotadas para o aperfeiçoamento da Política.

A apresentação periódica dessas informações deverá contribuir para o diálogo institucional e para a definição de prioridades.

11.12. Avaliação e aperfeiçoamento da governança

A organização da governança deverá ser acompanhada ao longo da implementação da Política.

A Secretaria Municipal de Educação deverá observar se as responsabilidades estão claras, se os fluxos de comunicação funcionam e se as ações intersetoriais contribuem para atender às necessidades dos estudantes.

O Comitê Intersetorial, nos limites de suas atribuições, poderá apresentar recomendações relacionadas à articulação entre os setores.

As unidades escolares e os Conselhos Escolares deverão contribuir com informações e avaliações sobre as condições de funcionamento e os resultados das ações.

O Conselho Municipal de Educação exercerá suas competências próprias de acompanhamento e manifestação, conforme a legislação municipal.

Os resultados desse processo deverão orientar os ajustes necessários, respeitando as competências de cada instância.

Uma boa organização institucional não é aquela que cria mais reuniões e documentos. É aquela que permite identificar problemas, tomar decisões e acompanhar se as providências estão chegando às escolas.

11.13. Compromisso com uma gestão participativa e responsável

A Educação Integral em Tempo Integral de Araçás deverá ser construída com participação, planejamento e respeito às responsabilidades institucionais.

A Secretaria Municipal de Educação terá papel central na coordenação da Política, mas sua implementação exige o envolvimento das unidades escolares, dos profissionais, das famílias, dos conselhos e dos demais setores públicos.

O Comitê Intersetorial deverá contribuir para aproximar esses setores e favorecer ações conjuntas.

O Conselho Municipal de Educação deverá manter sua autonomia e exercer as competências que lhe são legalmente atribuídas.

As escolas deverão ser ouvidas e apoiadas, pois é nelas que os desafios aparecem e as mudanças precisam acontecer.

Ao longo do período de 2026 a 2036, o Município deverá fortalecer esses espaços de participação e acompanhamento, buscando decisões mais próximas das necessidades dos estudantes e das comunidades.

Uma política educacional se fortalece quando as responsabilidades são claras, as decisões são compartilhadas e cada instituição cumpre seu papel. Em Araçás, a gestão democrática deverá ser o caminho para transformar o compromisso com a Educação Integral em ações que façam diferença na vida dos estudantes.

12. FINANCIAMENTO, SUSTENTABILIDADE E CONTROLE SOCIAL

12.1. Financiar a Educação Integral é garantir sua continuidade

A Educação Integral em Tempo Integral representa um compromisso com a ampliação das oportunidades de aprendizagem e com a melhoria da qualidade da educação pública.

Para que esse compromisso se concretize, é necessário assegurar condições financeiras que permitam organizar, manter e ampliar o atendimento ao longo dos anos.

Uma escola de tempo integral exige investimentos que vão além daqueles necessários ao funcionamento de uma jornada parcial. São mais horas de atendimento, maior demanda por alimentação, transporte, profissionais, materiais pedagógicos, manutenção e utilização dos espaços escolares.

Essas necessidades precisam ser conhecidas e consideradas no planejamento municipal.

Em Araçás, a **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral — 2026–2036** deverá ser acompanhada de planejamento financeiro compatível com as metas de expansão e com as condições reais da Rede Municipal de Ensino.

A ampliação das matrículas deverá ocorrer de maneira responsável, sem comprometer a qualidade do atendimento nas unidades que já oferecem a jornada ampliada.

O financiamento não pode ser pensado apenas no momento de abrir novas turmas. É preciso garantir recursos para que elas continuem funcionando adequadamente nos anos seguintes.

Essa será uma das condições para transformar a Educação Integral em uma política pública permanente, capaz de atravessar diferentes períodos de gestão e manter seus compromissos com os estudantes.

12.2. Princípios para o financiamento da Política Municipal

O financiamento da Educação Integral em Tempo Integral deverá observar os princípios da legalidade, do planejamento, da responsabilidade fiscal, da transparência, da equidade e da adequada aplicação dos recursos públicos.

As decisões sobre investimentos deverão considerar as necessidades educacionais e as condições de oferta, evitando que a expansão ocorra sem a estrutura necessária ao atendimento.

O Município deverá orientar o financiamento da Política pelos seguintes compromissos:

I — Planejamento: relacionar as despesas previstas às metas, às necessidades das escolas e à capacidade financeira municipal.

II — Continuidade: considerar não apenas os investimentos iniciais, mas também os custos permanentes de funcionamento.

III — Equidade: priorizar necessidades que possam comprometer o acesso, a permanência e a aprendizagem, com atenção às comunidades e aos estudantes em situação de maior vulnerabilidade.

IV — Qualidade: assegurar que os recursos contribuam para melhorar as condições pedagógicas, físicas e organizacionais da oferta.

V — Transparência: manter informações claras e acessíveis sobre a utilização dos recursos públicos.

VI — Controle social: respeitar as competências dos conselhos e demais órgãos responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização dos recursos educacionais.

VII — Sustentabilidade: organizar a expansão de forma compatível com as receitas disponíveis e com a capacidade de manutenção do atendimento.

Esses princípios deverão orientar a elaboração dos instrumentos de planejamento e as decisões relacionadas à implementação da Política.

12.3. Fontes de financiamento

O financiamento da Educação Integral em Tempo Integral de Araçás poderá contar com recursos municipais, transferências constitucionais e legais, programas de apoio financeiro e outras fontes admitidas pela legislação.

A utilização de cada fonte deverá respeitar suas finalidades, regras de aplicação e procedimentos de prestação de contas.

Entre as principais possibilidades de financiamento, destacam-se:

12.3.1. Recursos próprios do Município

O Município deverá considerar, em seu planejamento orçamentário, os recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, observados as disposições constitucionais e legais.

Esses recursos poderão contribuir para o funcionamento das unidades escolares, a manutenção dos espaços, a aquisição de materiais e outras despesas educacionais legalmente admitidas.

A previsão de recursos próprios é importante para reduzir a dependência de programas temporários e fortalecer a continuidade da oferta.

12.3.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica — FUNDEB

Os recursos do FUNDEB constituem uma das principais fontes de financiamento da Educação Básica pública.

Sua utilização na Educação Integral em Tempo Integral deverá observar as regras de distribuição, aplicação e controle estabelecidas na legislação.

O planejamento municipal deverá considerar as matrículas registradas nos sistemas oficiais, os critérios de ponderação aplicáveis e as demais condições que influenciam a distribuição dos recursos.

A Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar as informações de matrícula e os dados utilizados para o financiamento, buscando assegurar consistência entre os registros escolares, o Censo Escolar e os sistemas oficiais.

As despesas custeadas com recursos do FUNDEB deverão respeitar as finalidades legais, inclusive as regras relativas à remuneração dos profissionais da Educação Básica em efetivo exercício.

12.3.3. Programas e transferências federais

A Rede Municipal poderá utilizar recursos provenientes de programas federais destinados à Educação Básica e à ampliação da jornada, observadas as regras de cada iniciativa.

Entre eles, destaca-se o **Programa Escola em Tempo Integral**, instituído pela Lei Federal nº 14.640/2023, que apoia a criação de matrículas em tempo integral nas redes públicas.

Os recursos vinculados ao Programa deverão ser utilizados conforme as normas específicas, os critérios de pactuação e as orientações dos órgãos responsáveis.

O Município também deverá acompanhar as oportunidades de apoio técnico e financeiro disponibilizadas pelo Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), verificando sua pertinência para as necessidades da rede.

12.3.4. Alimentação e transporte escolar

O planejamento financeiro deverá considerar os recursos destinados à alimentação e ao transporte escolar, incluindo as transferências federais dos programas correspondentes, quando aplicáveis.

A jornada ampliada aumenta as necessidades de alimentação e pode exigir ajustes nas rotas, nos horários e na organização do transporte.

Por isso, será necessário avaliar se os recursos disponíveis são suficientes para atender à demanda, prevendo a complementação municipal quando necessária.

A utilização dessas fontes deverá observar suas regras próprias, sem confundir recursos destinados à alimentação ou ao transporte com aqueles destinados a outras despesas educacionais.

12.3.5. Outras fontes legalmente admitidas

O Município poderá buscar recursos complementares por meio de programas estaduais, transferências voluntárias, instrumentos de cooperação e outras possibilidades previstas na legislação.

A participação em programas e parcerias deverá estar relacionada às prioridades educacionais da rede e às condições de execução.

A obtenção de recursos adicionais não deverá comprometer a autonomia pedagógica das escolas nem substituir as responsabilidades legais do poder público pela oferta educacional.

12.4. Planejamento orçamentário e instrumentos de gestão

A implementação da Política Municipal deverá estar articulada aos instrumentos de planejamento e orçamento público.

As ações previstas para o período de 2026 a 2036 deverão ser consideradas, conforme sua natureza e oportunidade, no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Essa articulação é necessária para que as metas educacionais tenham correspondência com as possibilidades de financiamento e com as prioridades estabelecidas pela administração municipal.

A Secretaria Municipal de Educação deverá atuar em conjunto com os setores responsáveis pelo planejamento, orçamento, finanças e administração, identificando as despesas necessárias à manutenção e à expansão da oferta.

O planejamento deverá considerar:

I — Número de matrículas existentes e previsão de expansão.

II — Necessidades de adequação e manutenção da infraestrutura.

III — Quantitativo e organização dos profissionais necessários.

IV — Custos relacionados à alimentação e ao transporte escolar.

V — Aquisição e reposição de materiais pedagógicos, mobiliário e equipamentos.

VI — Formação continuada dos profissionais.

VII — Recursos necessários à acessibilidade e ao atendimento educacional especializado.

VIII — Manutenção dos serviços essenciais ao funcionamento das unidades.

IX — Possibilidades de financiamento e eventuais necessidades de complementação de recursos.

As previsões deverão ser revistas periodicamente, considerando a execução orçamentária, a evolução das matrículas e as necessidades identificadas nas escolas.

12.5. Identificação dos custos de implantação e manutenção

A expansão da Educação Integral em Tempo Integral deverá ser precedida de levantamento das despesas necessárias à implantação e ao funcionamento das novas turmas.

Esse levantamento deverá distinguir os investimentos iniciais das despesas que se repetem ao longo do ano.

- **Investimentos de implantação**

Poderão envolver reformas, ampliações, adequações de acessibilidade, aquisição de mobiliário, equipamentos, materiais pedagógicos e outras providências necessárias à preparação das unidades escolares.

- **Despesas de funcionamento e manutenção**

Deverão considerar os custos permanentes relacionados a pessoal, alimentação, transporte, materiais de consumo, serviços, conservação dos ambientes, formação e demais necessidades da jornada ampliada.

Essa distinção é importante porque uma escola pode receber investimentos para iniciar o atendimento, mas continuar necessitando de recursos para manter suas atividades.

O planejamento deverá evitar que a abertura de novas matrículas gere despesas permanentes sem previsão de financiamento compatível.

A Secretaria Municipal de Educação deverá utilizar os dados do diagnóstico institucional para estimar essas necessidades, respeitando as particularidades de cada unidade.

12.6. Expansão responsável e sustentabilidade da oferta

A ampliação das matrículas em tempo integral deverá ocorrer de maneira gradual, planejada e compatível com as condições financeiras e estruturais do Município.

A sustentabilidade da Política depende da capacidade de manter o atendimento com qualidade, mesmo diante de mudanças nas receitas, nos programas de financiamento ou nas demandas da rede.

Por isso, a decisão de ampliar a oferta deverá considerar, conjuntamente:

I — A demanda por matrículas em tempo integral.

II — As condições de infraestrutura das unidades escolares.

III — A disponibilidade de profissionais e as necessidades de contratação ou reorganização das equipes.

IV — Os custos de alimentação, transporte e demais serviços.

V — A disponibilidade de recursos para implantação.

VI — A previsão de recursos para manutenção nos exercícios seguintes.

VII — As prioridades de atendimento definidas a partir do diagnóstico educacional e territorial.

VIII — Os possíveis riscos financeiros e operacionais da expansão.

A Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar a evolução dos custos e das receitas relacionadas à Política, utilizando essas informações para orientar as etapas de implementação.

A ampliação do atendimento é um objetivo importante, mas precisa caminhar junto com a responsabilidade de preservar os direitos dos estudantes que já estão matriculados.

12.7. Equidade na distribuição dos recursos

O planejamento financeiro deverá considerar que as escolas apresentam necessidades diferentes.

Unidades localizadas no campo, em comunidades quilombolas ou em territórios com maiores dificuldades de acesso podem exigir investimentos específicos em transporte, infraestrutura, materiais e organização do atendimento.

Da mesma forma, estudantes que necessitam de recursos de acessibilidade e apoios educacionais específicos devem ter suas necessidades consideradas no planejamento.

A distribuição dos recursos deverá buscar reduzir desigualdades e assegurar condições adequadas de oferta.

Isso não significa estabelecer tratamento privilegiado sem justificativa, mas reconhecer que situações diferentes podem exigir investimentos diferentes para garantir o mesmo direito à educação.

As prioridades deverão ser fundamentadas em diagnósticos, critérios públicos e necessidades educacionais identificadas.

12.8. Gestão dos recursos e responsabilidades institucionais

A aplicação dos recursos destinados à Educação Integral em Tempo Integral deverá respeitar as competências dos órgãos municipais e os procedimentos legais de execução orçamentária e financeira.

A Secretaria Municipal de Educação será responsável pelo planejamento das necessidades educacionais, pelo acompanhamento das ações e pela articulação com os setores competentes.

A execução das despesas deverá observar a estrutura administrativa e as atribuições legalmente estabelecidas no Município.

As unidades escolares deverão contribuir com informações sobre suas necessidades, condições de funcionamento e utilização dos materiais e equipamentos disponibilizados.

Sempre que houver recursos descentralizados para execução pelas unidades, deverão ser observadas as regras específicas de aplicação, registro e prestação de contas.

O planejamento e a utilização dos recursos deverão manter relação direta com os objetivos da Política e com as necessidades dos estudantes.

12.9. Controle social e atuação dos conselhos

O controle social é parte essencial da gestão dos recursos públicos destinados à educação.

Em Araçás, o acompanhamento da aplicação dos recursos deverá respeitar as atribuições dos órgãos de controle e das instâncias colegiadas legalmente constituídas.

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB — CACS-FUNDEB

O CACS-FUNDEB exercerá suas competências de acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, nos termos da legislação.

A Secretaria Municipal de Educação e os demais setores responsáveis deverão disponibilizar as informações e os documentos necessários ao exercício dessas atribuições.

Conselho de Alimentação Escolar — CAE

O Conselho de Alimentação Escolar exercerá suas competências de acompanhamento e fiscalização da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, conforme a legislação aplicável.

Na Educação Integral em Tempo Integral, esse acompanhamento ganha importância diante da ampliação do período de permanência dos estudantes e das necessidades alimentares decorrentes da jornada.

Conselhos Escolares

Os Conselhos Escolares deverão participar do acompanhamento das condições de funcionamento das unidades, respeitando as atribuições estabelecidas nas normas municipais.

Sua atuação poderá contribuir para a identificação de prioridades, o diálogo com as famílias e a transparência na utilização dos recursos vinculados à escola.

Conselho Municipal de Educação — CME

O Conselho Municipal de Educação exercerá suas competências próprias de acompanhamento, apreciação e manifestação sobre a Política, conforme a legislação municipal.

Sua atuação não substitui as atribuições específicas do CACS-FUNDEB, do CAE ou dos órgãos de controle financeiro.

A autonomia institucional do CME deverá ser respeitada, assim como as competências dos demais conselhos.

O fortalecimento do controle social depende da clareza dessas responsabilidades e do acesso às informações necessárias ao seu exercício.

12.10. Transparência e prestação de contas

A gestão financeira da Educação Integral em Tempo Integral deverá observar os princípios da publicidade e da transparência na utilização dos recursos públicos.

O Município deverá manter os registros exigidos pela legislação e disponibilizar as informações pertinentes nos sistemas e canais oficiais.

As prestações de contas deverão respeitar as regras próprias de cada fonte de financiamento.

A Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar, em articulação com os setores responsáveis, a execução das ações financiadas e sua relação com as metas da Política.

As informações apresentadas à comunidade deverão ser claras e permitir a compreensão dos investimentos realizados, das prioridades atendidas e das necessidades ainda existentes.

A transparência não se resume à divulgação de números. Ela também exige explicar como os recursos foram utilizados e quais resultados contribuíram para alcançar.

12.11. Monitoramento financeiro e avaliação da sustentabilidade

O acompanhamento da Política deverá incluir informações sobre os recursos disponíveis, as despesas realizadas e as necessidades de financiamento.

A Secretaria Municipal de Educação, em articulação com os setores competentes, deverá acompanhar periodicamente:

- Evolução das matrículas em tempo integral.
- Recursos previstos e efetivamente disponíveis.
- Despesas de implantação e manutenção.
- Custos de alimentação e transporte.
- Necessidades de pessoal e formação continuada.
- Investimentos em infraestrutura e acessibilidade.
- Execução das ações previstas no planejamento.
- Demandas das unidades escolares ainda não atendidas.
- Riscos à continuidade ou à ampliação da oferta.
- Necessidades de revisão das prioridades de investimento.

Essas informações deverão contribuir para a elaboração dos instrumentos orçamentários, a atualização do Plano de Implementação e Expansão e a avaliação dos resultados da Política.

O acompanhamento financeiro deverá estar relacionado ao monitoramento educacional, permitindo compreender se os investimentos estão contribuindo para melhorar as condições de acesso, permanência e aprendizagem.

12.12. Planejamento financeiro para o período de 2026 a 2036

A vigência da Política Municipal exige planejamento que considere necessidades imediatas e compromissos de médio e longo prazo.

Ao longo do período de 2026 a 2036, o Município deverá revisar suas prioridades conforme a evolução da oferta, as condições financeiras e os resultados do acompanhamento educacional.

O planejamento deverá contemplar três movimentos complementares.

Primeiro: assegurar o funcionamento adequado das unidades que já oferecem Educação Integral em Tempo Integral.

Isso envolve identificar necessidades de manutenção, pessoal, alimentação, transporte, materiais e apoio pedagógico.

Segundo: preparar as condições para novas etapas de expansão.

A abertura de novas turmas deverá estar relacionada ao diagnóstico da demanda, à capacidade das escolas e à disponibilidade de recursos.

Terceiro: acompanhar os resultados e aperfeiçoar a utilização dos investimentos.

A análise periódica das despesas e das condições de oferta deverá orientar decisões, corrigir dificuldades e fortalecer a sustentabilidade da Política.

As ações, os custos estimados, as fontes de financiamento, os responsáveis e os prazos deverão ser detalhados no Plano Municipal de Implementação e Expansão da Educação Integral em Tempo Integral.

Esse instrumento deverá ser atualizado conforme os ciclos de planejamento e orçamento municipal.

12.13. Compromisso com a responsabilidade financeira e a continuidade da Política

A Educação Integral em Tempo Integral de Araçás deverá ser construída com planejamento, responsabilidade e compromisso com a continuidade do atendimento.

A ampliação das oportunidades educativas exige investimentos, mas também exige decisões fundamentadas sobre como utilizar os recursos disponíveis.

A sustentabilidade da Política dependerá da capacidade de relacionar as metas educacionais às condições de financiamento, respeitando as necessidades das escolas e os direitos dos estudantes.

O Município deverá buscar recursos, organizar prioridades, acompanhar despesas e assegurar transparência na aplicação dos investimentos.

Esse trabalho deverá envolver a Secretaria Municipal de Educação, os setores responsáveis pelo orçamento e pelas finanças, as unidades escolares e os órgãos de controle social, cada um no exercício de suas atribuições.

Ao longo do período de 2026 a 2036, o compromisso será garantir que a Educação Integral em Tempo Integral avance de forma responsável, preservando a qualidade do atendimento e as condições necessárias à aprendizagem.

Investir na Educação Integral é investir nas oportunidades que oferecemos às crianças e aos adolescentes. Mas esse compromisso precisa ser sustentado por planejamento, recursos bem aplicados e responsabilidade com o presente e o futuro da educação de Araçás.

13. DIRETRIZES PARA O PLANO DE EXPANSÃO E IMPLEMENTAÇÃO

13.1. Da Política à prática: planejar para avançar com responsabilidade

A Educação Integral em Tempo Integral de Araçás deverá avançar de forma planejada, gradual e comprometida com a qualidade do atendimento.

Ampliar o número de matrículas é importante. Mas essa ampliação precisa estar acompanhada das condições necessárias para que os estudantes aprendam, convivam, participem e se desenvolvam plenamente.

Não basta definir quantas novas vagas serão oferecidas. É preciso conhecer as escolas, ouvir as comunidades, avaliar os espaços disponíveis e identificar os profissionais, os recursos e os serviços necessários ao funcionamento da jornada ampliada.

Por isso, a **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral — 2026–2036** deverá ser acompanhada de um **Plano Municipal de Expansão e Implementação**, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

Esse Plano será o instrumento de organização das ações necessárias à execução da Política. Nele deverão constar as metas, as unidades escolares, as etapas de atendimento, os responsáveis, os custos estimados, as fontes de financiamento e os cronogramas de implementação.

A Política estabelece os compromissos que deverão orientar a educação municipal ao longo de sua vigência. O Plano transforma esses compromissos em ações concretas, permitindo ajustes conforme as necessidades da rede e as condições de cada período.

Essa distinção é importante para assegurar continuidade à Política, sem impedir que o Município atualize seu planejamento diante de novas demandas.

13.2. Dimensões estratégicas da implementação

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

A implementação da Educação Integral em Tempo Integral deverá considerar as seis dimensões estratégicas indicadas nas diretrizes nacionais apresentadas no referencial da Política:

I — Acesso e Permanência com Equidade;

II — Gestão da Política de Educação Integral em Tempo Integral;

III — Articulação Intersetorial e Integração com os Territórios e as Comunidades;

IV — Currículo, Práticas Pedagógicas e Avaliação da Aprendizagem e do Desenvolvimento;

V — Valorização e Desenvolvimento Profissional de Educadores;

VI — Monitoramento e Avaliação.

Essas dimensões deverão orientar o planejamento municipal de maneira articulada.

A ampliação das matrículas, por exemplo, não poderá ser tratada separadamente da formação dos profissionais, da organização curricular, da alimentação, do transporte ou das condições de acessibilidade.

Cada nova etapa de expansão deverá considerar o conjunto dessas necessidades.

A implementação será mais consistente quando as decisões pedagógicas, administrativas e financeiras estiverem relacionadas entre si.

13.3. Articulação com os eixos estratégicos da Política Municipal

Para organizar suas ações, Araçás adotará os cinco eixos estratégicos definidos nesta Política.

Ampliar — Acesso, permanência e equidade

Orientará a expansão das matrículas, a identificação da demanda e a definição de prioridades de atendimento, com atenção às desigualdades educacionais e territoriais.

Formar — Desenvolvimento e valorização dos profissionais

Orientará as ações de formação continuada e a preparação das equipes para atuar na jornada ampliada, considerando as responsabilidades de cada função.

Fomentar — Currículo e oportunidades educativas

Orientará o fortalecimento das práticas pedagógicas, dos projetos integradores e das experiências de aprendizagem relacionadas ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Entrelaçar — Escola, território e atuação intersetorial

Orientará a aproximação entre as unidades escolares, as famílias, as comunidades e os demais setores públicos, respeitando as características dos territórios.

Acompanhar — Monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento

Orientará a produção e a análise de informações sobre acesso, permanência, aprendizagem, condições de oferta e resultados da Política.

Os cinco eixos deverão ser considerados de forma conjunta no Plano de Expansão e Implementação.

Sua finalidade é organizar o trabalho da rede, sem fragmentar as responsabilidades ou transformar a Educação Integral em ações isoladas.

13.4. Diagnóstico como ponto de partida

O Plano Municipal de Expansão e Implementação deverá partir de um diagnóstico atualizado da Rede Municipal de Ensino.

Esse levantamento deverá reunir informações que permitam conhecer as condições reais de atendimento e identificar as necessidades de cada unidade escolar.

Deverão ser considerados, especialmente:

I — Quantidade de matrículas em tempo parcial e integral, por unidade escolar, etapa e ano de escolaridade.

II — Demanda existente e possibilidade de ampliação do atendimento.

III — Condições dos espaços físicos, mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos.

IV — Necessidades de acessibilidade e de apoio educacional.

V — Disponibilidade de professores, gestores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais.

VI — Condições de alimentação escolar, abastecimento de água, higiene e conservação dos ambientes.

VII — Organização do transporte escolar, especialmente nas comunidades do campo.

VIII — Características sociais, culturais e territoriais das comunidades atendidas.

IX — Indicadores de frequência, permanência, aprendizagem e desenvolvimento.

X — Recursos financeiros disponíveis e necessidades de investimento.

O diagnóstico deverá ser atualizado periodicamente, com participação das equipes escolares e dos setores responsáveis.

Seus resultados orientarão as prioridades do Plano, evitando decisões baseadas apenas na disponibilidade imediata de salas ou na intenção de ampliar matrículas.

13.5. Critérios para definição das prioridades de expansão

A expansão da Educação Integral em Tempo Integral deverá considerar o direito à educação e a necessidade de reduzir desigualdades.

A definição das unidades escolares e dos públicos a serem atendidos deverá observar critérios objetivos, fundamentados no diagnóstico municipal.

Entre os aspectos a serem considerados, destacam-se:

I — Demanda por atendimento em tempo integral.

II — Situações de vulnerabilidade social e educacional.

III — Necessidades de melhoria do acesso, da permanência e das aprendizagens.

IV — Condições de atendimento das unidades escolares.

V — Características e necessidades das comunidades do campo e quilombolas.

VI — Possibilidade de garantir alimentação, transporte, acessibilidade e profissionais suficientes.

VII — Capacidade financeira para implantação e manutenção da oferta.

VIII — Continuidade das ações já desenvolvidas pela Rede Municipal.

Esses critérios deverão orientar as decisões da gestão, respeitando a legislação e as normas específicas de matrícula e atendimento.

A existência de necessidades prioritárias não dispensa a preparação das condições de funcionamento.

Quando uma unidade escolar apresentar demanda relevante, mas ainda não possuir estrutura adequada, o Plano deverá indicar as providências necessárias para viabilizar sua inclusão nas etapas seguintes de expansão.

13.6. Etapas de implementação

A execução da Política deverá ocorrer por etapas articuladas, permitindo que o Município organize suas ações e acompanhe os resultados.

Primeira etapa — Conhecer e organizar

Compreenderá a atualização do diagnóstico, a identificação das necessidades, o levantamento dos recursos disponíveis e a definição das prioridades.

Também envolverá a análise dos instrumentos normativos, pedagógicos e administrativos necessários à implementação.

Segunda etapa — Preparar as condições de oferta

Compreenderá as providências relacionadas à infraestrutura, à acessibilidade, à alimentação, ao transporte, aos profissionais e à organização pedagógica.

As unidades escolares deverão ser orientadas quanto à revisão de seus Projetos Político-Pedagógicos e à organização da jornada ampliada.

Terceira etapa — Ampliar o atendimento

Compreenderá a implantação das novas matrículas e a ampliação das oportunidades educativas, conforme as condições estabelecidas no Plano.

A abertura de novas turmas deverá ser acompanhada pela Secretaria Municipal de Educação, de modo a identificar dificuldades e assegurar o funcionamento adequado.

Quarta etapa — Acompanhar e aperfeiçoar

Compreenderá a análise dos resultados, a avaliação das condições de atendimento e a revisão das ações que necessitem de ajustes.

Essa etapa deverá ocorrer continuamente, inclusive durante a implantação e a expansão.

As etapas não deverão ser entendidas como procedimentos isolados. O diagnóstico, a preparação, a execução e o acompanhamento precisam dialogar ao longo de todo o processo.

13.7. Condições necessárias à abertura de novas matrículas

A criação de novas matrículas em tempo integral deverá ser precedida de avaliação das condições de oferta.

Antes de iniciar o atendimento, a Secretaria Municipal de Educação deverá verificar se a unidade escolar dispõe, ou passará a dispor em tempo adequado, dos meios necessários ao funcionamento da jornada ampliada.

Essa avaliação deverá contemplar:

- Espaços adequados às atividades pedagógicas, à alimentação, ao descanso e à convivência, conforme a etapa de ensino.
- Condições de acessibilidade, higiene, segurança e proteção dos estudantes.
- Profissionais suficientes e preparados para o atendimento.
- Organização curricular integrada ao Projeto Político-Pedagógico.
- Alimentação compatível com o período de permanência.
- Transporte escolar, quando necessário.
- Materiais pedagógicos e equipamentos adequados.
- Planejamento financeiro para implantação e manutenção.
- Procedimentos de acompanhamento da frequência, da participação e das aprendizagens.

As necessidades identificadas deverão ser registradas no Plano, com indicação das providências e dos responsáveis.

A expansão não deverá comprometer as condições de atendimento das turmas já existentes.

13.8. Organização pedagógica da implementação

A implantação da Educação Integral em Tempo Integral deverá preservar a unidade do currículo e a identidade pedagógica de cada escola.

O planejamento da jornada ampliada não poderá se limitar à distribuição de novas atividades em horários adicionais.

As experiências educativas deverão estar relacionadas aos direitos de aprendizagem, ao currículo da rede e aos Projetos Político-Pedagógicos.

A Secretaria Municipal de Educação deverá orientar as escolas na organização dos tempos, espaços, projetos e práticas pedagógicas, considerando as especificidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

As atividades deverão favorecer a integração entre conhecimentos, experiências e diferentes formas de aprender.

A implementação também deverá considerar o acompanhamento das aprendizagens e a necessidade de apoio pedagógico aos estudantes.

A jornada ampliada precisa oferecer novas possibilidades de desenvolvimento, sem se transformar em repetição excessiva das mesmas atividades.

13.9. Formação e preparação das equipes escolares

Cada etapa de expansão deverá ser acompanhada de ações de formação e orientação aos profissionais envolvidos.

A preparação das equipes deverá considerar as necessidades identificadas no diagnóstico e as responsabilidades de cada função.

Professores e coordenadores pedagógicos deverão receber apoio para o planejamento integrado, a organização das práticas pedagógicas e o acompanhamento das aprendizagens.

As equipes gestoras deverão ser orientadas quanto à organização da jornada, à participação das famílias, ao acompanhamento das condições de oferta e à gestão dos processos escolares.

Os profissionais de apoio e os demais servidores deverão receber orientações relacionadas às suas atribuições, ao cuidado, à segurança, à convivência e ao atendimento dos estudantes.

A formação deverá ser contínua e vinculada ao cotidiano das escolas.

Preparar as equipes é uma condição importante para que a expansão seja acompanhada de qualidade pedagógica e segurança institucional.

13.10. Articulação intersetorial durante a implementação

A implantação e a expansão da Educação Integral em Tempo Integral poderão exigir ações conjuntas entre diferentes setores da administração municipal.

A Secretaria Municipal de Educação deverá articular-se com os órgãos responsáveis por planejamento, finanças, administração, obras, transporte, saúde, assistência social, cultura, esporte e demais áreas envolvidas, conforme as necessidades identificadas.

O Comitê Intersetorial deverá contribuir para essa articulação, respeitando as competências estabelecidas em seu ato de instituição e nas normas de funcionamento.

As ações conjuntas deverão ter objetivos claros, responsabilidades definidas e formas de acompanhamento.

A participação das famílias e das comunidades também deverá ser valorizada, especialmente nas decisões que afetem a organização da jornada e o acesso dos estudantes às unidades escolares.

Nas comunidades do campo e quilombolas, o planejamento deverá considerar as condições de deslocamento, as características territoriais e a valorização das identidades e dos conhecimentos locais.

13.11. Planejamento financeiro da expansão

O Plano Municipal de Expansão e Implementação deverá apresentar estimativas de custos e identificar as fontes de financiamento previstas para cada etapa.

Esse planejamento deverá considerar tanto os investimentos necessários à implantação quanto as despesas permanentes de funcionamento.

A Secretaria Municipal de Educação deverá atuar em conjunto com os setores responsáveis pelo orçamento e pelas finanças, buscando compatibilizar as ações com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

O Plano deverá distinguir:

I — Recursos disponíveis: valores com previsão e condições de utilização identificadas.

II — Recursos previstos: receitas estimadas, sujeitas às regras e aos procedimentos de execução.

III — Recursos a captar: possibilidades de financiamento ainda dependentes de adesão, aprovação, transferência ou outra condição.

Essa distinção permitirá organizar metas compatíveis com a capacidade financeira do Município.

As projeções deverão ser revistas conforme a execução orçamentária, a evolução das matrículas e as necessidades das escolas.

A expansão deverá ser planejada para começar bem e continuar funcionando adequadamente.

13.12. Conteúdo mínimo do Plano Municipal de Expansão e Implementação

O Plano complementar deverá reunir as informações necessárias à execução e ao acompanhamento das ações.

Sua estrutura deverá contemplar, no mínimo:

I — Diagnóstico atualizado da rede: matrículas, demanda, indicadores educacionais e condições de atendimento.

II — Justificativa das prioridades: critérios utilizados para definir escolas, etapas e públicos a serem atendidos.

III — Metas de expansão: quantitativos de matrículas previstos por período, etapa de ensino e unidade escolar.

IV — Identificação das unidades escolares: escolas contempladas, condições existentes e necessidades de adequação.

V — Cronograma de implementação: ações, etapas e prazos previstos.

VI — Organização pedagógica: providências necessárias à integração curricular e à revisão dos Projetos Político-Pedagógicos.

VII — Recursos humanos: profissionais disponíveis, necessidades identificadas e ações de formação.

VIII — Infraestrutura e serviços: adequações físicas, acessibilidade, alimentação, transporte, materiais e equipamentos.

IX — Planejamento financeiro: custos estimados, fontes de recursos e previsão de manutenção.

X — Responsabilidades institucionais: setores e equipes responsáveis pela execução das ações.

XI — Indicadores de acompanhamento: medidas que permitam verificar o cumprimento das metas e a qualidade da oferta.

XII — Avaliação e revisão: periodicidade e procedimentos para atualização do Plano.

Essas informações deverão ser organizadas em quadros e instrumentos de acompanhamento que facilitem sua consulta e atualização.

O detalhamento de escolas, turmas, custos e cronogramas deverá permanecer no Plano complementar, evitando que alterações operacionais exijam a revisão constante do texto da Política Municipal.

13.13. Responsabilidades pela elaboração e execução do Plano

A Secretaria Municipal de Educação será responsável por coordenar a elaboração, a execução e o acompanhamento do Plano Municipal de Expansão e Implementação.

Esse trabalho deverá envolver as equipes técnicas e gestoras da rede, além dos setores municipais responsáveis pelas condições necessárias à oferta.

As unidades escolares deverão contribuir com informações sobre suas necessidades, demandas e possibilidades de atendimento.

Os órgãos de planejamento, orçamento e finanças deverão participar das análises relacionadas à viabilidade e à sustentabilidade das ações, conforme suas competências.

O Comitê Intersetorial poderá contribuir com a articulação entre os setores envolvidos, observadas as atribuições estabelecidas na regulamentação municipal.

Os Conselhos Escolares e demais instâncias de participação deverão atuar conforme suas competências.

O Conselho Municipal de Educação exercerá suas atribuições próprias, especialmente quanto às matérias que dependam de apreciação ou regulamentação no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

A participação dessas instâncias deverá fortalecer a qualidade das decisões, sem confundir suas responsabilidades.

13.14. Acompanhamento, avaliação e revisão do Plano

O Plano Municipal de Expansão e Implementação deverá ser acompanhado de forma contínua.

A Secretaria Municipal de Educação deverá verificar o cumprimento das ações previstas, as condições de atendimento e os resultados alcançados.

O acompanhamento deverá considerar não apenas a quantidade de novas matrículas, mas também a permanência dos estudantes, a participação nas atividades, as aprendizagens e a qualidade das condições de oferta.

As dificuldades identificadas deverão orientar a revisão das ações e a definição de novas providências.

O Plano deverá ser avaliado, no mínimo, anualmente, em articulação com o planejamento educacional e orçamentário do Município.

Sua atualização poderá ocorrer sempre que houver mudanças relevantes na demanda, nas condições das escolas, nas fontes de financiamento ou nas normas aplicáveis.

A revisão do Plano não deverá alterar os princípios e compromissos da Política Municipal, salvo quando houver necessidade de revisão formal do próprio instrumento normativo.

13.15. Continuidade da Política e compromisso com os resultados

A implementação da Educação Integral em Tempo Integral em Araçás deverá ser compreendida como um processo contínuo de construção e aperfeiçoamento.

Ao longo do período de 2026 a 2036, o Município deverá avançar na ampliação do atendimento, respeitando as condições de cada escola e as necessidades dos estudantes.

O Plano Municipal de Expansão e Implementação será fundamental para organizar esse percurso, estabelecer prioridades e acompanhar os resultados.

A continuidade da Política dependerá da capacidade de planejar, executar, avaliar e corrigir caminhos sempre que necessário.

Mais do que alcançar números de matrícula, será preciso assegurar que a ampliação da jornada represente uma melhoria concreta na experiência escolar.

O compromisso de Araçás não será apenas abrir novas vagas em tempo integral. Será preparar as escolas, apoiar os profissionais e garantir que cada nova oportunidade de acesso venha acompanhada de condições reais para aprender, conviver e crescer.

14. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E REVISÃO

14.1. Acompanhar para compreender, avaliar para melhorar

A Educação Integral em Tempo Integral precisa ser acompanhada desde sua implantação. Não apenas para verificar quantas matrículas foram criadas, mas, principalmente, para compreender o que está mudando na vida escolar dos estudantes.

A ampliação da jornada representa uma conquista quando vem acompanhada de melhores condições de aprendizagem, convivência, participação e desenvolvimento.

Por isso, a **Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás — 2026–2036** deverá contar com procedimentos permanentes de monitoramento e avaliação.

Esses procedimentos permitirão identificar avanços, reconhecer dificuldades e orientar as decisões necessárias ao aperfeiçoamento da oferta.

O acompanhamento deverá considerar tanto os resultados educacionais quanto as condições oferecidas pelas escolas. Afinal, não é possível avaliar adequadamente uma política sem conhecer as condições em que ela acontece.

Em Araçás, o monitoramento será orientado pelo eixo estratégico **Acompanhar**, articulado aos demais eixos da Política: Ampliar, Formar, Fomentar e Entrelaçar.

O propósito não será apenas produzir dados e relatórios. Será utilizar as informações para apoiar as escolas, melhorar o atendimento e assegurar que a ampliação do tempo escolar se traduza em oportunidades reais de aprendizagem.

14.2. O que deverá ser acompanhado

O acompanhamento da Política deverá observar três dimensões complementares, com finalidades distintas.

I — Implementação da Política Municipal

Consiste em verificar se os princípios, as diretrizes e os compromissos estabelecidos nesta Política estão sendo respeitados na organização da Educação Integral em Tempo Integral.

Essa avaliação deverá considerar a qualidade da oferta, a equidade no atendimento, a integração curricular, a participação da comunidade e a articulação entre os setores envolvidos.

II — Execução do Plano Municipal de Expansão e Implementação

Consiste em acompanhar o cumprimento das ações, metas e cronogramas definidos no Plano complementar.

Deverá verificar as escolas contempladas, as matrículas implantadas, os investimentos realizados, as providências pendentes e as condições necessárias à continuidade da expansão.

III — Aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes

Consiste em acompanhar os processos e resultados de aprendizagem e desenvolvimento, considerando as características de cada etapa de ensino e as orientações curriculares e avaliativas da rede.

Essa dimensão deverá utilizar informações produzidas pelas escolas e pelos sistemas de avaliação educacional, respeitando suas finalidades e seus limites.

As três dimensões se relacionam, mas não se confundem.

A avaliação da aprendizagem acompanha o percurso dos estudantes. A avaliação da Política procura compreender se as condições, as estratégias e os investimentos adotados estão contribuindo para assegurar o direito à Educação Integral.

Já o acompanhamento do Plano de Expansão verifica se as ações previstas estão sendo executadas e se os compromissos assumidos estão sendo cumpridos.

Essa distinção deverá orientar os instrumentos de registro, os relatórios e as decisões da Secretaria Municipal de Educação.

14.3. Avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes

A avaliação da aprendizagem deverá integrar o trabalho pedagógico cotidiano das unidades escolares.

Sua finalidade será compreender como os estudantes aprendem, identificar dificuldades, reconhecer avanços e orientar as intervenções necessárias.

Na Educação Infantil, o acompanhamento deverá ocorrer por meio da observação, da escuta, dos registros e da documentação pedagógica, respeitando os direitos de aprendizagem e os campos de experiências.

Esse acompanhamento não terá finalidade de promoção, classificação ou retenção das crianças.

No Ensino Fundamental, a avaliação deverá considerar as aprendizagens previstas no currículo, os conhecimentos desenvolvidos, a participação e o percurso de cada estudante.

Os professores deverão utilizar diferentes instrumentos e estratégias, de acordo com os objetivos de aprendizagem e as necessidades das turmas.

A avaliação deverá contribuir para reorganizar o ensino, oferecer apoio pedagógico e ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Os resultados das avaliações internas e externas poderão ser analisados de forma complementar, sem reduzir a qualidade da Educação Integral às notas ou aos resultados de testes.

A jornada ampliada oferece oportunidades para desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes, vínculos e formas de participação que também precisam ser observados e valorizados.

A avaliação dos estudantes deverá respeitar os princípios da inclusão, da equidade e da valorização dos aspectos qualitativos da aprendizagem.

14.4. Avaliação da Política Municipal

A avaliação da Política deverá examinar se a Educação Integral em Tempo Integral está alcançando seus objetivos e contribuindo para melhorar a educação oferecida pela Rede Municipal.

Essa análise deverá considerar a relação entre as ações realizadas, as condições de funcionamento e os resultados observados.

Não será suficiente registrar o aumento de matrículas se persistirem dificuldades que comprometam a permanência, a participação ou a aprendizagem.

Da mesma forma, os resultados educacionais deverão ser interpretados à luz das características das escolas, dos territórios e dos estudantes atendidos.

A avaliação deverá buscar respostas para questões fundamentais:

- A ampliação do atendimento está alcançando os estudantes que mais necessitam?
- As escolas possuem condições adequadas para oferecer a jornada ampliada?
- O currículo está sendo desenvolvido de forma integrada?
- Os estudantes estão frequentando, participando e aprendendo?

- Os profissionais estão recebendo formação e apoio para o trabalho?
- As famílias e as comunidades encontram espaços de participação?
- As ações intersetoriais estão contribuindo para atender às necessidades identificadas?
- Os investimentos estão sendo acompanhados e utilizados conforme as finalidades previstas?
- Quais dificuldades precisam ser enfrentadas para melhorar a oferta?

As respostas deverão orientar o planejamento e a definição de prioridades.

A avaliação terá caráter formativo e de aperfeiçoamento da gestão, sem afastar as responsabilidades legais de supervisão, fiscalização e controle.

14.5. Indicadores de monitoramento

A Secretaria Municipal de Educação deverá organizar um conjunto de indicadores que permita acompanhar a Política ao longo de sua vigência.

Os indicadores deverão ser claros, possíveis de verificar e compatíveis com as informações disponíveis na rede e nos sistemas oficiais.

Sempre que necessário, os dados deverão ser analisados por escola, etapa de ensino, localização territorial e grupos de estudantes, respeitando as regras de proteção de dados pessoais.

O acompanhamento deverá contemplar, no mínimo, os seguintes campos:

Dimensão	Indicadores de referência
Acesso e expansão	Número de escolas com oferta em tempo integral; matrículas por escola e etapa; evolução do atendimento; demanda identificada.
Permanência	Frequência, infrequência recorrente, abandono, transferências e ações de busca ativa.
Aprendizagem e desenvolvimento	Registros de acompanhamento pedagógico; resultados das avaliações internas e externas, quando aplicáveis; evolução das aprendizagens; ações de apoio realizadas.
Equidade e inclusão	Condições de acessibilidade; oferta dos apoios educacionais necessários; participação e permanência dos estudantes atendidos; barreiras identificadas e providências adotadas.
Currículo e práticas pedagógicas	Integração curricular; projetos desenvolvidos; organização da jornada; acompanhamento dos Projetos Político-Pedagógicos.
Profissionais da educação	Necessidades de pessoal; participação nas formações; temas trabalhados; aplicação das aprendizagens formativas no cotidiano escolar.
Infraestrutura e serviços	Condições dos espaços; alimentação escolar; transporte; segurança; materiais e equipamentos; necessidades de manutenção.
Gestão e participação	Participação das famílias, estudantes e profissionais; atuação dos Conselhos Escolares; ações de articulação intersetorial.

Financiamento	Recursos previstos e executados; investimentos realizados; necessidades de complementação; custos de manutenção e expansão.
Execução do Plano	Ações concluídas, em andamento ou pendentes; cumprimento dos prazos; dificuldades e medidas corretivas.

Os indicadores deverão ser acompanhados de informações qualitativas.

Uma dificuldade de frequência, por exemplo, pode estar relacionada ao transporte, à saúde, às condições familiares ou à própria organização escolar. O número isolado não explica a situação.

Por isso, a análise deverá combinar dados, registros pedagógicos, escuta das equipes e informações sobre a realidade das comunidades.

As metas numéricas, os valores de referência e os prazos específicos deverão constar no Plano Municipal de Expansão e Implementação e em seus instrumentos de acompanhamento.

14.6. Instrumentos de acompanhamento das unidades escolares

As escolas deverão participar ativamente do monitoramento, pois é no cotidiano escolar que os avanços e as dificuldades podem ser percebidos com maior clareza.

A Secretaria Municipal de Educação deverá orientar a utilização de instrumentos de acompanhamento que reúnam informações necessárias à gestão pedagógica e administrativa.

Esses instrumentos poderão incluir:

I — Ficha de acompanhamento da oferta: informações sobre matrículas, turmas, jornada, profissionais e condições de funcionamento.

II — Registro de frequência e permanência: identificação de situações de infrequência e das providências adotadas.

III — Relatórios pedagógicos: acompanhamento das aprendizagens, dos projetos integradores e das estratégias de apoio aos estudantes.

IV — Registro das condições de atendimento: informações sobre infraestrutura, acessibilidade, alimentação, transporte e materiais.

V — Registro de formação continuada: participação dos profissionais, necessidades identificadas e contribuições para a prática escolar.

VI — Registro de participação da comunidade: reuniões, escutas, contribuições e encaminhamentos envolvendo estudantes e famílias.

VII — Quadro de acompanhamento das ações: providências previstas, responsáveis, prazos e situação de execução.

A organização desses registros deverá aproveitar, sempre que possível, os documentos e sistemas já utilizados pela rede.

O monitoramento não deverá resultar em produção excessiva de formulários ou tarefas que retirem tempo do trabalho pedagógico.

O importante é reunir informações confiáveis, acessíveis e úteis para orientar decisões.

14.7. Responsabilidades pelo monitoramento e pela avaliação

A Secretaria Municipal de Educação será responsável por coordenar o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

Essa responsabilidade deverá ser exercida em articulação com as equipes técnicas, os gestores escolares, os coordenadores pedagógicos e os demais profissionais envolvidos.
Caberá à Secretaria organizar os procedimentos de acompanhamento, consolidar as informações da rede, analisar os resultados e orientar as medidas necessárias.

Às unidades escolares caberá manter seus registros atualizados, acompanhar os estudantes, identificar necessidades e participar das avaliações institucionais.

Os professores e coordenadores pedagógicos deverão contribuir com informações sobre as aprendizagens, as práticas desenvolvidas e as necessidades de apoio.

Os gestores escolares deverão acompanhar as condições de funcionamento e encaminhar à Secretaria as situações que dependam de providências da administração municipal.

O Comitê Intersetorial poderá contribuir com informações e encaminhamentos relacionados às ações conjuntas, respeitando as competências estabelecidas em seus atos de instituição e funcionamento.

Os Conselhos Escolares, o Conselho Municipal de Educação e os demais órgãos colegiados exercerão suas atribuições conforme a legislação aplicável.

A organização do acompanhamento deverá assegurar clareza de responsabilidades e respeito à autonomia institucional de cada instância.

14.8. Instância de acompanhamento da Política

Para fortalecer o acompanhamento da Educação Integral em Tempo Integral, a Secretaria Municipal de Educação poderá instituir uma comissão técnica de monitoramento e avaliação, mediante ato administrativo próprio.

Sua criação deverá considerar a estrutura existente na rede e evitar sobreposição de competências com o Comitê Intersetorial, os Conselhos Escolares, o Conselho Municipal de Educação e os demais órgãos de controle social.

A comissão, caso instituída, poderá contribuir para:

I — Organizar e analisar as informações de acompanhamento.

II — Examinar os relatórios encaminhados pelas unidades escolares.

III — Identificar dificuldades recorrentes e necessidades de intervenção.

IV — Acompanhar a execução das ações previstas no Plano de Expansão e Implementação.

V — Propor recomendações técnicas à Secretaria Municipal de Educação.

VI — Contribuir para a elaboração dos relatórios anuais da Política.

A composição, a coordenação, o funcionamento e a periodicidade das reuniões deverão ser definidos no ato que instituir a comissão.

A participação de representantes dos conselhos deverá observar as competências legais de cada colegiado e os procedimentos próprios de indicação.

A comissão não substituirá as atribuições de fiscalização, deliberação ou controle social legalmente conferidas aos conselhos.

A instituição dessa instância deverá atender a uma necessidade concreta de organização do acompanhamento, e não apenas à criação de mais uma estrutura administrativa.

14.9. Articulação com o Plano Municipal de Educação

O acompanhamento da Educação Integral em Tempo Integral deverá dialogar com os mecanismos de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Araçás.

Essa articulação permitirá observar a contribuição da Política para os objetivos educacionais mais amplos do Município e evitar a duplicação de procedimentos.

As informações sobre matrículas, acesso, permanência, aprendizagem, equidade e condições de oferta poderão subsidiar as avaliações do planejamento educacional municipal, respeitando a vigência e as normas de cada instrumento.

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral manterá, contudo, seus próprios registros e relatórios de acompanhamento, necessários à avaliação de suas ações específicas.

A integração entre os instrumentos deverá favorecer uma leitura mais completa da educação municipal.

14.10. Participação das famílias, estudantes e comunidade escolar

A avaliação da Educação Integral não deverá se limitar aos registros administrativos e aos indicadores numéricos.

É importante ouvir quem vive a experiência escolar.

Os estudantes poderão contribuir com suas percepções sobre as atividades, os espaços, a convivência, a alimentação, o acolhimento e as oportunidades de participação, por meio de estratégias adequadas à idade.

As famílias deverão encontrar oportunidades para apresentar sugestões, relatar dificuldades e acompanhar as mudanças realizadas.

Os professores e demais profissionais também deverão ser ouvidos sobre as condições de trabalho, o planejamento pedagógico e as necessidades de formação.

Essa participação poderá ocorrer em reuniões, encontros pedagógicos, Conselhos Escolares, consultas e outros espaços já existentes na rede.

As contribuições recebidas deverão ser consideradas na análise dos resultados e, quando pertinente, transformadas em encaminhamentos.

Ouvir a comunidade faz parte do processo de avaliar. Mas é igualmente importante demonstrar como essa escuta contribuiu para as decisões.

14.11. Relatórios de acompanhamento e avaliação

A Secretaria Municipal de Educação deverá organizar relatórios periódicos que permitam acompanhar a implementação da Política e os resultados alcançados.

Os relatórios deverão apresentar informações claras, com dados verificáveis e análise das principais questões identificadas.

14.11.1. Relatórios das unidades escolares

As unidades escolares deverão produzir ou consolidar informações sobre o funcionamento da jornada ampliada, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação.

Esses registros deverão contemplar as condições de oferta, a frequência, as aprendizagens, as atividades desenvolvidas e as necessidades de apoio.

A periodicidade e os modelos deverão ser definidos pela Secretaria, aproveitando os instrumentos já utilizados pelas escolas.

14.11.2. Relatório Anual de Monitoramento da Política

A Secretaria Municipal de Educação deverá elaborar um **Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação da Educação Integral em Tempo Integral**.

O documento deverá apresentar, no mínimo:

I — Síntese da situação da Educação Integral no Município.

II — Evolução das escolas e matrículas atendidas.

III — Análise dos indicadores de acesso, permanência, aprendizagem e equidade.

IV — Condições de infraestrutura, alimentação, transporte e acessibilidade.

V — Ações de formação continuada e apoio às equipes.

VI — Experiências pedagógicas desenvolvidas e resultados observados.

VII — Ações intersetoriais e participação das comunidades.

VIII — Situação de execução das metas e ações do Plano de Expansão e Implementação.

IX — Informações sobre investimentos e necessidades de financiamento, em articulação com os setores competentes.

X — Dificuldades identificadas, providências adotadas e recomendações para o período seguinte.

O relatório deverá apresentar uma análise dos resultados, e não apenas uma relação de atividades realizadas.

Quando houver metas não alcançadas, será importante registrar os motivos identificados e as medidas previstas para enfrentar as dificuldades.

14.11.3. Relatórios de avaliação periódica

Além do relatório anual, o Município deverá realizar avaliações mais amplas da Política, preferencialmente em ciclos bienais.

Essas avaliações deverão considerar a evolução da oferta, os resultados educacionais, as condições de financiamento e as necessidades de revisão das estratégias.

Seus resultados poderão ser apresentados em encontros municipais de avaliação, com participação de representantes das escolas, famílias, estudantes, profissionais e instâncias colegiadas.

14.12. Transparência e divulgação dos resultados

A transparência deverá acompanhar todas as etapas da implementação da Política.

A Secretaria Municipal de Educação deverá assegurar a divulgação das informações de interesse público, observadas as normas de acesso à informação e de proteção dos dados pessoais.

Os resultados do monitoramento deverão ser apresentados de forma compreensível, permitindo que a comunidade conheça os avanços, as dificuldades e as prioridades da rede. Sempre que possível, deverão ser utilizados os canais oficiais de comunicação do Município e da Secretaria Municipal de Educação.

A divulgação poderá contemplar:

- Evolução da oferta de Educação Integral em Tempo Integral.
- Principais ações desenvolvidas.

- Resultados gerais dos indicadores acompanhados.
- Investimentos realizados e necessidades identificadas.
- Síntese dos relatórios anuais.
- Providências previstas para o aperfeiçoamento da Política.

A publicação das informações deverá preservar a identidade dos estudantes e o sigilo de dados pessoais ou sensíveis.

A transparência deve permitir que a população compreenda o que foi feito, por que determinadas decisões foram tomadas e quais desafios ainda precisam ser enfrentados.

14.13. Revisão das metas e das estratégias de implementação

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral terá vigência de 2026 a 2036.

Durante esse período, o Município deverá acompanhar as mudanças nas necessidades educacionais, nas condições de oferta e no financiamento.

O Plano Municipal de Expansão e Implementação deverá ser revisto periodicamente, considerando os resultados do monitoramento e as condições de execução.

A revisão poderá envolver alterações de cronogramas, atualização de custos, redefinição de prioridades e adequação das ações planejadas.

Essas alterações deverão ser justificadas e registradas nos instrumentos próprios.

A revisão do Plano complementar não deverá ser confundida com a alteração da Política Municipal.

Mudanças nos princípios, nas diretrizes ou nos compromissos estruturantes da Política deverão observar os procedimentos formais e as competências institucionais aplicáveis.

As revisões deverão respeitar o direito à educação e a continuidade do atendimento, evitando decisões que comprometam as condições de aprendizagem e permanência dos estudantes.

14.14. Avaliação final do ciclo 2026–2036

Ao término da vigência da Política, o Município deverá realizar uma avaliação abrangente de sua implementação.

Essa avaliação deverá considerar a evolução das matrículas, a distribuição territorial da oferta, os resultados de aprendizagem, as condições de atendimento e a contribuição da jornada ampliada para a formação dos estudantes.

Também deverá examinar os investimentos realizados, as ações de formação, a participação das comunidades e os avanços relacionados à equidade e à inclusão.

Os resultados deverão subsidiar a elaboração ou a atualização dos instrumentos de planejamento educacional para o período seguinte.

A avaliação final não deverá se limitar à comparação entre metas previstas e resultados alcançados.

Será importante reconhecer as experiências que deram certo, compreender as dificuldades enfrentadas e identificar os compromissos que ainda precisarão ser assumidos.

14.15. Compromisso com a melhoria contínua

Monitorar e avaliar a Educação Integral em Tempo Integral é assumir a responsabilidade de acompanhar seus resultados e aprender com a experiência da rede.

Em Araçás, esse processo deverá ser desenvolvido com seriedade, participação e respeito às diferentes realidades escolares.

Os dados deverão orientar decisões. Os relatórios deverão contribuir para resolver problemas. E a escuta das escolas, dos estudantes e das famílias deverá ajudar a construir respostas mais adequadas às necessidades da comunidade.

A avaliação não pode ser vista apenas como uma exigência administrativa. Ela precisa fazer parte do cuidado com a qualidade da educação.

Acompanhar é reconhecer o que avançou, compreender o que ainda precisa melhorar e ter disposição para fazer os ajustes necessários. É assim que Araçás poderá transformar a Educação Integral em Tempo Integral em uma política cada vez mais próxima das necessidades dos estudantes e mais comprometida com seu desenvolvimento.

15. DISPOSIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO E TRANSIÇÃO NORMATIVA

15.1. Continuidade da Educação Integral em Tempo Integral no Município

A implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás — 2026–2036 deverá respeitar a trajetória construída pela Rede Municipal de Ensino e assegurar a continuidade do atendimento aos estudantes.

O Município já possui experiências de jornada ampliada que representam conquistas importantes para a educação local. Essas experiências deverão ser reconhecidas, avaliadas e aperfeiçoadas à luz das diretrizes estabelecidas nesta Política.

A aprovação de um novo instrumento de orientação não significa começar novamente. Significa organizar o que já foi construído, corrigir dificuldades e estabelecer compromissos comuns para os próximos anos.

Por isso, a transição deverá ocorrer de forma planejada, com participação das unidades escolares e acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação.

As mudanças deverão preservar os direitos dos estudantes, respeitar as condições de funcionamento das escolas e assegurar que a ampliação da jornada esteja vinculada à qualidade do atendimento.

15.2. Implementação gradual e organização da transição

A implementação desta Política ocorrerá de maneira gradual, considerando as necessidades da Rede Municipal, as condições das unidades escolares e a disponibilidade dos recursos necessários.

A Secretaria Municipal de Educação deverá organizar o processo de transição, definindo prioridades e orientando as escolas quanto às adequações pedagógicas, administrativas e operacionais.

Esse processo deverá compreender:

I — Levantamento dos atos normativos e instrumentos institucionais relacionados à Educação Integral em Tempo Integral.

II — Atualização do diagnóstico das unidades escolares que já oferecem a jornada ampliada e daquelas com possibilidade de expansão.

III — Identificação das adequações necessárias aos Projetos Político-Pedagógicos, Regimentos Escolares e demais documentos institucionais.

IV — Orientação e formação dos profissionais envolvidos na implementação.

V — Planejamento das condições de infraestrutura, alimentação, transporte, acessibilidade e organização das equipes.

VI — Elaboração e execução do Plano Municipal de Expansão e Implementação.

VII — Acompanhamento das mudanças realizadas e avaliação das necessidades de aperfeiçoamento.

A transição deverá considerar as especificidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como as características das escolas urbanas, do campo e das comunidades quilombolas.

As providências deverão ser organizadas em cronograma próprio, com indicação dos responsáveis e das condições necessárias à execução.

15.3. Adequação dos Projetos Político-Pedagógicos

Os Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares que ofertam Educação Integral em Tempo Integral deverão ser analisados e, quando necessário, atualizados para assegurar sua articulação com esta Política.

Essa adequação não deverá ser tratada como simples alteração de documentos.

O Projeto Político-Pedagógico precisa expressar a proposta educativa da escola, suas prioridades e a maneira como organiza as experiências de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

A revisão deverá ocorrer de forma participativa, envolvendo a equipe gestora, os professores, os demais profissionais e a comunidade escolar, respeitadas as normas do Sistema Municipal de Ensino.

Os PPPs deverão contemplar, conforme as características de cada unidade:

I — Concepção de Educação Integral: compreensão da formação integral e sua relação com a jornada ampliada.

II — Organização curricular: articulação entre os componentes curriculares, os projetos integradores e as demais experiências educativas.

III — Organização dos tempos e espaços: planejamento da jornada escolar, considerando aprendizagem, alimentação, higiene, descanso, convivência e atividades diversificadas.

IV — Avaliação da aprendizagem: procedimentos de acompanhamento adequados à etapa de ensino e às necessidades dos estudantes.

V — Inclusão e equidade: estratégias de acessibilidade, atendimento às diferenças e superação das barreiras à participação e à aprendizagem.

VI — Relação com o território: valorização das características sociais, culturais e ambientais da comunidade, com atenção às especificidades da Educação do Campo e da Educação Escolar Quilombola.

VII — Participação da comunidade: formas de diálogo com estudantes, famílias, profissionais e Conselhos Escolares.

VIII — Acompanhamento pedagógico: procedimentos de avaliação das práticas e de aperfeiçoamento da proposta educativa.

A Secretaria Municipal de Educação deverá orientar esse processo, respeitando a identidade pedagógica das escolas e os espaços de participação previstos na legislação.

A atualização dos PPPs deverá estar articulada à formação continuada e ao planejamento coletivo, permitindo que as mudanças sejam compreendidas e desenvolvidas no cotidiano escolar.

15.4. Adequação dos Regimentos Escolares e demais instrumentos institucionais

Os Regimentos Escolares e os demais documentos que orientam o funcionamento das unidades deverão ser analisados quanto à sua compatibilidade com esta Política e com as normas vigentes.

Quando necessárias, as adequações deverão observar os procedimentos de elaboração, apreciação e aprovação estabelecidos pelo Sistema Municipal de Ensino.

A revisão deverá considerar, especialmente:

I — Organização e funcionamento da jornada escolar.

II — Direitos e responsabilidades dos estudantes e da comunidade escolar.

III — Procedimentos de matrícula, frequência, permanência e acompanhamento.

IV — Organização dos tempos destinados às atividades pedagógicas, alimentação, descanso e convivência.

V — Procedimentos de avaliação e registros da vida escolar.

VI — Medidas de inclusão, acessibilidade e atendimento às necessidades específicas dos estudantes.

VII — Orientações de segurança, proteção integral e convivência escolar.

VIII — Formas de participação da comunidade e funcionamento das instâncias colegiadas.

IX — Responsabilidades institucionais relacionadas à organização da jornada ampliada.

As adequações não deverão criar exigências incompatíveis com a legislação ou com as competências dos profissionais.

A Secretaria Municipal de Educação deverá oferecer orientações às unidades escolares, buscando assegurar coerência entre a Política Municipal, os documentos institucionais e as práticas desenvolvidas na rede.

15.5. Compatibilização com os atos normativos municipais anteriores

A implementação desta Política deverá considerar os atos municipais anteriormente editados para regulamentar ou orientar a Educação Integral em Tempo Integral.

Deverão ser analisadas, entre outras, as normas relacionadas à organização da jornada, ao currículo, ao funcionamento das unidades escolares, à gestão da Política e à articulação intersetorial.

A Secretaria Municipal de Educação deverá realizar levantamento desses instrumentos, identificando:

I — Disposições que permanecem compatíveis com a presente Política.

II — Orientações que necessitam de atualização.

III — Procedimentos que dependem de regulamentação complementar.

IV — Possíveis divergências entre normas anteriores e as diretrizes atuais.

V — Matérias que exigem apreciação ou manifestação do Conselho Municipal de Educação.

As alterações normativas deverão ser propostas pelos órgãos competentes, observados os procedimentos legais.

A aprovação desta Política não deverá ser interpretada como revogação automática e indiscriminada dos atos municipais anteriores.

As disposições preexistentes deverão ser observadas enquanto vigentes e compatíveis com as normas superiores e com os novos atos regularmente editados.

Quando forem identificadas incompatibilidades, caberá aos órgãos competentes promover os ajustes necessários, com segurança jurídica e preservação da continuidade do atendimento.

15.6. Responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação será responsável por coordenar o processo de implementação e transição institucional da Política. Para isso, deverá:

I — Organizar o planejamento das ações de transição e orientar as unidades escolares.

II — Atualizar os diagnósticos necessários à definição das prioridades de implementação.

III — Coordenar a elaboração e o acompanhamento do Plano Municipal de Expansão e Implementação.

IV — Orientar a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos e dos Regimentos Escolares, respeitando os procedimentos legais.

V — Identificar necessidades de regulamentação e encaminhar as matérias aos órgãos competentes.

VI — Promover formação e apoio técnico aos profissionais da rede.

VII — Articular as providências relacionadas a pessoal, infraestrutura, alimentação, transporte e acessibilidade.

VIII — Acompanhar as condições de oferta e os resultados da implementação.

IX — Manter diálogo com os conselhos e demais instâncias envolvidas, observando suas atribuições.

X — Registrar as ações realizadas, as dificuldades identificadas e as providências adotadas.

A coordenação da Secretaria deverá favorecer uma transição organizada, com orientações claras e apoio às equipes escolares.

15.7. Responsabilidades das unidades escolares

As unidades escolares deverão participar da implementação desta Política, respeitando suas atribuições e as orientações do Sistema Municipal de Ensino.

Caberá às equipes gestoras, em articulação com os profissionais e a comunidade escolar:

I — Analisar as diretrizes da Política e suas implicações para o funcionamento da unidade.

II — Identificar necessidades de adequação dos documentos institucionais.

III — Promover a revisão participativa do Projeto Político-Pedagógico, quando necessária.

IV — Organizar o planejamento pedagógico da jornada ampliada.

V — Acompanhar a frequência, a participação e as aprendizagens dos estudantes.

VI — Registrar necessidades relacionadas à infraestrutura, aos materiais, aos profissionais e aos serviços de apoio.

VII — Participar das ações de formação continuada e acompanhamento promovidas pela Secretaria Municipal de Educação.

VIII — Manter diálogo com as famílias e os Conselhos Escolares sobre as mudanças realizadas.

A implementação deverá respeitar as condições de cada unidade e valorizar as experiências construídas por seus profissionais.

As escolas não deverão assumir isoladamente responsabilidades que dependam de providências administrativas, financeiras ou estruturais da gestão municipal.

15.8. Competências do Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação de Araçás exercerá suas competências próprias no processo de implementação e adequação normativa da Educação Integral em Tempo Integral.

Sua atuação deverá observar a legislação municipal que disciplina sua organização, suas funções e sua autonomia institucional.

As matérias que dependam de regulamentação, apreciação ou deliberação do Conselho deverão ser encaminhadas pela Secretaria Municipal de Educação, acompanhadas dos documentos e das informações necessários.

A revisão dos instrumentos escolares e das normas complementares deverá respeitar os procedimentos previstos no Sistema Municipal de Ensino.

A participação do CME no acompanhamento da Política não deverá ser confundida com a execução administrativa das ações, que compete aos órgãos responsáveis pela gestão da rede.

Da mesma forma, a existência do Comitê Intersetorial ou de outras instâncias de acompanhamento não substituirá as atribuições legalmente conferidas ao Conselho.

Essa organização deverá assegurar clareza de competências e respeito à autonomia das instituições.

15.9. Articulação com o Comitê Intersetorial e demais setores

A implementação desta Política poderá exigir providências que envolvam diferentes áreas da administração municipal.

A Secretaria Municipal de Educação deverá articular-se com os setores responsáveis por planejamento, orçamento, administração, infraestrutura, alimentação, transporte, saúde, assistência social, cultura, esporte e demais serviços relacionados à oferta.

O Comitê Intersetorial deverá contribuir para essa articulação nos limites estabelecidos pelo Decreto Municipal que disciplina sua atuação e pela Portaria de designação de seus integrantes.

As ações conjuntas deverão ter responsabilidades definidas e procedimentos de acompanhamento.

Essa articulação deverá favorecer a solução das necessidades identificadas pelas escolas, sem transferir a elas atribuições que pertençam a outros órgãos.

15.10. Instrumentos complementares de implementação

A execução desta Política poderá ser orientada por instrumentos complementares, elaborados e atualizados conforme as necessidades da Rede Municipal.

Entre eles, destacam-se:

I — Plano Municipal de Expansão e Implementação: definição de escolas, metas, etapas, cronogramas, custos, fontes de financiamento e responsáveis.

II — Plano de Formação Continuada: organização das ações formativas destinadas aos profissionais envolvidos na Educação Integral.

III — Diagnóstico das Condições de Oferta: levantamento das necessidades pedagógicas, físicas, humanas e organizacionais das unidades escolares.

IV — Plano de Adequação da Infraestrutura e dos Serviços: definição das providências relacionadas aos espaços, equipamentos, alimentação, transporte, acessibilidade e segurança.

V — Protocolos de Segurança e Proteção Integral: orientações para prevenção de riscos, atendimento de ocorrências e encaminhamentos aos serviços competentes.

VI — Matriz Municipal de Monitoramento: organização dos indicadores, fontes de informação, responsabilidades e periodicidade de acompanhamento.

VII — Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação: apresentação dos avanços, dificuldades, resultados e recomendações para o aperfeiçoamento da Política.

Esses instrumentos deverão manter coerência com as diretrizes estabelecidas nesta Política e com as normas aplicáveis.

Sua atualização deverá permitir que a gestão municipal responda às necessidades da rede sem alterar continuamente o documento estruturante.

15.11. Prazos e acompanhamento da transição

A Secretaria Municipal de Educação deverá estabelecer cronograma para as ações de transição, considerando a vigência da Política e as condições de cada unidade escolar.

O cronograma deverá indicar as providências prioritárias, os responsáveis e os prazos de execução.

A definição desses prazos deverá considerar, especialmente, a necessidade de adequação dos documentos institucionais, a formação das equipes e a preparação das condições de oferta.

As unidades escolares deverão receber orientações em tempo adequado para organizar seus processos internos e envolver a comunidade.

As ações que dependam de recursos financeiros, obras, contratação de serviços ou outras providências administrativas deverão observar os procedimentos legais e o planejamento orçamentário municipal.

O acompanhamento da transição deverá integrar os relatórios de implementação da Política, permitindo verificar as ações concluídas e as necessidades ainda existentes.

15.12. Revisão normativa e atualização da Política

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral terá vigência de 2026 a 2036 e deverá ser acompanhada ao longo desse período.

A Secretaria Municipal de Educação deverá observar as alterações na legislação educacional e identificar situações que exijam atualização dos instrumentos normativos municipais.

Quando forem necessárias mudanças nas diretrizes estruturantes da Política, deverão ser respeitados os procedimentos formais de revisão e as competências dos órgãos envolvidos.

As atualizações de metas operacionais, cronogramas, custos e unidades escolares atendidas deverão ocorrer, preferencialmente, no Plano Municipal de Expansão e Implementação.

Essa separação permitirá preservar a continuidade da Política e, ao mesmo tempo, manter o planejamento atualizado.

A revisão normativa deverá buscar maior clareza, coerência e segurança para a atuação das escolas e da gestão municipal.

15.13. Preservação dos direitos e continuidade do atendimento

Durante o processo de implementação e transição, deverão ser preservados os direitos educacionais dos estudantes e as condições necessárias à continuidade do atendimento.

As mudanças na organização da jornada, nos documentos escolares ou nos procedimentos institucionais deverão ser planejadas para evitar prejuízos à frequência, à aprendizagem e à permanência.

Sempre que houver alterações que afetem diretamente a rotina das famílias, as unidades escolares deverão promover comunicação clara e antecipada, conforme a natureza da mudança.

As necessidades de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e outras condições que exijam apoios específicos deverão ser consideradas em todas as etapas da transição.

Também deverão ser respeitadas as características territoriais e culturais das comunidades do campo e quilombolas.

A implementação da Política deverá representar avanço nas condições de atendimento, e não perda de direitos ou descontinuidade de experiências educativas já consolidadas.

15.14. Compromisso institucional com a implementação da Política

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás — 2026–2036 estabelece compromissos que deverão orientar o trabalho da Rede Municipal ao longo de sua vigência.

Sua implementação exigirá planejamento, diálogo, organização institucional e participação das escolas e das comunidades.

A Secretaria Municipal de Educação deverá coordenar esse processo, respeitando as competências dos órgãos municipais e oferecendo apoio às unidades escolares.

Os documentos institucionais deverão ser atualizados quando necessário. As normas anteriores deverão ser analisadas com responsabilidade. E as ações de expansão deverão considerar as condições reais de atendimento.

O objetivo é assegurar que a Política seja compreendida, incorporada ao planejamento e desenvolvida no cotidiano das escolas.

Araçás já construiu experiências importantes na Educação Integral em Tempo Integral. O compromisso desta Política é dar continuidade a essa trajetória, fortalecer o que foi conquistado e organizar os próximos passos com responsabilidade. Mais do que estabelecer novas diretrizes, trata-se de criar condições para que elas façam diferença na aprendizagem e na vida dos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Educação em tempo integral: algumas problematizações. *Cadernos Cenpec*, 2016.

ARAÇÁS (BA). **Decreto Municipal nº 650/2024**. Araçás, BA: Prefeitura Municipal, 2024.

ARAÇÁS (BA). **Lei Orgânica do Município de Araçás**. Araçás, BA: Câmara Municipal, [s. d.].

ARAÇÁS (BA). **Plano Municipal de Educação**. Araçás, BA: Prefeitura Municipal, [s. d.].

ARAÇÁS (BA). Conselho Municipal de Educação. **Resolução CME/CP nº 006/2023**. Araçás, BA: CME, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

BRASIL. **Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021**. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026**. Brasília, DF: CNE, 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026**. Brasília, DF: CNE, 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023**. Brasília, DF: MEC, 2023.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 20, n. 46, p. 249–259, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000200012.

ANEXOS E INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES

APRESENTAÇÃO

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás/BA — 2026–2036 reúne os princípios, as diretrizes e os compromissos que deverão orientar a ampliação e o fortalecimento da jornada escolar na Rede Municipal de Ensino.

Para apoiar sua implementação, este documento poderá ser acompanhado de anexos e instrumentos complementares que contribuam para a organização curricular, pedagógica e administrativa das unidades escolares.

Parte desses materiais integra a trajetória da Educação Integral no Município. São registros de experiências, propostas e formas de organização que ajudam a compreender o caminho já percorrido pela rede. Outros documentos terão a finalidade de orientar o planejamento e acompanhar as próximas etapas de expansão.

A inclusão desses materiais não significa que todos os seus conteúdos permanecerão automaticamente em vigor. Os modelos de horários, as ementas e as matrizes curriculares elaborados em 2023, por exemplo, deverão ser analisados à luz da legislação vigente, das diretrizes curriculares e das condições atuais de funcionamento das escolas.

Da mesma forma, as projeções de matrículas, os planos de ação e os cronogramas precisarão ser atualizados conforme o diagnóstico da rede, a disponibilidade de recursos e as prioridades definidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Essa organização permite preservar a memória institucional e, ao mesmo tempo, assegurar que os instrumentos utilizados pelas escolas estejam atualizados e adequados às suas necessidades.

Os documentos complementares serão organizados conforme sua finalidade:

Anexo A — Modelos de horários escolares: reúne referências para a organização da jornada, dos períodos de atividades, da alimentação, dos intervalos e dos demais momentos da rotina escolar. Sua aplicação deverá considerar a etapa de ensino, a carga horária exigida e as condições de cada unidade.

Anexo B — Ementas da Parte Diversificada de 2023: apresenta propostas pedagógicas anteriormente elaboradas, que poderão contribuir para a revisão e o aperfeiçoamento curricular. Sua utilização dependerá de análise técnica, atualização e aprovação, quando exigida pelas normas do Sistema Municipal de Ensino.

Anexo C — Matrizes Curriculares de 2023: reúne documentos curriculares que integram o histórico de organização da Educação Integral no Município. Antes de sua aplicação ou atualização, deverão ser verificadas as cargas horárias, os componentes curriculares e os respectivos atos de aprovação.

Plano de Ação Pedagógica: constitui referência para a organização das atividades, responsabilidades e procedimentos de acompanhamento. Suas ações deverão ser compatibilizadas com o Plano Municipal de Expansão e Implementação e com os planejamentos anuais da rede.

Tabelas de projeção e expansão: apresentam informações que poderão subsidiar o planejamento das matrículas, das turmas, das unidades escolares e dos recursos necessários. Seus dados deverão ser conferidos e atualizados antes de fundamentar decisões administrativas e financeiras.

Orientações específicas de funcionamento escolar: compreendem os horários de entrada e saída, os intervalos e os demais procedimentos da rotina. Essas orientações deverão ser detalhadas em instrumentos operacionais próprios, respeitando as necessidades dos estudantes e as condições concretas de cada escola.

A Secretaria Municipal de Educação será responsável por coordenar a análise e a atualização desses instrumentos, encaminhando aos órgãos competentes as matérias que dependam de apreciação ou aprovação, especialmente no âmbito das atribuições do Conselho Municipal de Educação.

Os anexos e documentos complementares deverão manter coerência com esta Política, sem substituir seus princípios e diretrizes. Quando necessário, poderão ser revistos por

meio dos procedimentos próprios, respeitando a legislação e as competências institucionais.

Ao reunir esses materiais, Araçás valoriza sua trajetória e reconhece que uma política educacional se fortalece quando aprende com as experiências já construídas. Preservar essa história, atualizar o que for necessário e organizar os próximos passos é parte do compromisso com uma Educação Integral em Tempo Integral cada vez mais qualificada, inclusiva e próxima da realidade dos estudantes.

PREFEITURA DE ARAÇAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral– 2026 a 2036
"Educação integral com equidade, qualidade e oportunidades para todos".

ANEXO A
MODELO DE HORÁRIOS A SEREM IMPLEMENTADOS

Horário de aula: Creche

HORÁRIO DE AULA CRECHE					
HORÁRIOS/DIAS	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
7H20MIN A 8H10MIN	RECEPÇÃO	RECEPÇÃO	RECEPÇÃO	RECEPÇÃO	RECEPÇÃO
8H10MIN A 9H	O EU	O EU	CORPO, GESTOS	TRAÇOS, SONS	ESCUTA, FALA
9H A 9H50MIN	O EU	O EU	CORPO, GESTOS	TRAÇOS, SONS	ESCUTA, FALA
9H50MIN A 10H10MIN	LANCHE				
10H10MIN ÀS 11H	CORPO, GESTOS	TRAÇOS, SONS	ESCUTA, FALA	ESPAÇOS, TEMPOS	ESPAÇOS, TEMPOS
11H ÀS 11H50MIN	CORPO, GESTOS	TRAÇOS, SONS	ESCUTA, FALA	ESPAÇOS, TEMPOS	ESPAÇOS, TEMPOS
11H50MIN ÀS 13H	HORA DO BANHO/ALMOÇO				
13H ÀS 13H50MIN	REPOUSO	REPOUSO	REPOUSO	REPOUSO	REPOUSO
13H50MIN ÀS 14H40MIN	SAÚDE NA ESCOLA	ARTE E CULTURA	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	O EU	TRAÇOS, SONS
14H40MIN ÀS 15H30MIN	SAÚDE NA ESCOLA	ARTE E CULTURA	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CORPO, GESTOS	ESCUTA, FALA
15H30MIN ÀS15H50MIN	LANCHE				
15H50MIN ÀS 16H40MIN	BANHO	BANHO	BANHO	BANHO	BANHO
16H40MIN ÀS 17H	MÚSICA	MÚSICA	MÚSICA	MÚSICA	MÚSICA

Tabela 1: Creche

Horário de aula: Ensino Fundamental – anos iniciais

HORÁRIO DE AULA 2023 - ENSINO FUNDAMENTAL - INICIAIS															
ANO /HORÁRIO	9º ANO - MATUTINO					ETAPA / MODALIDADE(S):									
						TEMPO INTEGRAL				ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS					
5A	SEG	COMPONENTE	PROF	TER	COMPONENTE	PROF	QUA	COMPONENTE	PROF	QUI	COMPONENTE	PROF	SEX	COMPONENTE	PROF
7H20MIN A 8H10MIN	1º	PORT	----	1º	PORT	----	1º	GEOGRAFIA	----	1º	MAT	----	1º	MAT	----
8H10MIN A 9H	2º	PORT	----	2º	PORT	----	2º	GEOGRAFIA	----	2º	MAT	----	2º	MAT	----
9H A 9H50MIN	3º	ENS. REL	----	3º	MAT	----	3º	PORT	----	3º	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO MATEMATICO	----	3º	ARTES	----
9H50MIN ÀS 10H10MIN		INTERVALO													
10H10MIN ÀS 11H	4º	HISTÓRIA	----	4º	CIENCIAS	----	4º	ED. DESPORTIVA	----	4º	ED. FISICA	----	4º	ARTE E CULTURA	----
11H ÀS 11H50MIN	5º	HISTÓRIA	----	5º	CIENCIAS	----	5º	ED. DESPORTIVA	----	5º	ED. FISICA	----	5º	ARTE E CULTURA	----
11H50MIN ÀS 13H		INTERVALO													
13H ÀS 13H50MIN	6º	SAÚDE NA ESCOLA	----	6º	DIREITOS HUMANOS	----	6º	ARTE E CULTURA	----	6º	SAÚDE NA ESCOLA	----	6º	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	----
13H50MIN ÀS 14H40MIN	7º	SAÚDE NA ESCOLA	----	7º	DIREITOS HUMANOS	----	7º	DIREITOS HUMANOS	----	7º	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	----	7º	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	----

Tabela 2: Ensino Fundamental - anos iniciais

Horário de aula: Ensino Fundamental – anos finais

HORÁRIO DE AULA 2023 - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS															
ANO /HORÁRIO	9º ANO - MATUTINO					ETAPA / MODALIDADE(S):									
						TEMPO INTEGRAL				ENSINO FUNDAMENTAL I					
5A	SEG	COMPONENTE	PROF	TER	COMPONENTE	PROF	QUA	COMPONENTE	PROF	QUI	COMPONENTE	PROF	SEX	COMPONENTE	PROF
7H20MIN A 8H10MIN	1º	PORT	----	1º	PORT	----	1º	CIENCIAS	----	1º	MAT	----	1º	INGLES	----
8H10MIN A 9H	2º	PORT	----	2º	PORT	----	2º	CIENCIAS	----	2º	MAT	----	2º	INGLES	----
9H A 9H50MIN	3º	ENS. REL HISTORIA	----	3º	PROJ VIDA	----	3º	PROJ VIDA	----	3º	INI. CIENTIFICA	----	3º	ARTES	----
9H50MIN ÀS 10H10MIN		INTERVALO													
10H10MIN ÀS 11H	4º	HISTÓRIA	----	4º	GEOGRAFIA	----	4º	MAT	----	4º	ED. FISICA	----	4º	ED. FIN	----
11H ÀS 11H50MIN	5º	HISTÓRIA	----	5º	GEOGRAFIA	----	5º	MAT	----	5º	ED. FISICA	----	5º	INI. CIENTIFICA	----
11H50MIN ÀS 13H		INTERVALO													
13H ÀS 13H50MIN	6º	SAÚDE NA ESCOLA	----	6º	DIREITOS HUMANOS		6º	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	----	6º	ED. DESPORTIVA	----	6º	SAÚDE NA ESCOLA	----
13H50MIN ÀS 14H40MIN	7º	ARTE E CULTURA	----	7º	DIREITOS HUMANOS		7º	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	----	7º	ED. DESPORTIVA	----	7º	ARTE E CULTURA	----

Tabela 3: Ensino Fundamental - anos finais

ANEXO B
EMENTAS PARTE DIVERSIFICADAS – 2023

EMENTA
COMPONENTE CURRICULAR: DIREITOS HUMANOS
O componente curricular de Direitos Humanos tem como objetivo promover a formação cidadã dos estudantes, explorando as dimensões da identidade, cultura e sociedade. Serão abordados temas como formação cidadã, democracia, territórios de identidade do município e do estado da Bahia, além de aspectos das identidades, culturas e arranjos produtivos locais. Através da análise das relações entre sociedade e educação, serão explorados tópicos como estudo das culturas, etnicidades, participação social, movimentos sociais, direitos civis, diversidade cultural, memória e sociedade. O componente visa desenvolver a capacidade de reflexão crítica, compreensão das desigualdades e participação ativa na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Serão abordadas as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, promovendo reflexões sobre diversidade, inclusão e combate ao preconceito.
OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM
• Desconstruir imagens racistas e promover a consciência sobre a importância da igualdade racial. • Reconhecer a responsabilidade social como fundamental para uma convivência fraterna em sociedade. • Compreender as relações interpessoais como ferramentas indispensáveis na contemporaneidade, em diversos contextos. • Reconhecer o ser humano como um ser social e sua relação com o meio e os valores culturais. • Identificar o trabalho e os processos de produção baseados em princípios éticos. • Associar direitos e deveres como princípios de cidadania na vida familiar e social. • Reconhecer e respeitar a diversidade cultural, étnica e religiosa da sociedade. • Compreender a importância da empatia e do respeito à diversidade como aspectos humanos essenciais. • Compreender os conceitos de direitos humanos, cidadania e igualdade. • Explorar questões relacionadas à diversidade, inclusão e combate à discriminação. • Desenvolver habilidades de empatia, respeito e diálogo. • Reconhecer a importância da justiça social e da participação cívica.
POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO INTER/TRANSDISCIPLINAR OU MULTIDIMENSIONAL (PROJETOS)
Esse componente curricular pode dialogar e integrar competências, habilidades e conteúdo de diversas áreas, como Língua Portuguesa, Iniciação Científica, História, Geografia e Projeto de Vida, entre outros. Isso promove uma abordagem multidimensional e enriquecedora para a formação integral dos estudantes.
SUGESTÃO DE ATIVIDADE
DEBATE - COMO SER ANTIRRACISTA? Os estudantes participarão de um debate em formato live, abordando estratégias de combate ao racismo na sociedade e no sistema, sob uma perspectiva educativa e pedagógica. O debate explorará ações concretas para mudar valores, culturas e condutas, inspirando-se em pressupostos teóricos e experiências práticas. A diversidade étnica racial do Brasil e as diretrizes curriculares serão discutidas, conectando-se à importância da consciência e educação antirracista. **CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO** Os estudantes desenvolverão uma campanha de conscientização sobre um tema relacionado aos direitos humanos, utilizando mídias sociais, apresentações e materiais informativos.
COMPLEXIDADE/FREQUÊNCIA

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

A atividade proposta possui complexidade média, exigindo leituras prévias e embasamento teórico para um discurso consistente. Quanto à frequência, sugere-se que a atividade ocorra ao longo de metade do ciclo, permitindo uma exploração mais profunda do tema e garantindo uma abordagem reflexiva e aprofundada.

RECURSOS

- Recursos Didáticos:
- Material de leitura sobre direitos humanos e cidadania.
- Documentários e vídeos educativos sobre diversidade e inclusão.
- Recursos visuais para estimular a reflexão sobre questões sociais.
- Recursos Humanos:
- Professores de História, Sociologia ou Ética para orientar discussões.
- Convidados especialistas em direitos humanos ou igualdade.
- Profissionais da área social para enriquecer as discussões.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada através da apresentação no debate em formato live. Os estudantes serão avaliados não apenas pela clareza e argumentação de suas ideias, mas também pela capacidade de aplicar o conhecimento teórico em contextos reais e relevantes, bem como, na qualidade da campanha, na compreensão dos conceitos de direitos humanos e na capacidade de comunicação eficaz.

EMENTA

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO DESPORTIVA

O componente curricular de Educação Desportiva busca promover o desenvolvimento integral dos estudantes através da consciência corporal, do movimento e da prática esportiva. Serão abordados temas relacionados à relação entre o corpo, as emoções e as atitudes saudáveis. O componente contemplará atividades esportivas de campo e mesa, artes marciais, atividades corporais diversas (xadrez, dama, yoga, relaxamento), interação entre corpo e mente, cultura corporal, equidade de gênero e racial. As competências socioemocionais serão prioritárias, visando a formação de atitudes como empatia, respeito, autoconfiança, resolução de problemas e conscientização corporal. Também serão abordadas as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, promovendo reflexões sobre diversidade, inclusão e combate ao preconceito.

OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM

O componente curricular de Educação Esportiva tem como objetivo principal a compreensão das atividades desportivas como ferramenta de política social para valorizar o ser humano e promover a saúde, além de desenvolver a consciência corporal. Os objetivos específicos incluem:

- Reconhecer a importância das atividades esportivas na promoção da saúde física e mental.
- Desenvolver habilidades como concentração, prudência, atenção e resiliência por meio das práticas esportivas.
- Fomentar a capacidade de resolução de problemas do cotidiano e tomada de decisões.
- Explorar os benefícios pedagógicos da educação desportiva, como melhoria no rendimento escolar, socialização e inclusão.
- Utilizar a educação desportiva como ferramenta para abordar questões relacionadas às relações étnico-raciais, de gênero e sexualidades.
- Promover o desenvolvimento de competências socioemocionais, como trabalho em equipe, empatia e autocontrole.

POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO INTER/TRANSDISCIPLINAR OU MULTIDIMENSIONAL (PROJETOS)

- Diversidade Esportiva: Apresentar uma variedade de esportes e atividades físicas para os estudantes explorarem.

• Desenvolvimento de Habilidades: Oferecer aulas práticas para desenvolver habilidades em esportes selecionados. • Valores do Esporte: Discussões sobre valores como fair play, trabalho em equipe, respeito e disciplina, relacionados ao esporte. • Torneios e Competições: Organização de pequenos torneios ou competições amigáveis entre os estudantes. • Atividades Lúdicas: Integração de atividades lúdicas e jogos para promover o movimento de forma divertida. O componente curricular de Educação Esportiva pode se integrar com diversas áreas do currículo, possibilitando um diálogo inter/transdisciplinar ou multidimensional. Pode ser conectado com competências e habilidades de Ciências, Língua Portuguesa, História, Geografia, Educação Física, Matemática, Práticas Integradoras e outros. Essa abordagem enriquece a experiência dos estudantes, permitindo que eles apliquem conhecimentos e habilidades de diferentes áreas em contextos esportivos.
SUGESTÃO DE ATIVIDADE
Os estudantes serão convidados a participar de um torneio interdisciplinar de jogos esportivos, nos quais diferentes modalidades esportivas são incorporadas. A atividade pode ser organizada em equipes, cada uma representando um componente curricular específico. Cada equipe deverá escolher uma modalidade esportiva e elaborar estratégias para sua prática, considerando aspectos relacionados à saúde, inclusão, cooperação e valores éticos. Durante o torneio, os estudantes competirão de maneira saudável e divertida, aplicando conhecimentos de diferentes áreas em um contexto esportivo.
COMPLEXIDADE/FREQUÊNCIA
A atividade proposta possui uma complexidade média, exigindo a aplicação prática de conhecimentos interdisciplinares em um ambiente esportivo. Quanto à frequência, sugere-se que a atividade ocorra uma vez durante o ciclo, permitindo que os estudantes experimentem a abordagem interdisciplinar em um contexto esportivo.
RECURSOS
Recursos Didáticos: • Equipamentos esportivos variados (bolas, cones, redes, etc.). • Material audiovisual para demonstração de técnicas esportivas. • Material impresso com informações sobre a importância do exercício físico. • Espaço adequado para práticas esportivas (pátio, quadra esportiva, etc.). **Recursos Humanos:** • Professores de Educação Física para orientar e conduzir as atividades. • Profissionais de esportes específicos (ex.: atletas, técnicos) para workshops ou demonstrações. • Psicólogo esportivo para abordar temas de bem-estar e motivação.
AVALIAÇÃO
A avaliação será baseada na participação ativa dos estudantes no torneio interdisciplinar, na aplicação dos conhecimentos das diferentes áreas em um contexto esportivo, na demonstração de habilidades socioemocionais durante as atividades em equipe e na reflexão sobre os benefícios da educação esportiva para a saúde, inclusão e formação integral.

EMENTA
COMPONENTE CURRICULAR: LINGUAGENS ARTÍSTICAS

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

O componente curricular de "Arte e Cultura" tem como objetivo explorar a riqueza das expressões artísticas e culturais, promovendo o desenvolvimento da criatividade, sensibilidade e compreensão cultural dos estudantes. Serão abordadas diversas formas de arte, incluindo música, dança, teatro, artes visuais e literatura, além da valorização do patrimônio cultural local e global. Por meio de atividades práticas e teóricas, os estudantes serão incentivados a desenvolver habilidades artísticas, analíticas e interpretativas, compreendendo o papel da arte na sociedade e sua capacidade de expressar emoções, ideias e perspectivas. A ementa busca enriquecer a formação dos estudantes, proporcionando um olhar apreciativo e crítico em relação às manifestações culturais, contribuindo para uma educação integral e sensível ao mundo ao seu redor. 155

OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM

- Introduzir os participantes à rica herança cultural de Araçás e a importância da arte na comunidade local.
- Investigar as expressões culturais únicas de Araçás, explorando a arte tradicional e contemporânea.
- Promover a valorização do patrimônio cultural e natural de Araçás por meio das artes.
- Explorar as tradições musicais e de dança de Araçás como formas de expressão cultural.
- Conscientizar os participantes sobre a importância da preservação ambiental por meio das artes.
- Preparar e apresentar um evento cultural para compartilhar o trabalho dos participantes com a comunidade local.
- Explorar diversas formas de expressão artística, como música, dança, teatro e artes visuais.
- Compreender as manifestações culturais e históricas por trás de cada linguagem artística.
- Desenvolver habilidades criativas e de apreciação artística.
- Conectar a arte às questões sociais, emocionais e culturais.
- Conhecer a origem do HIP HOP como movimento artístico, cultural e social, especialmente dentro da comunidade negra.
- Compreender o conceito de movimento negro e sua relevância histórica e cultural.
- Explorar o movimento cultural presente no hip hop, compreendendo suas dimensões artísticas e sociais.
- Ampliar seus conhecimentos sobre Artes Plásticas, com foco na expressão artística do grafite.
- Familiarizar-se com os elementos constituintes do grafite como forma de expressão.
- Promover a socialização por meio da arte, incentivando a comunicação e a troca de ideias.
- Desmistificar a expressão artística do grafite, valorizando sua importância cultural.
- Apresentar aos estudantes a relevância do trabalho com artes plásticas na formação integral.
- Explorar o grafite como uma expressão artística que desperta sensibilidade estética.

POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO INTER/TRANSDISCIPLINAR OU MULTIDIMENSIONAL (PROJETOS)

O componente curricular de Linguagens Artísticas pode ser integrado com outras disciplinas, promovendo um diálogo inter/transdisciplinar ou multidimensional. É possível explorar competências, habilidades e conteúdo de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Desportiva, História, Geografia, Ciências, Práticas Integradoras, entre outros. Essa abordagem enriquece a experiência dos estudantes, permitindo que eles apliquem conhecimentos de diferentes áreas nas atividades artísticas.

A abordagem de Linguagens Artísticas pode ser enriquecida com conexões interdisciplinares permitindo explorar as dimensões culturais e históricas das manifestações artísticas local.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Os estudantes participarão de uma oficina que explora as origens do HIP HOP como movimento cultural, artístico e social, especialmente dentro da comunidade negra. A oficina incluirá palestras sobre o movimento negro, apresentações de elementos do hip hop (como música, dança, rap) e exploração dos conceitos culturais presentes. Além disso, os estudantes terão a oportunidade de

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

participar de uma oficina prática de grafite, onde aprenderão sobre os elementos constituintes dessa expressão artística e terão a chance de criar suas próprias peças. Além dessas oficinas poderão ainda desenvolver atividades como:

Arte e Cultura em Araçás

- Apresentação da oficina e contextualização para o contexto de Araçás.
- Exploração da cultura local, incluindo música, dança e artesanato.
- Discussão sobre como a arte pode ser uma ferramenta de empoderamento e preservação cultural.

Expressões Culturais Locais

- Imersão nas tradições culturais de Araçás, incluindo lendas, festas e costumes.
- Conexão com artistas locais e suas criações.
- Atividade prática: os participantes criam peças de arte inspiradas na cultura local.

Valorizando o Patrimônio

- Visita a pontos de referência histórica e cultural de Araçás.
- Discussão sobre a importância da preservação do patrimônio.
- Atividade prática: os participantes criam obras de arte que expressem a identidade de Araçás.

Música e Dança

- Experiência com ritmos musicais tradicionais da região.
- Introdução aos movimentos de dança característicos local.
- Atividade prática: os participantes aprendem uma dança local e participam de uma sessão musical.

Narrativas e Contos

- Compartilhamento de histórias e lendas.
- Oficina de contação de histórias e técnicas de narrativa.
- Atividade prática: os participantes criam e apresentam suas próprias histórias inspiradas na cultura local.

Arte e Meio Ambiente em Araçás

- Discussão sobre os desafios ambientais enfrentados por Araçás.
- Atividades de criação artística usando materiais reciclados e naturais.
- Reflexão sobre como a arte pode inspirar ações sustentáveis.

Evento Cultural

- Seleção das melhores obras e apresentações desenvolvidas durante a oficina.
- Preparação do espaço para o evento cultural.
- Apresentação final aberta à comunidade de Araçás, com ênfase na identidade cultural local.

COMPLEXIDADE/FREQUÊNCIA

A atividade proposta possui uma complexidade média, exigindo a compreensão de conceitos históricos, culturais e artísticos, bem como a aplicação prática de técnicas de grafite. Quanto à frequência, sugere-se que a oficina seja realizada ao longo de um ciclo, permitindo uma exploração mais profunda dos elementos do hip hop e do grafite. Sendo assim, a atividade proposta possui complexidade variada, dependendo da escolha da linguagem artística. A frequência pode ser ao longo de um ciclo ou trimestre.

RECURSOS

Recursos Didáticos:

- Materiais para diferentes formas de expressão artística (instrumentos musicais, materiais de arte).
- Apresentações de artistas e obras relevantes.
- Espaço adequado para práticas artísticas (sala de música, espaço para dança, etc.).

Recursos Humanos:

- Professores de Artes, Música, Dança ou Teatro para orientar as atividades.
- Artistas locais ou convidados para workshops ou palestras.

- Profissionais com conhecimento em tecnologias de produção artística (edição de áudio, vídeo, etc.).

AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser baseada na criatividade, na participação ativa dos estudantes na oficina, na compreensão dos conceitos abordados nas palestras, na qualidade e criatividade das obras de grafite produzidas, bem como na capacidade de conectar a expressão artística à sua importância cultural e social. Também será avaliado os aspectos de:

- Participação ativa dos alunos nas atividades.
- Criatividade e originalidade nas expressões artísticas.
- Reflexão sobre a relação entre arte, cultura e identidade local

EMENTA

COMPONENTE CURRICULAR: SAÚDE NA ESCOLA

O componente curricular de "Saúde na Escola" tem como objetivo promover a conscientização e ações relacionadas à saúde física, mental e emocional dos estudantes. Serão abordados temas como higiene, alimentação equilibrada, atividade física, prevenção de doenças comuns e cuidados com a saúde mental. O componente busca capacitar os estudantes a tomar decisões conscientes e adotar hábitos saudáveis para uma vida plena e equilibrada.

OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM

- Compreender a importância da higiene pessoal, a saúde individual e coletiva.
- Reconhecer a relevância de uma alimentação equilibrada e da prática regular de atividade física.
- Desenvolver habilidades emocionais para lidar com o estresse e promover o bem-estar mental.
- Identificar medidas preventivas para doenças comuns na infância e adolescência.
- Explorar o funcionamento básico do corpo humano de maneira acessível.
- Saúde Integral: aspectos físicos, mentais e emocionais.
- Fatores Determinantes da Saúde: alimentação, atividade física, higiene e bem-estar emocional.
- Tomada de Decisões Conscientes: saúde pessoal
- Promoção de Hábitos Saudáveis: prevenção de doenças, alimentação equilibrada e atividade física.

POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO INTER/TRANSDISCIPLINAR OU MULTIDIMENSIONAL (PROJETOS)

- A abordagem de Saúde na Escola pode se integrar com Ciências, Língua Portuguesa e Matemática, permitindo explorar conceitos científicos, comunicação e análise de dados relacionados à saúde. Assim como, fomentar Projetos de Saúde na escola: ações práticas na escola e na comunidade.

- **SUGESTÃO DE ATIVIDADE- FEIRA DA SAÚDE**

- Organizam uma feira de saúde na escola, com estações interativas sobre higiene, alimentação saudável, atividade física e saúde mental.
- Exploração Corporal Divertida: Realizar jogos e atividades que envolvam movimento para demonstrar a importância da atividade física regular.
- Alimentação Balanceada: Montar uma "pirâmide alimentar" interativa com diferentes grupos de alimentos e discutir a importância de uma alimentação equilibrada.
- Cuidado com a Higiene: Realizar atividades de higiene pessoal e conscientização sobre a importância da lavagem das mãos e outros hábitos higiênicos.
- Expressando Emoções: Promover discussões e atividades criativas para explorar emoções e maneiras saudáveis de expressá-las.
- Criando um Plano de Saúde Pessoal: Orientar os estudantes a criar um plano pessoal de hábitos saudáveis, incluindo metas de atividade física, alimentação e cuidado emocional.

COMPLEXIDADE/FREQUÊNCIA

- O componente curricular terá uma complexidade média, com base na aplicação prática de conhecimentos teóricos em situações reais. Sugere-se que o componente seja ministrado ao longo

de todo o ciclo, permitindo a exploração aprofundada dos temas abordados e a realização de projetos práticos de educação ambiental.

RECURSOS

Recursos Didáticos:

- Material audiovisual sobre higiene pessoal e ambiental.
- Cartazes e ilustrações relacionadas a alimentação equilibrada.
- Equipamentos para atividades físicas (bolas, cordas, cones).
- Materiais para atividades de expressão emocional (papéis coloridos, canetas, lápis).
- Slides ou apresentações para discussões.

Recursos Humanos:

- Professor(es) de Ciências e Educação Física para orientar as atividades.
- Psicólogo ou orientador educacional para discussões sobre saúde mental.
- Profissional da área da saúde para palestras ou participações especiais.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes será realizada por meio de avaliações escritas, apresentações de projetos, participação em debates, execução de atividades práticas, relatórios de visitas e projetos. A avaliação considerará o domínio dos conteúdos, a capacidade de aplicar conhecimentos em situações reais e a compreensão crítica das relações entre saúde e meio ambiente, assim como, incluir apresentações sobre os tópicos estudados, como cuidados pessoais, alimentação saudável e conhecimento sobre o corpo humano.

EMENTA

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O componente curricular de "Educação Ambiental" visa sensibilizar os estudantes para a importância da preservação do meio ambiente e desenvolver sua consciência ambiental. Serão explorados tópicos como problemas ambientais locais, práticas sustentáveis e a valorização da biodiversidade. O componente busca capacitar os estudantes a adotar atitudes responsáveis em relação ao ambiente e a se tornarem agentes de mudança para um futuro mais sustentável.

OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM

- Compreender a relevância da preservação do meio ambiente para o bem-estar das gerações presentes e futuras.
- Identificar problemas ambientais locais e propor soluções viáveis.
- Conhecer práticas sustentáveis, como redução de resíduos e economia de recursos naturais.
- Desenvolver um senso de responsabilidade ambiental e compreensão da interdependência entre seres vivos e ambiente.
- Explorar a biodiversidade local e seu papel no equilíbrio ecossistêmico.

POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO INTER/TRANSDISCIPLINAR OU MULTIDIMENSIONAL (PROJETOS)

A abordagem de Educação Ambiental pode ser integrada com Ciências, Geografia, Matemática e Artes, permitindo explorar conceitos científicos, geográficos e expressões artísticas ligadas ao meio ambiente.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

- Os estudantes desenvolvem um projeto de sustentabilidade para a escola, que envolve ações práticas, como coleta seletiva, economia de água e conscientização ambiental.
- Conhecendo Nossos Recursos: Explorar os recursos naturais locais e discutir sua importância para o equilíbrio do ecossistema.
- Redução de Resíduos: Realizar atividades práticas de reciclagem e reutilização de materiais, além de discutir a importância da redução de resíduos.

- Economia de Energia e Água: Demonstração de práticas de economia de energia e água no ambiente escolar, seguida por orientações para aplicação em casa.
- Plantio e Biodiversidade: Realizar atividades de plantio e jardinagem, enfatizando a importância da biodiversidade e do cuidado com as plantas.
- Projeto de Sustentabilidade: Os estudantes criarão um pequeno projeto de sustentabilidade para implementar na escola ou em suas casas.

COMPLEXIDADE/FREQUÊNCIA

A atividade proposta possui complexidade média e pode ser realizada ao longo de um ciclo, com ações contínuas de conscientização ambiental.

RECURSOS

Recursos Didáticos:
- Materiais de jardinagem (sementes, vasos, terra).
- Materiais recicláveis para atividades práticas de reutilização.
- Equipamentos para demonstrações de economia de energia e água.
- Material sobre biodiversidade local.

Recursos Humanos:
- Professor(es) de Ciências e Geografia para orientar as atividades.
- Profissional da área ambiental para palestras ou participações especiais.
- Colaboradores da comunidade local envolvidos em projetos sustentáveis.

AVALIAÇÃO

A avaliação pode incluir a apresentação do projeto e ações realizadas, bem como a compreensão dos conceitos de educação ambiental.

EMENTA

COMPONENTE CURRICULAR: PRÁTICAS INTEGRADORAS

O componente curricular de Práticas Integradoras visa a abordagem transdisciplinar dos eixos de formação presentes no currículo do tempo integral. Os eixos "Projeto de Vida" e "Empreendedorismo" serão explorados aprofundadamente. Os estudantes serão incentivados a desenvolver projetos de vida baseados em valores éticos, metas pessoais e engajamento social. O componente também promoverá o empreendedorismo, estimulando a criatividade, a iniciativa e a capacidade de resolver desafios. A interação entre os eixos contribuirá para a formação de cidadãos conscientes, comprometidos com seu desenvolvimento pessoal e com o impacto positivo na sociedade

OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM

- Neste componente curricular, os estudantes dos anos iniciais e finais irão:
- Desenvolver projetos que integrem conhecimentos de diferentes disciplinas.
- Explorar temas relevantes de maneira interdisciplinar.
- Aprender a trabalhar em equipe e colaborar com colegas.
- Desenvolver habilidades de pesquisa, comunicação e resolução de problemas.

POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO INTER/TRANSDISCIPLINAR OU MULTIDIMENSIONAL (PROJETOS)

- A abordagem de Práticas Integradoras busca promover conexões entre diferentes componentes curriculares, permitindo a realização de projetos que englobem conteúdos e habilidades de várias disciplinas.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Os estudantes desenvolvem um projeto que aborde questões relevantes da comunidade local, envolvendo pesquisa, planejamento, execução e apresentação do projeto para a comunidade escolar.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

- identificação de Temas: Os temas relevantes e atuais que possam ser abordados de maneira interdisciplinar.
- Pesquisa e Planejamento: Realização de pesquisa sobre o tema escolhido, definindo objetivos, etapas e recursos necessários para o projeto.
- Equipes Interdisciplinares: Formação de equipes que reúnam estudantes de diferentes áreas para trabalhar juntos no projeto.
- Execução do Projeto: Os estudantes realizam as etapas do projeto, aplicando conhecimentos de várias disciplinas e colaborando em atividades práticas.
- Apresentação: As equipes apresentam seus projetos à comunidade escolar, compartilhando os resultados e lições aprendidas.

COMPLEXIDADE/FREQUÊNCIA

A complexidade do projeto pode variar de acordo com a faixa etária dos estudantes, mas busca-se um nível de desafio que promova o aprendizado e o engajamento. A atividade pode ser realizada anualmente, envolvendo diferentes temas a cada ciclo.

RECURSOS

Recursos Didáticos:

- Acesso a biblioteca e recursos de pesquisa.
- Equipamentos audiovisuais para apresentações.
- Materiais para desenvolvimento de projetos (papéis, canetas, computadores, etc.).

Recursos Humanos:

- Professores de diferentes disciplinas para orientação e supervisão dos projetos.

Profissionais da comunidade local para orientação especializada, se necessário.

AVALIAÇÃO

A avaliação será baseada no planejamento, execução e apresentação do projeto, bem como na capacidade dos estudantes de integrar conhecimentos e habilidades de diferentes áreas.

EMENTA

COMPONENTE CURRICULAR: PROJETO DE VIDA

O componente curricular de "Projeto de Vida" tem como propósito auxiliar os estudantes na exploração de suas identidades, interesses, valores e objetivos pessoais, visando a construção de um plano de vida significativo e direcionado. Por meio de atividades interdisciplinares, reflexões e práticas, os estudantes serão incentivados a compreender suas paixões, habilidades e aspirações, integrando conhecimentos de diversas disciplinas para a criação de um caminho individualizado para o futuro. A ementa busca fomentar a autoconsciência, autodesenvolvimento e responsabilidade nas escolhas, preparando os estudantes para uma vida plena e realizada.

OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM

- Explorar sua identidade, interesses, valores e objetivos pessoais.
- Desenvolver habilidades de autoconhecimento e autodesenvolvimento.
- Integrar conhecimentos e experiências de diferentes disciplinas para criar um plano de vida significativo.
- Compreender a importância de escolhas saudáveis e responsáveis para o seu futuro.

POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO INTER/TRANSDISCIPLINAR OU MULTIDIMENSIONAL (PROJETOS)

O projeto de vida pode ser uma oportunidade para integrar conhecimentos de várias disciplinas, incluindo Língua Portuguesa, Educação Desportiva, Saúde na Escola, Linguagens Artísticas, Ciências entre outras.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

- Autoconhecimento e Identidade: Os estudantes exploram suas características pessoais, interesses, habilidades e valores através de atividades de reflexão e discussões em grupo.

- Exploração de Interesses: Os estudantes são incentivados a identificar suas paixões e interesses, relacionando-os com atividades e possíveis carreiras.
- Dança e Teatro como Expressão Pessoal: Introdução a atividades de dança e teatro para ajudar os estudantes a expressar suas emoções e personalidade.
- Saúde e Bem-Estar: Exploração de como hábitos saudáveis, incluindo atividades físicas e cuidados com a saúde mental, são fundamentais para o bem-estar pessoal.
- Projeto Integrador - Meu Futuro Sustentável: Os estudantes desenvolvem projetos que abordam a criação de um futuro sustentável para si mesmos e para o planeta, integrando conhecimentos de diferentes áreas.
- Planejamento do Projeto de Vida: Os estudantes elaboram um plano de vida que inclui metas acadêmicas, pessoais e profissionais, considerando suas paixões e interesses, valores e a importância de escolhas responsáveis.

COMPLEXIDADE/FREQUÊNCIA

A complexidade e frequência das atividades no componente curricular "Projeto de Vida" podem variar de acordo com a faixa etária dos estudantes, os recursos disponíveis e o tempo disponível no currículo escolar.

RECURSOS

Recursos Didáticos:
- Materiais para atividades de autoconhecimento (questionários, atividades reflexivas).
- Recursos para as atividades de dança e teatro.
- Materiais sobre saúde mental e bem-estar.

Recursos Humanos:
- Professores de diversas disciplinas para orientar as atividades e a integração interdisciplinar.
- Profissionais da área de saúde mental e bem-estar para palestras ou discussões.

AVALIAÇÃO

A avaliação será baseada na participação ativa nas atividades, na compreensão dos conceitos explorados e na qualidade do plano de vida elaborado pelos estudantes.

EMENTA

COMPONENTE CURRICULAR: INICIAÇÃO CIENTIFICA

O componente curricular de "Iniciação Científica" visa estimular o pensamento crítico, a curiosidade científica e o desenvolvimento de habilidades de pesquisa nos estudantes. Serão explorados métodos científicos, processos de investigação e a importância da ciência na compreensão do mundo. Por meio de atividades práticas e teóricas, os estudantes serão capacitados a formular perguntas de pesquisa, coletar dados, analisar resultados e comunicar suas descobertas de maneira clara e objetiva. A ementa busca promover uma abordagem investigativa, preparando os estudantes para uma participação ativa no mundo da pesquisa e da ciência.

OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM

- Compreender o método científico e os passos do processo de investigação.
- Desenvolver habilidades de formulação de perguntas de pesquisa, coleta e análise de dados e apresentação de resultados.
- Explorar tópicos de interesse pessoal por meio de pesquisas investigativas.
- Compreender a importância da ciência na construção do conhecimento e na resolução de problemas.
- Desenvolver pensamento crítico, curiosidade e habilidades de comunicação.

POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO INTER/TRANSDISCIPLINAR OU MULTIDIMENSIONAL (PROJETOS)

A iniciação científica pode ser integrada a diversas disciplinas, como Ciências, Matemática, Língua Portuguesa e Tecnologia, permitindo que os estudantes explorem tópicos de pesquisa interdisciplinares.
SUGESTÃO DE ATIVIDADE
Os estudantes escolherão um tema relacionado à sustentabilidade (ambiental, social, econômica) e conduzirão uma pesquisa investigativa, coletando dados, analisando informações e propondo soluções para os desafios identificados.
COMPLEXIDADE/FREQUÊNCIA
A complexidade das atividades aumentará à medida que os estudantes se familiarizarem com os processos de pesquisa. A frequência das atividades pode variar, mas é recomendável incluir atividades relacionadas à iniciação científica em um ou dois períodos por semana.
RECURSOS
Recursos Didáticos: • Materiais sobre métodos de pesquisa científica. • Acesso a fontes de informação confiáveis. **Recursos Humanos:** • Professores com experiência em pesquisa científica. • Pesquisadores e cientistas convidados para palestras ou workshops.
AVALIAÇÃO
A avaliação será baseada na compreensão dos métodos científicos, na qualidade da pesquisa realizada e na habilidade dos estudantes em apresentar suas descobertas de maneira clara e convincente.

EMENTA
COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO FIANCEIRA PARA A VIDA
O componente curricular de "Educação Financeira e Fiscal" tem como propósito desenvolver nos estudantes competências relacionadas à gestão consciente e responsável de recursos financeiros pessoais e à compreensão dos princípios fiscais e tributários. Serão abordados conceitos sobre orçamento, poupança, investimentos, consumo consciente e a importância do pagamento de impostos para a sociedade. Por meio de atividades práticas e teóricas, os estudantes serão capacitados a tomar decisões financeiras informadas e a compreender a função dos tributos na construção do bem-estar social.
OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM
• Compreender conceitos fundamentais de educação financeira, incluindo orçamento, poupança, investimentos e consumo consciente. • Reconhecer a importância dos tributos e sua função na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. • Desenvolver habilidades de gestão financeira pessoal, elaborando um plano de gastos e estabelecendo metas financeiras realistas. • Analisar situações do cotidiano relacionadas a escolhas financeiras e fiscais, tomando decisões informadas e responsáveis. • Refletir sobre o impacto de suas escolhas financeiras e fiscais no âmbito pessoal e coletivo.
POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO INTER/TRANSDISCIPLINAR OU MULTIDIMENSIONAL (PROJETOS)
A educação financeira e fiscal pode ser integrada a diferentes disciplinas, como Matemática, Língua Portuguesa, História, Ética e Cidadania, ampliando a compreensão dos aspectos econômicos e sociais em contextos variados.
SUGESTÃO DE ATIVIDADE
PROJETO "ORÇAMENTO CONSCIENTE"

Os estudantes serão desafiados a criar um plano de gastos pessoais, considerando suas necessidades, desejos e objetivos financeiros. A atividade envolverá pesquisas de preços, cálculos de gastos, elaboração de estratégias de economia e reflexões sobre prioridades financeiras.

COMPLEXIDADE/FREQUÊNCIA

A complexidade das atividades aumentará progressivamente, indo desde a compreensão básica de conceitos financeiros até a aplicação prática em situações reais. A frequência das atividades pode variar, mas é recomendável incluir atividades relacionadas à educação financeira e fiscal em um ou dois períodos por semana.

RECURSOS

Recursos Didáticos:

- Materiais sobre educação financeira pessoal.
- Informações sobre o sistema tributário e fiscal.

Recursos Humanos:

- Professores especializados em finanças e economia.
- Profissionais da área fiscal para esclarecer dúvidas e conceitos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será baseada na compreensão dos conceitos abordados, na participação ativa nas atividades práticas e na capacidade dos estudantes em aplicar os princípios aprendidos em situações reais.

ANEXO C
MATRIZES CURRICULARES - 2027

Etapa de Ensino: Educação Infantil: Tempo Parcial

Modalidade: Regular
Idade: Bebês: zero a 1 ano e 6 meses.
Crianças bem pequenas: 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses.
Dias Letivos: 200
Semanas Letivas: 40
Dias Semanais: 05
Jornada diária: 04hs
Carga horária anual: 800h/ano
Ano: 2027

Campos de Experiências	Creche: Bebês e crianças bem pequenas					
	Berçário		Maternal II		Maternal II	
O Eu, O Outro e O Nós	Integrado		Integrado		Integrado	
Corpo, Gestos e Movimentos	Integrado		Integrado		Integrado	
Traços, Sons, Cores e Formas	Integrado		Integrado		Integrado	
Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação	Integrado		Integrado		Integrado	
Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações	Integrado		Integrado		Integrado	
Carga Horária Total	800h/ano	20h/semana	800h/ano	20h/semana	800h/ano	20h/semana

OBSERVAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

1. A Educação Infantil em Tempo Parcial será organizada com jornada mínima de quatro horas diárias, totalizando 20 horas semanais e 800 horas anuais, considerando 200 dias de trabalho educacional.

2. Os agrupamentos administrativos da Creche serão identificados como Berçário, Maternal I e Maternal II, destinados, respectivamente, às crianças de até 1 ano, 2 anos e 3 anos de idade, considerando as necessidades de atendimento e organização das turmas, sem alterar os grupos etários de referência estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quais sejam: Bebês, de zero a 1 ano e 6 meses, e Crianças bem pequenas, de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, assegurando que o planejamento pedagógico contemple os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento correspondentes à faixa etária de cada criança, respeitando suas necessidades, singularidades e ritmos de desenvolvimento.

3. Os cinco Campos de Experiências previstos na Base Nacional Comum Curricular constituem referências integradas para o planejamento pedagógico, não sendo organizados como disciplinas isoladas ou sujeitos à distribuição fixa e obrigatória de horas.

4. As interações e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes das práticas pedagógicas, assegurando os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

5. A jornada escolar compreenderá experiências de aprendizagem, acolhimento, alimentação, higiene, descanso, convivência e demais situações de cuidado, organizadas com intencionalidade pedagógica e respeito às necessidades de cada faixa etária.

6. Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento deverão observar os grupos etários definidos pela BNCC, considerando o ritmo, as necessidades e as singularidades de cada criança.

7. A organização das turmas, dos tempos e dos espaços será detalhada no Projeto Político-Pedagógico e nos instrumentos de planejamento da unidade escolar, observadas as orientações da Secretaria Municipal de Educação e as normas do Sistema Municipal de Ensino.

8. A avaliação ocorrerá mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem finalidade de classificação, promoção ou retenção.

Araçás Bahia, ____ de _____ de _____

_____
Secretária Municipal de Educação

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

Etapa de Ensino: Educação Infantil: Tempo Integral

Modalidade: Regular
Idade: Bebês: zero a 1 ano e 6 meses.
Crianças bem pequenas: 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses.
Dias Letivos: 200

Semanas Letivas: 40
Dias Semanais: 05
Jornada diária: 07hs
Carga horária anual: 1400h/ano
Ano: 2027

Campos de Experiências	Creche: Bebês e crianças bem pequenas					
	Berçário		**Maternal II**		**Maternal II**	
O Eu, O Outro e O Nós	Integrado		Integrado		Integrado	
Corpo, Gestos e Movimentos	Integrado		Integrado		Integrado	
Traços, Sons, Cores e Formas	Integrado		Integrado		Integrado	
Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação	Integrado		Integrado		Integrado	
Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações	Integrado		Integrado		Integrado	
Experiências Integradoras e as Temáticas Transversais						
Natureza, meio ambiente e sustentabilidade	Integrado		Integrado		Integrado	
Saúde, autocuidado e bem-estar	Integrado		Integrado		Integrado	
Arte, cultura e expressões infantis	Integrado		Integrado		Integrado	
Carga Horária Total	1400h/ano	35h/semana	1400h/ano	35h/semana	1400h/ano	35h/semana

OBSERVAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

1. A Educação Infantil em Tempo Integral será organizada com jornada mínima de sete horas diárias, totalizando 35 horas semanais e 1.400 horas anuais, considerando 200 dias de trabalho educacional.

2. Os agrupamentos administrativos da Creche serão identificados como Berçário, Maternal I e Maternal II, destinados, respectivamente, às crianças de até 1 ano, 2 anos e 3 anos de idade, considerando as necessidades de atendimento e organização das turmas, sem alterar os grupos etários de referência estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quais sejam: Bebês, de zero a 1 ano e 6 meses, e Crianças bem pequenas, de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, assegurando que o planejamento pedagógico contemple os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento correspondentes à faixa etária de cada criança, respeitando suas necessidades, singularidades e ritmos de desenvolvimento.

3. Os cinco Campos de Experiências previstos na Base Nacional Comum Curricular constituem referências integradas para o planejamento pedagógico, não sendo organizados como disciplinas isoladas ou sujeitos à distribuição fixa e obrigatória de horas.

4. As experiências integradoras e as temáticas transversais serão desenvolvidas ao longo da jornada escolar, de forma articulada aos cinco Campos de Experiências da BNCC, aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento e ao Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar, sem constituírem disciplinas independentes ou exigirem distribuição específica de carga horária, respeitando as características e necessidades de cada faixa etária e assegurando a integração entre educação, cuidado, interações, brincadeiras e desenvolvimento integral das crianças.

5. As interações e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes das práticas pedagógicas, assegurando os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

6. A jornada escolar compreenderá experiências de aprendizagem, acolhimento, alimentação, higiene, descanso, convivência e demais situações de cuidado, organizadas com intencionalidade pedagógica e respeito às necessidades de cada faixa etária.

7. Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento deverão observar os grupos etários definidos pela BNCC, considerando o ritmo, as necessidades e as singularidades de cada criança.

8. A organização das turmas, dos tempos e dos espaços será detalhada no Projeto Político-Pedagógico e nos instrumentos de planejamento da unidade escolar, observadas as orientações da Secretaria Municipal de Educação e as normas do Sistema Municipal de Ensino.

9. A avaliação ocorrerá mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem finalidade de classificação, promoção ou retenção.

Araçás Bahia, ____ de _____ de _____

_____

Secretária Municipal de Educação

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Etapa de ensino: Educação Infantil

Modalidade: Regular
Idade: Pré-Escola (04 e 05 anos)
Dias Letivo: 200
Semanas Letivas: 40

Dias Semanais: 05
Tempo Parcial: 800h/Ano
Ano: 2027

Campos de Experiências	Pré-Escola: Crianças pequenas			
	Grupo 04		Grupo 05	
O Eu, O Outro e O Nós	Integrado		Integrado	
Corpo, Gestos e Movimentos	Integrado		Integrado	
Traços, Sons, Cores e Formas	Integrado		Integrado	
Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação	Integrado		Integrado	
Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações	Integrado		Integrado	
Carga Horária Total	800h/ano	20h/semana	800h/ano	20h/semana

OBSERVAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA PRÉ-ESCOLA

1. A Pré-Escola será organizada em Tempo Parcial, com jornada de quatro horas diárias, 20 horas semanais e 800 horas anuais.

2. Os agrupamentos administrativos serão identificados como Grupo 04 e Grupo 05, destinados às crianças de quatro e cinco anos, respectivamente, observando o grupo etário de referência da BNCC denominado Crianças pequenas, de quatro anos a cinco anos e onze meses.

3. Os cinco Campos de Experiências da BNCC serão desenvolvidos de forma integrada, sem organização em disciplinas independentes ou distribuição fixa de carga horária, assegurando os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

4. As interações e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes das práticas pedagógicas, orientando a organização dos tempos, espaços, materiais e experiências educativas.

5. A organização da jornada deverá assegurar experiências de aprendizagem, acolhimento, alimentação, higiene, descanso, convivência, brincadeiras e demais situações de cuidado, com intencionalidade pedagógica e respeito às necessidades das crianças.

6. O planejamento pedagógico deverá contemplar experiências que favoreçam a linguagem oral, a aproximação com a cultura escrita, a expressão artística, a investigação, as relações sociais, a autonomia e o desenvolvimento integral, sem antecipar a escolarização própria do Ensino Fundamental.

7. A avaliação ocorrerá mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem finalidade de classificação, promoção ou retenção, considerando as experiências vivenciadas e os avanços individuais e coletivos das crianças.

8. A organização das turmas, dos tempos e dos espaços deverá estar prevista no Projeto Político-Pedagógico e nos instrumentos de planejamento da unidade escolar, em conformidade com as orientações da Secretaria Municipal de Educação e as normas do Sistema Municipal de Ensino.

Araçás Bahia, ____ de _____ de _____

_____

Secretária de Educação

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

Etapa de ensino: Educação Infantil

Modalidade: Regular
Idade: Pré-Escola (04 e 05 anos)
Dias Letivo: 200
Semanas Letivas: 40

Dias Semanais: 05
Tempo Parcial: 800h/Ano
Ano: 2027

Campos de Experiências	Pré-Escola: Crianças pequenas			
	Grupo 04		Grupo 05	
O Eu, O Outro e O Nós	Integrado		Integrado	
Corpo, Gestos e Movimentos	Integrado		Integrado	
Traços, Sons, Cores e Formas	Integrado		Integrado	
Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação	Integrado		Integrado	
Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações	Integrado		Integrado	
Experiências Integradoras e Temáticas Transversais				
Natureza, meio ambiente e sustentabilidade	Integrado		Integrado	
Saúde, autocuidado e bem-estar	Integrado		Integrado	
Direitos humanos, diversidade e convivência	Integrado		Integrado	
Brincadeiras, jogos e experiências corporais	Integrado		Integrado	
Arte, cultura e expressões infantis	Integrado		Integrado	
Carga Horária Total	800h/ano	20h/semana	800h/ano	20h/semana

OBSERVAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA PRÉ-ESCOLA

1. A Pré-Escola será organizada em Tempo Parcial, com jornada mínima de sete horas diárias, 35 horas semanais e 1.400 horas anuais, considerando 200 dias de trabalho educacional.

2. Os agrupamentos administrativos serão identificados como Grupo 04 e Grupo 05, destinados às crianças de quatro e cinco anos, respectivamente, observando o grupo etário de referência da BNCC denominado Crianças pequenas, de quatro anos a cinco anos e onze meses.

3. Os cinco Campos de Experiências da BNCC serão desenvolvidos de forma integrada, sem organização em disciplinas independentes ou distribuição fixa de carga horária, assegurando os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

4. As interações e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes das práticas pedagógicas, orientando a organização dos tempos, espaços, materiais e experiências educativas.

5. As experiências integradoras e as temáticas transversais, quando previstas, serão desenvolvidas ao longo da jornada escolar, articuladas aos Campos de Experiências, aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento e ao Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar, sem constituírem disciplinas independentes ou exigirem distribuição específica de carga horária.

6. A organização da jornada deverá assegurar experiências de aprendizagem, acolhimento, alimentação, higiene, descanso, convivência, brincadeiras e demais situações de cuidado, com intencionalidade pedagógica e respeito às necessidades das crianças.

7. O planejamento pedagógico deverá contemplar experiências que favoreçam a linguagem oral, a aproximação com a cultura escrita, a expressão artística, a investigação, as relações sociais, a autonomia e o desenvolvimento integral, sem antecipar a escolarização própria do Ensino Fundamental.

8. A avaliação ocorrerá mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem finalidade de classificação, promoção ou retenção, considerando as experiências vivenciadas e os avanços individuais e coletivos das crianças.

9. A organização das turmas, dos tempos e dos espaços deverá estar prevista no Projeto Político-Pedagógico e nos instrumentos de planejamento da unidade escolar, em conformidade com as orientações da Secretaria Municipal de Educação e as normas do Sistema Municipal de Ensino.

Araçás Bahia, ____ de _____ de _____

_____

Secretária de Educação

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Etapa de Ensino: Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Tempo Parcial

Modalidade: Regular
Anos de escolaridade: 1º ao 5º ano
Dias Letivo: 200
Semanas Letivas: 40
Dias Semanais: 05
Carga Horária Anual: 800h/Ano
Ano: 2027

Áreas do Conhecimento		Componentes Curriculares	Ensino Fundamental – anos iniciais									
			1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano	
			CH/A	CH/S	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S
Base Nacional Comum	Linguagens	Língua Portuguesa	200	05	200	05	200	05	200	05	200	05
		Arte	40	01	40	01	40	01	40	01	40	01
		Educação Física	40	01	40	01	40	01	40	01	40	01
	Matemática	Matemática	200	05	200	05	200	05	200	05	200	05
	Ciências da Natureza	Ciências	80	02	80	02	80	02	80	02	80	02
	Ciências Humanas	História	80	02	80	02	80	02	80	02	80	02
		Geografia	80	02	80	02	80	02	80	02	80	02
	Ensino Religioso	Ensino Religioso	40	01	40	01	40	01	40	01	40	01
Parte Diversificada		Alfabetização e Letramento em Língua Portuguesa	40	01	40	01	40	01	-	-	-	-
		Alfabetização e Letramento Matemático	-	-	-	-	-	-	40	01	40	01
Carga Horária Total			800	20	800	20	800	20	800	20	800	20

OBSERVAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR — ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS

1. O Ensino Fundamental — Anos Iniciais será organizado em Tempo Parcial, com carga horária de 800 horas anuais, distribuídas em 200 dias de efetivo trabalho escolar, observada a duração da hora de 60 minutos para fins de apuração da carga horária legal.

2. A organização curricular compreenderá os componentes da Base Nacional Comum Curricular e a parte diversificada, articulados às características locais, às necessidades dos estudantes e ao Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.

3. Nos anos iniciais, a alfabetização e o desenvolvimento das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática constituirão prioridades do planejamento pedagógico, com acompanhamento sistemático dos resultados e intervenções adequadas às necessidades identificadas.

4. As aprendizagens relacionadas à Computação na Educação Básica serão asseguradas conforme as normas curriculares vigentes, mediante organização definida pela Rede Municipal de Ensino, contemplando Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital.

5. O Ensino Religioso será ofertado nos termos da legislação vigente, com matrícula facultativa, respeito à diversidade religiosa e de convicções e vedação de práticas de proselitismo.

6. As atividades da parte diversificada deverão possuir objetivos de aprendizagem, conteúdos formativos, metodologias e procedimentos de acompanhamento definidos, em consonância com o currículo municipal e o Projeto Político-Pedagógico.

7. As temáticas de Educação Ambiental, Saúde, Direitos Humanos, Esporte, Arte e Cultura serão desenvolvidas de forma contextualizada, favorecendo a interdisciplinaridade, a participação dos estudantes e a valorização das características do território.

8. A avaliação das aprendizagens deverá ocorrer de forma contínua, cumulativa e diagnóstica, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, observadas as normas do Sistema Municipal de Ensino e os procedimentos previstos no Regimento Escolar.

9. A organização dos horários, dos espaços, dos profissionais e das atividades deverá respeitar a carga horária prevista, as condições de oferta e as necessidades dos estudantes, assegurando a qualidade do atendimento educacional.

Araçás Bahia, ____ de _____ de _____

_____

Secretária de Educação

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

Etapa de Ensino: Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Tempo Integral

Modalidade: Regular
Anos de escolaridade: 1º ao 5º ano
Dias Letivo: 200
Semanas Letivas: 40
Dias Semanais: 05
Carga Horária Anual: 800h/Ano
Ano: 2027

Áreas do Conhecimento		Componentes Curriculares	Ensino Fundamental – anos iniciais									
			1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano	
			CH/A	CH/S	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S
Base Nacional Comum	Linguagens	Língua Portuguesa	200	05	200	05	200	05	200	05	200	05
		Arte	40	01	40	01	40	01	40	01	40	01
		Educação Física	40	01	40	01	40	01	40	01	40	01
	Matemática	Matemática	200	05	200	05	200	05	200	05	200	05
	Ciências da Natureza	Ciências	80	02	80	02	80	02	80	02	80	02
	Ciências Humanas	História	80	02	80	02	80	02	80	02	80	02
		Geografia	80	02	80	02	80	02	80	02	80	02
	Ensino Religioso	Ensino Religioso	40	01	40	01	40	01	40	01	40	01
Parte Diversificada	Alfabetização e Letramento em Língua Portuguesa		40	01	40	01	40	01	-	-	-	-
	Alfabetização e Letramento Matemático		-	-	-	-	-	-	40	01	40	01
	Educação Ambiental e Sustentabilidade		-	-	-	-	-	-	120	03	120	03
	Saúde, Autocuidado e Qualidade de Vida		-	-	-	-	-	-	120	03	120	03
	Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania		-	-	-	-	-	-	120	03	120	03
	Esporte, Jogos e Práticas Corporais		-	-	-	-	-	-	120	03	120	03
	Arte, Cultura e Expressões Artística		-	-	-	-	-	-	120	03	120	03
Carga Horária Total			800	20	800	20	800	20	1400	35	1400	35

OBSERVAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR — ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS

1. O Ensino Fundamental — Anos Iniciais será organizado em Tempo Integral, com carga horária de 1.400 horas anuais, distribuídas em 200 dias de efetivo trabalho escolar, observada a duração da hora de 60 minutos para fins de apuração da carga horária legal.

2. A organização curricular compreenderá os componentes da Base Nacional Comum Curricular e a parte diversificada, articulados às características locais, às necessidades dos estudantes e ao Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.

3. Nos anos iniciais, a alfabetização e o desenvolvimento das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática constituirão prioridades do planejamento pedagógico, com acompanhamento sistemático dos resultados e intervenções adequadas às necessidades identificadas.

4. As aprendizagens relacionadas à Computação na Educação Básica serão asseguradas conforme as normas curriculares vigentes, mediante organização definida pela Rede Municipal de Ensino, contemplando Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital.

5. O Ensino Religioso será ofertado nos termos da legislação vigente, com matrícula facultativa, respeito à diversidade religiosa e de convicções e vedação de práticas de proselitismo.

6. Na Educação Integral em Tempo Integral, os componentes curriculares e as atividades de ampliação da jornada deverão constituir uma proposta pedagógica articulada, evitando a fragmentação entre o período regular e as demais experiências formativas.

7. As atividades da parte diversificada deverão possuir objetivos de aprendizagem, conteúdos formativos, metodologias e procedimentos de acompanhamento definidos, em consonância com o currículo municipal e o Projeto Político-Pedagógico.

8. As temáticas de Educação Ambiental, Saúde, Direitos Humanos, Esporte, Arte e Cultura serão desenvolvidas de forma contextualizada, favorecendo a interdisciplinaridade, a participação dos estudantes e a valorização das características do território.

9. A avaliação das aprendizagens deverá ocorrer de forma contínua, cumulativa e diagnóstica, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, observadas as normas do Sistema Municipal de Ensino e os procedimentos previstos no Regimento Escolar.

10. A organização dos horários, dos espaços, dos profissionais e das atividades deverá respeitar a carga horária prevista, as condições de oferta e as necessidades dos estudantes, assegurando a qualidade do atendimento educacional.

Araçás Bahia, ____ de _____ de _____

_____

Secretária de Educação

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

PREFEITURA DE ARAÇAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral– 2026 a 2036
"Educação integral com equidade, qualidade e oportunidades para todos".

Etapa: Ensino Fundamental – Anos Finais – Tempo Parcial

Modalidade: Regular
Anos: 6º, 7º, 8º e 9º ano
Dias Letivo: 200
Semanas Letivas: 40

Dias Semanais: 05
Carga Horária: 1.000h/Ano
Ano: 2027

Área do Conhecimento		Componentes Curriculares	Ensino Fundamental – anos finais							
			6º ano		7º ano		8º Ano		9º Ano	
			CH/A	CH/S	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S
Base Nacional Comum	Linguagens	Língua Portuguesa	200	05	200	05	200	05	200	05
		Língua Inglesa	40	01	40	01	40	01	40	01
		Arte	40	01	40	01	40	01	40	01
		Educação Física	80	02	80	02	80	02	80	02
	Matemática	Matemática	200	05	200	05	200	05	200	05
	Ciências da Natureza	Ciências	120	03	120	03	120	03	120	03
	Ciências Humanas	História	80	02	80	02	80	02	80	02
		Geografia	80	02	80	02	80	02	80	02
	Ensino Religioso	Ensino Religioso	40	01	40	01	40	01	40	01
Parte Diversificada		Iniciação Científica e Tecnológica	40	01	40	01	40	01	40	01
		Projeto de Vida e Protagonismo Juvenil	40	01	40	01	40	01	40	01
		Educação Financeira para Vida	40	01	40	01	40	01	40	01
		Carga Horária Total	1.000	25	1.000	25	1.000	25	1.000	25

OBSERVAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL — ANOS FINAIS

1. O Ensino Fundamental — Anos Finais será organizado em Tempo Parcial, com 1.000 horas anuais, distribuídas em 200 dias de efetivo trabalho escolar, observada a apuração da carga horária em horas de 60 minutos.

2. A organização curricular compreenderá os componentes da Base Nacional Comum Curricular e a parte diversificada, articulados às características do território, às necessidades dos estudantes e ao Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.

3. Os componentes e percursos formativos da parte diversificada deverão possuir objetivos, conteúdos, competências, habilidades, metodologias e procedimentos de avaliação definidos em documentos curriculares complementares.

4. As aprendizagens de Computação na Educação Básica serão asseguradas conforme as normas curriculares vigentes, contemplando Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital, mediante organização definida pela Rede Municipal de Ensino.

5. O componente Ensino Religioso será ofertado nos termos da legislação vigente, com matrícula facultativa, respeito à diversidade religiosa e de convicções e vedação de práticas de proselitismo.

6. As práticas de Iniciação Científica, Projeto de Vida e Educação Financeira deverão favorecer a investigação, o pensamento crítico, a autonomia, a participação social e a tomada de decisões responsáveis.

7. As experiências relacionadas à arte, cultura, esporte, saúde, meio ambiente e direitos humanos deverão valorizar a diversidade, as identidades territoriais e as realidades das comunidades atendidas pela Rede Municipal de Ensino.

8. O planejamento pedagógico deverá contemplar estratégias de recomposição e aprofundamento das aprendizagens, considerando os resultados das avaliações diagnósticas e o acompanhamento do percurso escolar dos estudantes.

9. A avaliação ocorrerá de forma contínua, cumulativa e diagnóstica, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, observadas as normas do Sistema Municipal de Ensino e os procedimentos previstos no Regimento Escolar.

10. A organização dos tempos, espaços, profissionais e atividades deverá respeitar as cargas horárias estabelecidas, as condições concretas de oferta e as necessidades dos estudantes, assegurando a qualidade do atendimento educacional.

Araçás Bahia, ____ de _____ de _____

_____

Secretária de Educação

Etapa: Ensino Fundamental – Anos Finais – Tempo Integral

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA DE ARAÇAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral– 2026 a 2036
"Educação integral com equidade, qualidade e oportunidades para todos".

Modalidade: Regular
Anos: 6º, 7º, 8º e 9º ano
Dias Letivo: 200
Semanas Letivas: 40

Dias Semanais: 05
Tempo Integral: 1.400h/Ano
Ano: 2027

Área do Conhecimento		Componentes Curriculares	Ensino Fundamental – anos finais							
			6º ano		7º ano		8º Ano		9º Ano	
			CH/A	CH/S	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S
Base Nacional Comum	Linguagens	Língua Portuguesa	200	05	200	05	200	05	200	05
		Língua Inglesa	40	01	40	01	40	01	40	01
		Arte	40	01	40	01	40	01	40	01
		Educação Física	80	02	80	02	80	02	80	02
	Matemática	Matemática	200	05	200	05	200	05	200	05
	Ciências da Natureza	Ciências	120	03	120	03	120	03	120	03
	Ciências Humanas	História	80	02	80	02	80	02	80	02
		Geografia	80	02	80	02	80	02	80	02
	Ensino Religioso	Ensino Religioso	40	01	40	01	40	01	40	01
Carga Horária Base Nacional Comum			880	22	880	22	880	22	880	22
Parte Diversificada			6º ano		7º ano		8º ano		9º ano	
			CH/A	CH/S	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S
Esporte, Saúde e Qualidade de Vida			80	02	80	02	80	02	80	02
Educação Ambiental, Direitos Humanos e Cidadania			80	02	80	02	80	02	80	02
Arte, Cultura e Identidades Territoriais			80	02	80	02	80	02	80	02
Iniciação Científica e Tecnológica			120	03	120	03	120	03	120	03
Projeto de Vida e Protagonismo Juvenil			80	02	80	02	80	02	80	02
Educação Financeira para Vida			80	02	80	02	80	02	80	02
Carga Horária Parte Diversificada			520	13	520	13	520	13	520	13
Carga Horária Total			1.400	35	1.400	35	1.400	35	1.400	35

OBSERVAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL — ANOS FINAIS

1. O Ensino Fundamental — Anos Finais será organizado em Tempo Integral, com 1.400 horas anuais, distribuídas em 200 dias de efetivo trabalho escolar, observada a apuração da carga horária em horas de 60 minutos.
2. A organização curricular compreenderá os componentes da Base Nacional Comum Curricular e a parte diversificada, articulados às características do território, às necessidades dos estudantes e ao Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.
3. A ampliação da jornada na Educação Integral em Tempo Integral deverá assegurar a integração entre os componentes curriculares, os percursos formativos e as práticas pedagógicas, evitando a fragmentação entre o período regular e as demais atividades educativas.
4. Os componentes e percursos formativos da parte diversificada deverão possuir objetivos, conteúdos, competências, habilidades, metodologias e procedimentos de avaliação definidos em documentos curriculares complementares.
5. As aprendizagens de Computação na Educação Básica serão asseguradas conforme as normas curriculares vigentes, contemplando Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital, mediante organização definida pela Rede Municipal de Ensino.
6. O componente Ensino Religioso será ofertado nos termos da legislação vigente, com matrícula facultativa, respeito à diversidade religiosa e de convicções e vedação de práticas de proselitismo.
7. As práticas de Iniciação Científica, Projeto de Vida e Educação Financeira deverão favorecer a investigação, o pensamento crítico, a autonomia, a participação social e a tomada de decisões responsáveis.
8. As experiências relacionadas à arte, cultura, esporte, saúde, meio ambiente e direitos humanos deverão valorizar a diversidade, as identidades territoriais e as realidades das comunidades atendidas pela Rede Municipal de Ensino.
9. O planejamento pedagógico deverá contemplar estratégias de recomposição e aprofundamento das aprendizagens, considerando os resultados das avaliações diagnósticas e o acompanhamento do percurso escolar dos estudantes.
10. A avaliação ocorrerá de forma contínua, cumulativa e diagnóstica, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, observadas as normas do Sistema Municipal de Ensino e os procedimentos previstos no Regimento Escolar.
11. A organização dos tempos, espaços, profissionais e atividades deverá respeitar as cargas horárias estabelecidas, as condições concretas de oferta e as necessidades dos estudantes, assegurando a qualidade do atendimento educacional

Araçás Bahia, ____ de _____ de _____

_____
Secretária de Educação

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

ANEXO D

PLANO DE AÇÃO PEDAGÓGICA

Área de melhoria: 1. Disciplina e Conduta			
Metas de melhoria dos resultados sociais: Melhoria progressiva dos resultados sociais, designadamente da assiduidade e da pontualidade dos alunos em todos os níveis de ensino, redução das ocorrências disciplinares e aumento da participação em projetos da iniciativa dos alunos.			
Metas de melhoria dos resultados do sucesso educativo: Melhoria progressiva dos indicadores de sucesso de modo a alcançar tendencialmente o sucesso pleno.			
Objetivos	**Indicadores de impacto**	**Ações/Atividades**	**Responsáveis/Lideranças**
a. Fortalecer uma Escola promotora de atitudes, valores e comportamentos positivos; **b.** Promover um ambiente escolar seguro e saudável; Promover um ambiente escolar desafiador da aprendizagem.	2% de ocorrências disciplinares; 2% de medidas disciplinares aplicadas; 2 % das faltas de assiduidade; 2 % das faltas de pontualidade; 90% de projetos da iniciativa dos alunos; 100% de alunos envolvidos nesses projetos.	-Elaboração das normas e código de conduta com base no regulamento interno e com a colaboração dos alunos e Encarregados de Educação; -Definição, com os alunos, dos seus objetivos decomportamento; -Aplicação, desde o início do ano, das medidas de prevenção e proteção de comportamentos de risco, no âmbito do Plano de Gestão de Atividades de Alto Risco; -Realização de Assembleias de Turma, de delegados e subdelegados de turma, em todos os níveis de ensino, no início do ano e pelo menos uma vez por período; - Afixação das normas de segurança, de cada estabelecimento, em locais visíveis como reforço de normas de conduta; -Execução do programa de mentorias nos diferentes níveis de ensino; - Realização de jogos de grupo e relacionais; -Valorização do espírito do espírito de cordialidade, com destaque particular no desporto; - Atribuição de diplomas de mérito aos alunos e turmas que se destaquem pelos seus comportamentos; -Desenvolvimento de Atividades de Enriquecimento Curricular no domínio da dança, música e teatro; - Implementação e desenvolvimento da medida no âmbito do Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário: "Envolver para participar e melhorar"; - Desenvolvimento de projetos nas seguintes áreas: sustentabilidade, ecologia, cultura, património local, solidariedade, interculturalidade, antirracismo, promoção de estilos de vida saudável, relação com a comunidade, sensibilidade estética e artística, no âmbito da Educação para a Cidadania nas diferentes áreas do currículo, nos vários anos, ciclos e níveis de ensino.	- Coordenadores Pedagógicos; - Diretores e vice diretor; - Um Assistente Operacional por escola/estabelecimento; Serviço de Psicologia eOrientação;

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

Área de melhoria: 1.1. Articulação com a comunidade			
Metas de melhoria dos resultados sociais: 1- Aumento progressivo da participação dos pais/EE na elaboração dosdocumentos estruturantes e nas atividades desenvolvidas do agrupamento; 2 Aumento progressivo da participação dos alunos nas tomadas de decisão e no desenvolvimento de atividades/ projetos.			
Metas de melhoria dos resultados do sucesso educativo: Melhoria progressiva dos indicadores de sucesso de modo a alcançar tendencialmente o sucesso pleno.			
Objetivos	**Indicadores de impacto**	**Ações/Atividades**	**Responsáveis/ Lideranças**
a. Promover políticas para um ambiente ecológico de participação e articulação; **b.** Promover uma cultura de responsabilidade coletiva: **c.** Promover um ambiente escolar socialmente acolhedor e cordial; Adequar a informação ao público-alvo.	-Nº de ações de envolvimento dos pais na gestão da escola/agrupamento; -Nº de eventos organizados para os pais; -Nº de reuniões realizadas com os pais; -Nº de ações de envolvimento dos alunos na gestão da escola/agrupamento; 100 -% de pais que foram recebidos pelo(a) professor titular de turma/ diretor(a) de turma; 90 -% de pais presentes nas reuniões; 90 -% de projetos com a intervenção direta dos Encarregados de Educação; 90 -% de Encarregados de Educação envolvidos nesses projetos; -N.º de medidas adotadas pela escola para envolver os pais no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos; 90 -% de participação dos pais na equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva; -Porcentagem de reclamações no livro amarelo com resultado deferido;	-Promoção da participação dos alunos na construção dos documentos estruturantes do agrupamento; -Ações de divulgação, no início de cada ano letivo, das normas de funcionamento das escolas e dos seus documentos estruturantes junto dos novos alunos, pais e professores; -Realização de ações de sensibilização que reforcem o vínculo de cooperação escola/família; - Realização de ações de sensibilização, junto dos pais e EE sobre métodos e hábitos de estudo regulares e outros considerados de impacto significativo na aprendizagem; -Convite aos Encarregados de Educação de cada uma das turmas para a partilha de experiências de vida e/ou profissionais; -Envolvimento das famílias, dos pais para dar visibilidade a ações desenvolvidas pelos alunos; -Reforço da participação dos alunos nas estruturas pedagógicas e de gestão e na associação de estudantes; -Reforço do apoio à associação de estudantes, através de atividades conjuntas com professores e direção; -Realização periódica de reuniões com a associação de estudantes e com as assembleias de delegados de turma para auscultação de problemas e sugestões; -Consolidação das diversas formas de divulgação do sucesso dos alunos (Quadro de Mérito) junto da comunidade educativa e abrangendo todos os ciclos de ensino; -Realização de um seminário anual de partilha de práticas e experiências de articulação; - Promoção da semana da escola aberta à comunidade como a semana de conhecimento. - -Abertura das escolas para a realização de eventos culturais, desportivos e lúdicos por parte da comunidade; -Dinamização de atividades e projetos aglutinadores na área artística, científica e	- Diretora; - Vice-diretor; - Coordenadores Pedagógicos; - Professores de Turma.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

	-Resultados de um questionário de satisfação à comunidade escolar;	desportiva que reforcem a articulação entre todos os níveis de ensino.	

2. Práticas Educativas e Avaliação

Área de melhoria: 2.1. Práticas
Metas de melhoria dos resultados sociais: Melhoria progressiva dos resultados sociais, designadamente da assiduidade, da pontualidade e da participação nos apoios, tutorias, apoio tutorial específico e mentorias, dos alunos que delas beneficiam.

Metas de melhoria dos resultados do sucesso educativo: Melhoria progressiva dos indicadores de sucesso de modo a alcançar tendencialmente o sucesso pleno.

Objetivos	Indicadores de impacto	Ações/Atividades	Responsáveis/ Lideranças
a. Melhorar a qualidade das aprendizagens; **b.** Adequar os métodos de ensino e aprendizagem às especificidades dos alunos; **c.** Potenciar o trabalho colaborativo e a inovação pedagógica; **d.** Melhorar os resultados escolares dos alunos; Implementar processos de supervisão	-Banco de recursos-didáticos-pedagógico partilhados; 100 -% de apoios/tutorias atribuídos; 100 -% de sucesso dos alunos que frequentam a tutoria e os apoios; 100 - % de alunos que beneficiam de apoio tutorial específico; - % de sucesso dos alunos beneficiários de apoio tutorial específico; 1000 - % de alunos que participam no programa de mentorias; -Nº de supervisões, recorrendo ao sistema de coadjuvações; -Nº de supervisões, recorrendo ao sistema de pares pedagógicos por escolha e adesão voluntária dos docentes.	-Criação de uma equipa multidisciplinar para a elaboração do Plano de Gestão e Desenvolvimento do Currículo numa perspetiva da educação integral; -Implementação e desenvolvimento da medida 1 no âmbito do Plano de Desenvolvimento pessoal, social e Comunitário: "Intervir precocemente, intervir melhor"; - Elaboração do Plano de turma com a colaboração dos alunos e Encarregados de Educação; -Aferição nos conselhos de turma e conselhos de ano de estratégias comuns de intervenção que contribuam para melhorar o trabalho de sala de aula; -Participação dos alunos na organização das metodologias e estratégias a adotar em sala de aula; -Uso eficaz das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), como estratégia da melhoria e inovação nos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem; - Clube de música no ensino Básico; - Projeto de música no Ensino Secundário, iniciado no ano 2023; - Debates sobre temas da atualidade; - Participação dos alunos nas diferentes Olimpíadas como forma de estimular o gosto científico; - Iniciar o Projeto Rádio na Escola; -Acompanhamento das aprendizagens e apoio direto aos alunos nas disciplinas de maior insucesso; -Implementação de tutorias aos alunos com dificuldades de aprendizagem; -Desenvolvimento do programa de mentorias nos diferentes níveis de ensino; - Observação de aulas pelos pares para partilha de práticas pedagógicas e reflexão; - Observação das práticas pedagógicas em situação de coadjuvação e trabalho colaborativo, dentro e fora da sala de aula.	- Coordenadores de ano; - Coordenadores de grupos de recrutamento; Diretores de Turma.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Área de melhoria: 2.2. Avaliação ao serviço das aprendizagens
Metas de melhoria dos resultados sociais: Melhoria dos resultados sociais designadamente na autoestima, na relação com os outros e no acreditar de "ser capaz/saber fazer" e de ter capacidade de aprendizagem ao longo da vida.
Metas de melhoria dos resultados do sucesso educativo: Melhoria progressiva dos indicadores de sucesso de modo a alcançar tendencialmente o sucesso pleno.

Objetivos	Indicadores de impacto	Ações/Atividades	Responsáveis/ Lideranças
a. Transformar a avaliação num processo eminentemente pedagógico; **b.** Facilitar aprendizagens verdadeiramente significativas; **c.** Promover práticas de autoavaliação e heteroavaliação em todas as estruturas educativas como práticas de melhoria sustentada; **d.** Melhorar os instrumentos da avaliação; Assegurar a todos os alunos o direito à participação no processo de avaliação.	- 90% de Encarregados de Educação nas reuniões de avaliação; - 100 % de tipo de instrumentos realizados nos diferentes períodos, em cada uma das disciplinas; - Resultados de testes de *stress* e ansiedade nos alunos no início do ano letivo e no final do ano letivo; - Resultados de inquéritos de satisfação aplicados a alunos, Encarregados de Educação e professores após cada um dos períodos; 100 -% de sucesso por anos de escolaridade; - Qualidade do desempenho dos alunos nas provas de aferição; - Qualidade dos Resultados escolares no 9º ano a Português e a Matemática; - Qualidade dos Resultados dos alunos com Português Língua Não Materna;	- Formação para os Coordenadores dos grupos de recrutamento em Avaliação das aprendizagens; - Disseminação da formação em cada grupo de recrutamento, motivando a reflexão sobre a avaliação ao serviço da melhoria das aprendizagens; - Auscultação dos alunos e dos Encarregados de Educação sobre o processo de avaliação; - Promoção de um seminário de reflexão sobre as práticas de ensino-aprendizagem e avaliação; -Operacionalização de instrumentos avaliativos que permitam analisar as estratégias cognitivas e metacognitivas, utilizadas pelos alunos e que promovam a autoavaliação e a heteroavaliação das suas aprendizagens; -Melhoria dos instrumentos de autoavaliação com tomada de conhecimento por parte dos alunos, de forma rigorosa, clara e transparente dos instrumentos avaliativos utilizados e das competências avaliadas; - Utilização de síntese descritiva, sempre que se revele necessário, para uma melhor compreensão do processo de aprendizagem do aluno; -Análise das discrepâncias entre as avaliações internas e externas e identificação das suas causas para introdução de melhorias.	- Professor Titular de turma; - Diretores de turma; - Coordenadores de Diretores de Turma; - Coordenadores de ano; - Coordenadores de grupos de recrutamento; - Coordenadores de Departamento; Equipe Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

3. Formação e Recursos

Área de melhoria: 3.1. Formação de docentes e de não docentes			
Metas de melhoria: Realização de 80% da formação proposta no plano de formação			
Objetivos	**Indicadores de impacto**	**Ações/Atividades**	**Responsáveis/ Lideranças**
a. Promover a Melhoria das competências profissionais do pessoaldocente; **b.** Promover a Melhoria das competências profissionais do pessoal não docente; **c.** Incentivar a realização de formação, interna e externa, a docentes e não docentes; **d** Promover momentos de socialização e de partilha de saberes entreprofessores; **e.** Implementar parcerias que possibilitem a promoção da formação do pessoal docente, do pessoal não docente.	100 -% de realização da formação proposta no plano de formação; -Resposta a inquérito sobre as atividades desenvolvidas na prática educativa, de acordo com o impacto da formação realizada;	-Elaboração do diagnóstico das necessidades de formação do pessoal docente, não docente e técnicos de educação do Agrupamento; -Elaboração do diagnóstico das necessidades de formação dosalunos e Encarregados de Educação; -Elaboração da bolsa de Formadores do Agrupamento; - Elaboração do plano de formação do Agrupamento; - Realização de diferentes modalidades de formação (ações de longa e curta duração, workshops, seminários,…), de acordo com as necessidades apontadas internamente, em articulação com a SEDUC; -Estabelecimento de parcerias com diferentes entidades, nomeadamente do ensino superiorcomo a Universidade Católica, que capacitem o pessoal docente e nãodocente, para o exercício das suas tarefas e funções numa perspetiva de desenvolvimento de uma Educação Integral dos alunos; - Formação para docentes emavaliação das aprendizagens; - Realização de um seminário de reflexão sobre avaliação das aprendizagens; - Formação aos alunos no âmbito das tutorias de sala de aula e do programa de mentorias; - Participação em ações/debates, no âmbito das sessões *Pais informa.*	- Diretora; - Vice diretor; - Responsável pela formação; Equipe TIC

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Área de melhoria: 3.2. Recursos materiais e físicos **Metas de melhoria:** Cumprimento de 100% das ações/atividades propostas			
Objetivos	**Indicadores de impacto**	**Ações/Atividades**	**Responsáveis/ Lideranças**
a. Investir na qualidade e no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em todos os estabelecimentos do Agrupamento; b. Investir no apetrechamento e requalificação dos equipamentos didáticos e pedagógicos; Estabelecer protocolos de doação de recursos TIC com entidades parceiras.	-Inventário dos recursos TIC do Agrupamento; - Inventário dos recursos didático e pedagógicos; -Relatórios dos serviços de manutenção das TIC; -Número de ações realizadas junto da tutela para o apetrechamento das escolas do Agrupamento aolongo do ano; -Número de ações realizadas junto de parceiros.	-Manutenção dos equipamentos; -Gestão e rentabilização do equipamento tecnológico na comunidade escolar; -Organização das várias salas com o equipamento disponível; -Aquisição e atualização gradual de equipamento conforme as necessidades das escolas; -Solicitação de apoio a várias entidades que estabelecem parceria com o Agrupamento; -Propostas de reuniões com alunos e Encarregados de Educação para o seu envolvimento no processo de solicitação à tutela; -Reforço dos pedidos para a Implementação de um plano de requalificação dos espaços físicos interiores e exteriores das escolas do Agrupamento. - Contacto com entidades parceiras e empresas para a cedência de meio TIC para o Agrupamento.	-Direção; -Responsáveis pelas TIC; -Docentes de Informática; - Alunos dos cursos deInformática; -Delegados e subdelegados de turma; -Representantes de Encarregados de Educação decada uma dasturmas; - Associações depais e Encarregados de Educação.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

RECURSOS	CRONOGRAMA DE	ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO
Sendo o Plano de Ação amplamente distribuído e aceite por toda a comunidade, os recursos humanos a envolver serão os mais adequados a cada circunstância, elencando-se genericamente: • Docentes e não docentes dos órgãos de gestão; • Técnicos de Educação; • Pessoal Não docente; • Alunos; • Parceiros;	**IMPLEMENTAÇÃO:** • Início do ano escolar; **ACOMPANHAMENTO**: • Início do ano escolar; • Sempre que se revele necessário em situações específicas de implementação do plano; • Quando solicitado. **AVALIAÇÃO:** Efetuada em cada momento que consta dacalendarização a elaborar para esse efeito.	• Reunião de Conselho de Educação para emissão de parecer e aprovação; • Divulgação do projeto à comunidade escolar; • Com a tomada de conhecimento do Plano de Ação, pelos diversos órgãos e estruturas, serão solicitados, em reuniões convocadas para o efeito, contributos para a sua melhoria; • Disponibilização do Plano de Ação nas páginas eletrónicas do agrupamento; • Reunião geral de Docentes, de Técnicos de Educação no início do ano letivo; • Reuniões com coordenadores, diretores, vice diretor; Reuniões periódicas com os responsáveis/ Lideranças previstas no Plano de Ação.

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

ANEXO E

TABELA DETALHADA DE PROJEÇÃO

A expansão da Educação Integral em Tempo Integral será progressiva e condicionada ao diagnóstico, à capacidade de oferta e à disponibilidade orçamentária. A escolha das unidades de ensino será com base nos critérios e objetivos de equidade e qualidade.

Segue a projeção da expansão da Educação Integral em Tempo Integral da Educação Integral em Tempo Integral na rede municipal.

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS	TOTAL DE ESCOLAS MUNICIPAIS	TOTAL DE ESCOLAS MUNICIPAIS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL	TOTAL DE MATRÍCULA POR ESCOLA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL	PERCENTUAL DE MATRÍCULA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL	PERCENTUAL DE ESCOLAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL
2024	**2150**	**18**	**02**	**Creche Celcina: 103** **Getúlio Vargas: 85**	**8,74%**	**11,11%**
2025	**2249**	**18**	**03**	**Creche Celcina: 111** **Getúlio Vargas: 143** Márcio N.S. Borges: 140	**17,51%**	**16,66%**
2026	**2147**	**18**	**03**	**Creche Celcina: 124** **Getúlio Vargas: 132** Márcio N.S. Borges: 212	**21,79%**	**16,66%**

A implementação progressiva da política de educação integral em tempo integral na rede municipal fundamenta-se em cinco eixos — **Ampliar, Formar, Fomentar, Entrelaçar e Acompanhar** — que deverão ser desenvolvidos de maneira articulada e complementar. A expansão da jornada escolar somente produzirá os resultados esperados quando estiver acompanhada da formação dos profissionais, do fortalecimento das práticas pedagógicas, da articulação entre escola e território e do acompanhamento permanente dos resultados.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

ANEXO F

TABELA DETALHADA DE PROJEÇÃO

A escola de tempo integral é aquela que oferta uma carga horária mínima igual ou superior a sete horas diárias a 35 horas semanais, com atendimento diário aos estudantes em tempo contínuo, sem que haja fragmentação dos turnos letivos, incluindo-se, nesse período, o tempo destinado a todas as atividades didático pedagógicas, como: atividades curriculares, alimentação, passeios, higienização, etc.

O funcionamento das escolas de Educação Integral em Tempo Integral em turno único será de 09 tempos para o Ensino Infantil e 07 tempos para Fundamental anos iniciais e finais, cujas normas de funcionamento deverão constar no Regimento Escolar.

O horário de funcionamento das Escolas de Educação Integral em Tempo Integral será:

- Educação Infantil - Creche: 7h30 min às 17h
- Educação Infantil - Pré-Escola: 7h às 15h.
- Ensino Fundamental Anos Iniciais: 7h às 15h.
- Ensino Fundamental Anos Finais: 7h às 15h.
- Intervalo de: 20min

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES DE IMPLEMENTAÇÃO, GESTÃO E MONITORAMENTO

Apresentação

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás — 2026–2036 estabelece os princípios, as diretrizes e os compromissos que deverão orientar a ampliação e o fortalecimento da Educação Integral na Rede Municipal de Ensino.

Para que esses compromissos se concretizem, é necessário conhecer as condições das escolas, planejar os investimentos, organizar os serviços e acompanhar os resultados. Cada unidade escolar possui características próprias, e essas diferenças precisam ser consideradas nas decisões da gestão municipal.

Por essa razão, a Política será acompanhada de instrumentos complementares destinados a apoiar sua implementação, orientar o trabalho da Secretaria Municipal de Educação e oferecer informações para o planejamento e a avaliação das ações.

Esses documentos terão finalidades específicas, mas deverão funcionar de maneira articulada. O diagnóstico mostrará a realidade das escolas. O plano de adequação indicará as melhorias necessárias. O manual de segurança orientará os cuidados com os estudantes. O plano de expansão organizará as metas e os investimentos. E a matriz de monitoramento permitirá acompanhar o que foi realizado e quais resultados foram alcançados.

Essa organização busca tornar a gestão mais clara e o planejamento mais próximo das necessidades da rede, sem sobrecarregar o texto da Política com informações operacionais que precisam ser atualizadas periodicamente.

1. Diagnóstico das Condições de Oferta por Unidade Escolar

O **Diagnóstico das Condições de Oferta por Unidade Escolar** será o instrumento utilizado para conhecer e registrar as condições reais de funcionamento das escolas que oferecem ou poderão oferecer Educação Integral em Tempo Integral.

O levantamento deverá considerar os espaços físicos, a acessibilidade, os equipamentos, os materiais pedagógicos, a disponibilidade de profissionais e as condições de alimentação, transporte, higiene, segurança e convivência.

Também deverá observar as características da comunidade atendida, as necessidades dos estudantes e as particularidades das escolas urbanas, do campo e das comunidades quilombolas.

Mais do que identificar problemas, o diagnóstico deverá ajudar a compreender o que cada escola necessita para oferecer uma jornada ampliada com qualidade.

Seus resultados orientarão a definição de prioridades, a preparação das unidades e as decisões sobre a expansão das matrículas.

O documento deverá ser atualizado sempre que houver mudanças relevantes nas condições de atendimento e nos períodos definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

2. Plano de Adequação da Infraestrutura e dos Serviços

O **Plano de Adequação da Infraestrutura e dos Serviços** será elaborado a partir das necessidades identificadas no diagnóstico das unidades escolares.

Sua finalidade será organizar as providências necessárias para assegurar ambientes adequados, acessíveis, seguros e compatíveis com a permanência dos estudantes durante a jornada ampliada.

O Plano deverá contemplar, conforme a realidade de cada escola, as necessidades de manutenção, reforma, ampliação, mobiliário, equipamentos, abastecimento de água, instalações sanitárias, espaços de alimentação, descanso, convivência e desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Também deverá considerar a organização da alimentação e do transporte escolar, além dos demais serviços essenciais ao funcionamento da Educação Integral em Tempo Integral.

As ações deverão ser apresentadas com indicação das prioridades, dos responsáveis, dos prazos, dos custos estimados e das fontes de recursos previstas.

A execução deverá respeitar o planejamento orçamentário municipal e os procedimentos legais aplicáveis.

Esse instrumento permitirá acompanhar as melhorias realizadas e identificar as providências ainda necessárias, evitando que a ampliação das matrículas ocorra sem a preparação adequada das unidades escolares.

3. Manual de Procedimentos de Segurança e Proteção Integral

O **Manual de Procedimentos de Segurança e Proteção Integral** reunirá orientações destinadas à prevenção de riscos, à organização dos cuidados cotidianos e à proteção dos estudantes durante sua permanência nas unidades escolares.

A ampliação da jornada exige atenção à rotina, aos espaços utilizados e às responsabilidades dos profissionais envolvidos no atendimento.

O Manual deverá orientar procedimentos relacionados à entrada e saída dos estudantes, à circulação nos ambientes escolares, à alimentação, à higiene, ao descanso, ao transporte e à realização de atividades dentro e fora da escola.

Também deverá contemplar medidas de prevenção de acidentes, atendimento inicial de ocorrências, comunicação com as famílias e encaminhamento aos serviços competentes, quando necessário.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

As orientações deverão considerar as diferentes faixas etárias, as necessidades de acessibilidade e os apoios específicos exigidos por determinados estudantes.

O documento deverá estabelecer responsabilidades claras, respeitando as atribuições profissionais e a atuação dos órgãos que integram a rede de proteção à criança e ao adolescente.

Sua elaboração e atualização deverão ocorrer com a participação dos setores competentes, especialmente nas questões relacionadas à saúde, à assistência social, à segurança e à proteção de direitos.

O objetivo será fortalecer uma cultura de cuidado, prevenção e responsabilidade compartilhada, assegurando que o tempo ampliado na escola seja vivido em ambientes acolhedores e protegidos.

4. Plano Municipal de Expansão e Implementação da Educação Integral em Tempo Integral de Araçás — 2026–2036

O **Plano Municipal de Expansão e Implementação da Educação Integral em Tempo Integral de Araçás — 2026–2036** será o principal instrumento de planejamento e organização das ações necessárias à execução desta Política.

Enquanto a Política estabelece os compromissos de longo prazo, o Plano deverá indicar como esses compromissos serão desenvolvidos ao longo dos anos.

Sua elaboração deverá partir do diagnóstico atualizado da Rede Municipal e considerar a demanda por matrículas, as condições das escolas, as necessidades de investimento e a capacidade de manutenção do atendimento.

O Plano deverá apresentar, no mínimo:

I — Quadros de metas de expansão por unidade escolar, etapa de ensino e período de execução.

II — Identificação das escolas contempladas e das condições necessárias à implantação ou ampliação da jornada.

III — Cronograma das ações, com definição das etapas e dos prazos previstos.

IV — Estimativa dos investimentos e das despesas de manutenção.

V — Identificação das fontes de financiamento disponíveis, previstas e ainda dependentes de captação.

VI — Definição dos setores e profissionais responsáveis pelas ações.

VII — Necessidades de adequação da infraestrutura, alimentação, transporte, acessibilidade e organização das equipes.

VIII — Ações de formação continuada e de apoio pedagógico às unidades escolares.

IX — Indicadores para acompanhamento das metas e avaliação dos resultados.

X — Procedimentos e periodicidade de revisão do planejamento.

O Plano deverá ser organizado com programação periódica, permitindo que a Secretaria Municipal de Educação acompanhe a execução das ações e atualize as prioridades conforme as necessidades da rede.

Sua revisão deverá considerar os resultados educacionais, a evolução das matrículas, as condições de funcionamento e a disponibilidade de recursos.

A ampliação do atendimento deverá ocorrer de maneira responsável, preservando a qualidade da oferta e os direitos dos estudantes já matriculados. 184

O Plano também deverá manter articulação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, respeitando as competências dos setores municipais envolvidos.

Dessa forma, a expansão deixará de ser apenas uma previsão de crescimento e passará a contar com etapas, responsabilidades e condições de execução claramente definidas.

5. Matriz Municipal de Monitoramento da Educação Integral em Tempo Integral

A **Matriz Municipal de Monitoramento da Educação Integral em Tempo Integral** será o instrumento utilizado para organizar os indicadores e acompanhar, de forma sistemática, os resultados da implementação.

Sua finalidade será reunir informações que permitam verificar os avanços alcançados, identificar dificuldades e orientar as decisões da Secretaria Municipal de Educação.

A Matriz deverá apresentar, no mínimo, os seguintes campos:

I — Indicador: o que será acompanhado ou avaliado.

II — Situação inicial: o resultado ou a condição identificada no início do período de referência.

III — Meta: o resultado que se pretende alcançar.

IV — Fonte dos dados: o documento, sistema ou registro utilizado para obter a informação.

V — Periodicidade: quando os dados serão coletados e analisados.

VI — Responsável: setor ou equipe encarregada de produzir, consolidar ou acompanhar a informação.

VII — Resultados alcançados: registro do que foi efetivamente realizado ou observado.

A Matriz deverá contemplar indicadores relacionados ao acesso, às matrículas, à frequência, à permanência, às aprendizagens, à equidade, à inclusão, à formação dos profissionais, às condições de infraestrutura e aos serviços essenciais.

Também deverá acompanhar o cumprimento das metas de expansão, os investimentos previstos e realizados, a participação das famílias e as ações desenvolvidas em articulação com outros setores.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QZRCREMYNEYYRDEXOUY0QT
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

As informações deverão ser analisadas de maneira contextualizada. Os números são importantes, mas precisam ser compreendidos à luz da realidade de cada escola e das condições oferecidas aos estudantes.

Os resultados da Matriz deverão contribuir para a elaboração do Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação da Política, bem como para a revisão periódica do Plano Municipal de Expansão e Implementação.

6. Articulação, atualização e responsabilidades

Os instrumentos complementares deverão manter relação direta com as diretrizes estabelecidas nesta Política Municipal.

A Secretaria Municipal de Educação será responsável por coordenar sua elaboração, atualização e utilização, em articulação com as equipes escolares e os setores competentes da administração municipal.

As unidades escolares deverão contribuir com informações sobre suas condições de funcionamento, necessidades e resultados educacionais.

Os setores responsáveis por infraestrutura, transporte, alimentação, planejamento e finanças deverão participar das ações relacionadas às suas atribuições.

As matérias que dependam de regulamentação, apreciação ou aprovação deverão ser encaminhadas aos órgãos competentes, respeitando a autonomia do Conselho Municipal de Educação e as normas do Sistema Municipal de Ensino.

Os instrumentos deverão ser revistos sempre que necessário, observando a legislação vigente, os resultados do acompanhamento e as mudanças nas condições de oferta.

A atualização desses documentos não deverá alterar automaticamente os princípios e as diretrizes da Política Municipal, cuja revisão dependerá dos procedimentos formais aplicáveis.

Considerações finais

A organização desses instrumentos complementares representa um passo importante para transformar o planejamento em ações concretas.

O diagnóstico permitirá conhecer as escolas. O plano de adequação ajudará a organizar as melhorias. O manual de segurança orientará o cuidado e a proteção dos estudantes. O plano de expansão definirá os caminhos para ampliar o atendimento. E a matriz de monitoramento mostrará os avanços e as necessidades de ajuste.

Cada documento terá sua função, mas todos deverão contribuir para o mesmo propósito: assegurar uma Educação Integral em Tempo Integral planejada, inclusiva, segura e comprometida com a aprendizagem.

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com

Assim, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Araçás — 2026–2036 preserva sua estabilidade normativa, enquanto os instrumentos complementares oferecem à Secretaria Municipal de Educação condições práticas para planejar, executar, acompanhar e aperfeiçoar a expansão.

Mais do que reunir documentos, trata-se de organizar responsabilidades e construir caminhos possíveis para que os compromissos assumidos pela educação municipal se tornem realidade em cada escola e na vida de cada estudante.

Avenida Eronildes Soares Bomfim, S/N - Centro – Araçás/BA – CEP: 48.108-000
E-mail: secretariadeeducacaodearacas@gmail.com


PREFEITURA DE
ARAÇÁS
BAHIA
Educação que transforma
e constrói futuros.
POLÍTICA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INTEGRAL
EM TEMPO INTEGRAL
DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO
DE ARAÇÁS/BA
2026 – 2036
Territórios que educam,
infâncias e juventudes
que constroem o amanhã.